

Ana Beatriz Mascarenhas Pereira

RITMANÁLISE EM SANTA TEREZA: modos de vida urbana

Belo Horizonte / MG
UFMG / MACPS
2017

Ana Beatriz Mascarenhas Pereira

RITMANÁLISE EM SANTA TEREZA: modos de vida urbana

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território

Linha de pesquisa: Gestão do patrimônio no ambiente construído

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Myriam Bahia Lopes

Belo Horizonte / MG
UFMG / MACPS
2017

FICHA CATALOGRÁFICA

P436r	<p>Pereira, Ana Beatriz Mascarenhas.</p> <p>Ritmanálise em Santa Tereza [manuscrito]: modos de vida urbana / Ana Beatriz Mascarenhas Pereira. – 2017.</p> <p>143 f. : il.</p> <p>Orientador: Myriam Bahia Lopes.</p> <p>Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura</p> <p>1. Ritmanálise – Teses. 2. Santa Tereza (Belo Horizonte, MG) - Teses. 3. Estilo de vida – Teses. 4. Patrimônio cultural – Teses. I. Lopes, Myriam Bahia. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.</p> <p>CDD 390.08</p>
-------	--

Ficha catalográfica: Biblioteca Raffaello Berti, Escola de Arquitetura/UFMG

FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Beatriz Mascarenhas Pereira

"RITMANÁLISE EM SANTA TEREZA: modos de vida urbana."

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

Comissão Examinadora:



Prof. Dra. Beatriz Alencar D'Araújo Couto (EA/UFMG)



Prof. Dra. Clara Luiza Miranda (UFES)



Prof. Dra. Myriam Bahia Lopes (EA/UFMG - orientadora)



Prof. Dr. Tito Flávio Rodrigues de Aguiar (UFOP)

Belo Horizonte, 13 de março de 2017.

RESUMO

A proteção do bairro Santa Tereza pelo Município de Belo Horizonte como patrimônio cultural originou a produção desta dissertação de mestrado. O Dossiê para Proteção do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza foi o estímulo para a pesquisa na medida em que se fundamenta nos modos de vida como sua principal característica. Neste sentido, a ritmanálise proporciona uma metodologia bastante conveniente para corroborar o mérito da proteção do bairro. Cunhada pelo matemático, físico e filósofo Lúcio Pinheiro dos Santos e desenvolvida anos mais tarde pelo filósofo Henri Lefebvre, em sua obra *Éléments de rythmanalyse*, a ritmanálise procura investigar os ritmos individuais e sociais em determinados recortes temporais e espaciais. Além disso, a obra de Jane Jacobs – *Morte e vida de grandes cidades*, contribuiu para ratificar a relevância da vida cotidiana na manutenção da vivacidade dos bairros. A dissertação utilizou fontes bibliográficas, levantamentos documentais em arquivos institucionais além de entrevistas, conversas informais e observação participante.

Palavras-chave: Ritmanálise. Bairro Santa Tereza. Modos de vida. Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

The protection of the Santa Tereza neighborhood by the Municipality of Belo Horizonte as cultural heritage originated the production of this Master's thesis. The Dossier for the Protection of the Urban Complex Santa Tereza Neighborhood was the stimulus for the research in so far as it is based on the ways of life as its main characteristic. In this sense, the rhythmanalysis provides a very convenient methodology to corroborate the merit of the protection of the neighborhood. Coined by the mathematician, physicist and philosopher Lúcio Pinheiro dos Santos and developed years later by the philosopher Henri Lefebvre, in his work *Éléments de rythmanalyse*, rhythmic analysis seeks to investigate the individual and social rhythms in certain temporal and spatial cuts. In addition, the work of Jane Jacobs - *Death and life of great american cities*, has contributed to ratify the relevance of daily life in maintaining the liveliness of neighborhoods. The dissertation used bibliographical sources, documentary surveys in institutional archives besides interviews, informal conversations and participant observation.

Key words: Rhythmanalysis. Santa Tereza Neighborhood. Ways of Life. Cultural Heritage.

LISTA DE FIGURA

FIGURA 1	Planta Geral da Cidade de Minas, 189-	20
FIGURA 2	Planta dos terrenos demarcados para fundação da Colônia Agrícola Córrego da Matta, 1898	23
FIGURA 3	Detalhe da planta dos terrenos demarcados para fundação da Colônia Agrícola Córrego da Matta, 1898 indicando os lotes de propriedade de Hermillo Alves	24
FIGURA 4	Mapa do 1º Distrito de Terras e Colonização - Núcleo Colonial Américo Werneck, 1911	28
FIGURA 5	Canalização do Ribeirão Arrudas no cruzamento com a Avenida do Contorno. Ao fundo, à esquerda, é possível avistar o prédio da antiga hospedaria de imigrantes, nesta época já ampliado e sede do 5º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais (Data provável entre 1926 e 1930).....	30
FIGURA 6	Gráficos com indicação da quantidade, proporção e crescimento do número de construções em Belo Horizonte no ano de 1927. Mensagem apresentada ao Conselho Deliberativo do prefeito Christiano Monteiro Machado em outubro de 1928	32
FIGURA 7	Quadro demonstrativo dos alvarás para construção expedidos durante o período de 1º de setembro de 1927 a 30 de agosto de 1928. Mensagem apresentada ao Conselho Deliberativo do prefeito Christiano Monteiro Machado em outubro de 1928	33
FIGURA 8	Gráfico mostrando o acréscimo e número de construções nas zonas urbana, suburbana e colonial de Belo Horizonte entre os anos de 1924 e 1928. Mensagem apresentada ao Conselho Deliberativo do prefeito Christiano Monteiro Machado em outubro de 1928	33
FIGURA 9	Planta do Município de Belo Horizonte, 1940	34
FIGURA 10	Localização do bairro Santa Tereza em relação no Município de Belo Horizonte	35
FIGURA 11	Perímetros do bairro Santa Tereza e da ex-Colônia Agrícola Américo Werneck	36
FIGURA 12	Relevo e hidrografia do bairro Santa Tereza.....	39
FIGURA 13	Detalhe da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Belo Horizonte - 1976.....	43
FIGURA 14	Detalhe da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Belo Horizonte - 1985	45
FIGURA 15	Detalhe da Lei de uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Belo Horizonte – 2010	47
FIGURA 16	Faixa instalada na Rua Hermilo Alves	65

FIGURA 17	Ville Radieuse, projeto de Le Corbusier apresentado em 1924	74
FIGURA 18	Praça Duque de Caxias	78
FIGURA 19	Praça Duque de Caxias	80
FIGURA 20	Visão panorâmica do bairro Santa Tereza.....	93
FIGURA 21	Limite do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza	94
FIGURA 22	Muro do Mercado Distrital Santa Tereza, 5 de setembro de 2014.....	106
FIGURA 23	2ª Edição do Mercado Vivo + Verde, maio de 2016.....	107
FIGURA 24	Perspectiva do complexo arquitetônico proposto pelo escritório de engenharia e arquitetura Farkasvölgyi, com a torre ao fundo	108
FIGURA 25	Imagem ilustrativa da Praça da Cidade, empreendimento da PHV Engenharia	110
FIGURA 26	Imagem dos impactos térmicos sobre o bairro Santa Tereza	110
FIGURA 27	Antiga Fábrica de Pregos.....	111
FIGURA 28	Detalhe do bairro Santa Tereza onde está localizado o lote pertencente à PHV Engenharia	114

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	População nos Censos Demográficos de 1940-2000 no município de Belo Horizonte.....	41
----------	--	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Classificação de usos na ADE de Santa Tereza	105
----------	--	-----

LISTA DE SIGLAS

ACBST – Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza

ADE – Área de Diretrizes Especiais

AMAFLOR – Associação dos Moradores e Amigos da Floresta

CDPCM-BH – Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte

DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FMC – Fundação Municipal de Cultura

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOMOS – International Council on Monuments and Sites

IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PBH – prefeitura de Belo Horizonte

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

ZAP – Zona de Adensamento Preferencial

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. O LUGAR DO BAIRRO SANTA TEREZA.....	18
2.1. O subúrbio	18
2.2. De colônia agrícola à zona suburbana.....	21
2.3. O bairro pericentral	35
3. RITMANÁLISE	48
3.1. O conceito original: de Lúcio Alberto Pinheiro dos Santos à Gaston Bachelard	48
3.2. O conceito de Lefebvre.....	55
3.3. A sinfonia dos modos de vida	62
3.4. A poética do cotidiano.....	69
3.5. No ritmo de Santa Tereza.....	76
4. OS LIMITES DO TOMBAMENTO.....	82
4.1. História do patrimônio: ampliação do conceito	82
4.2. A proteção do bairro Santa Tereza	90
4.3. Conservação integrada.....	97
4.4. Gestão participativa	101
4.5. Descompasso urbano.....	104
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS.....	119
ANEXO 1.....	129
ANEXO 2.....	132
ANEXO 3.....	137
ANEXO 4.....	142

1. INTRODUÇÃO

Os ritmos estão em toda parte – sejam ligados à natureza ou às atividades humanas. No que diz respeito aos ritmos urbanos, estes são produto da vida cotidiana das cidades e sua estreita relação com os espaços. Neste contexto, padrões naturais e fisiológicos estão em constante adaptação aos ritmos urbanos estruturando nosso tempo individual e social. Na medida em que as pessoas tomam parte e produzem ritmos espaciais, eles descrevem e têm um impacto significativo na forma como nos relacionamos e vivemos nas cidades.

A análise dos ritmos nos espaços da vida cotidiana, verificados através de padrões temporais regulares em interação com os ciclos naturais e biológicos, proporciona uma nova maneira de observação do lugar em que vivemos, frequentamos ou trabalhamos. Essa análise se torna particularmente profícua para a compreensão das dinâmicas sociais no espaço.

Neste trabalho, pretende-se discutir e problematizar questões pertinentes à proteção de conjuntos urbanos históricos - em particular, o do bairro de Santa Tereza em Belo Horizonte, constantemente descrito como tradicional, cultural, boêmio e detentor de características urbanísticas, arquitetônicas e modos de vida singulares.

Utilizando-se como instrumento principal a ritmanálise, teoria idealizada pelo filósofo português Lúcio Alberto Pinheiro dos Santos, cujas aplicações abrangem áreas diversas que vão da física à poesia, parte do princípio de que “a vibração está na base da própria vida.” (BAPTISTA, 2010, p.56). O conceito de ritmanálise, foi mais tarde desenvolvido por Henri Lefebvre¹, que utiliza-o como forma de compreender as relações sociais considerando o tempo e espaço em que se desenvolvem.

¹ Henri Lefebvre (16 de junho de 1901 — 29 de junho de 1991), sociólogo e filósofo francês, escreveu entre outras obras *O direito à cidade* (1968) *A revolução urbana* (1970) e *A produção do Espaço* (1974).

Em *A Revolução Urbana*, publicada em 1970, Henri Lefebvre analisa o processo de transformação do espaço rural para o industrial e deste último para o “urbano (abreviação de “sociedade urbana”)². (LEFEBVRE, 1999, p.26)

Dessa maneira, o rural, seria definido, principalmente, pelas particularidades mentais e sociais de cada grupo – etnias, climas, contextos geográficos - de “ritmos e ciclos simples”. Assim que o industrial substitui o rural, as particularidades mentais e sociais, os ritmos cíclicos naturais que anteriormente predominavam são substituídos pela homogeneidade em prol da “lógica da mercadoria”. A organização do espaço-tempo é então ditada por uma prática metódica e racionalista – explodindo e implodindo a cidade.

Os fenômenos sociais que sucedem a industrialização, ou “sociedade *pós-industrial*”, é denominada por Lefebvre de sociedade urbana, “que designa, mais que um fato consumado, a tendência, a orientação, a virtualidade.” (LEFEBVRE, 1999, p.14) Entretanto, a organização contemporânea, segundo o autor, é de uma “sociedade burocrática de consumo dirigido”, em que o “consumo do espaço e do habitat” é coordenado pelo urbanismo, ou seja, segundo o autor, sinônimo de “capitalismo de organização”.

Neste sentido, pretende-se corroborar a proteção do Conjunto Urbano Santa Tereza como meio de resguardar modos de vida e práticas cotidianas divergentes às da vida metropolitana contemporânea, pautada sobretudo, pela acentuada velocidade e impessoalidade.

Paralelamente, a articulação com a obra de Jane Jacobs³ – *Morte e vida de grandes cidades* – aparentou-nos instigante posto que a vida das ruas é o argumento fundamental colocado pela autora. A perspectiva de Jacobs se aproxima à de Lefebvre na medida em que sua análise parte do princípio de que as cidades devem ser ambientes construídos para pessoas e que estimulem tanto a vitalidade econômica quanto social.

² Para Lefebvre, a sociedade urbana “define-se [...] não como uma realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora.” (LEFEBVRE, 1999, p.26),

³ Jane Jacobs (4 de maio de 1916 - 25 de abril de 2006) jornalista, autora e ativista política. Entre suas obras se destaca *Morte e vida das grandes cidades* escrita em 1961 na qual a autora critica veemente o planejamento urbano modernista.

A grande notoriedade de Jacobs não está apenas em suas obras literárias, mas também no seu ativismo; suas observações acerca do funcionamento das cidades, seu planejamento paralelamente à sua vivência nos fornece uma perspectiva extremamente atualizada da vida nas cidades.

O que talvez seja pouco conhecido do público em geral, é que Jane Jacobs se matriculou, no final dos anos 1930, no programa de extensão do curso de Geografia da Universidade de Columbia. Segundo Laurence (2011), Jacobs frequentou diversas disciplinas – filosofia, direito de patentes, direito constitucional e desenvolvimento legal de instituições.

Laurence (2011) destaca que no final dos anos 1930, a geografia econômica era um campo relativamente novo, contudo uma importante parte do extenso Departamento da Geografia da Universidade de Columbia: “At Columbia, geography was understood to involve “at least two fields of learning – physiography and one other such as economics, history, botany, zoology” – with students developing a specialization within the field.”⁴(LAURENCE, 2011, p.17)

O programa contava com um colegiado multidisciplinar onde havia um professor de filosofia, de geografia econômica e representantes de outras disciplinas. Essa postura retratava, de acordo com Laurence (2011), que a geografia era considerada “a mãe das ciências” e muito distinta da geografia física estudada nos departamentos de geologia, fato corroborado pela Associação Americana dos Geógrafos, já em 1922, que definia a geografia como a ciência da “ecologia humana”, ou seja, a correlação entre as práticas humanas e o meio ambiente.

Jacobs menciona na introdução da edição de 1933 de “Morte e vida das cidades Americanas” que durante o processo de escrita do livro que ela percebeu que estava envolvida no estudo da ecologia humana. Contudo Laurence (2011) sugere que evidências demonstram que desde 1940, logo após deixar a Universidade de Columbia, Jacobs já se considerava uma “naturalista da cidade”.

Jacobs's system of thought about the great city - an understanding of the city's diversity, complexity, and self-organizing properties, and the fragile ecological relationships between city fabric, public and private space and social life - have become our own. But this system of thought did not emerge spontaneously. It was based on Jacob's belief in what city planning

⁴ Na Universidade de Columbia, entendia-se que a geografia envolvia "pelo menos dois campos de aprendizagem - fisiologia e outro, como economia, história, botânica, zoologia" - cujos estudantes desenvolviam uma especialização no campo. (tradução nossa)

and design should ideally be and, in a few inspiring cases, already was.⁵
(LAURENCE, 2011, p.36)

Jan Gehl (2009) aponta que a obra de Jacobs relata como a ideologia modernista do planejamento urbano segrega usos e prestigia o veículo automotivo resultando em espaços urbanos absolutamente monótonos. Ela também descreve a sua própria experiência descrevendo o cotidiano em Greenwich Village, em Nova York, onde ela viveu.

Jane Jacobs was the first strong voice to call for a decisive shift in the way we build cities. For the first time in the history of man as a settler, cities were no longer being built as conglomerations of city space and buildings, but as individual buildings. At the same time burgeoning car traffic was effectively squeezing the rest of urban life out of urban space.⁶ (GEHL, 2009, p.3)

A motivação para a pesquisa foi determinada pelo reconhecimento da proteção do bairro Santa Tereza pelo Município de Belo Horizonte como um conjunto que encerra elementos simbólicos de sua identidade coletiva. O mérito da proteção está na compreensão de que a dimensão material é suporte para a sua ambiência e os modos de vida. Dessa maneira objetivou-se, através da ritmanálise, buscar fundamentos que corroborassem a proteção do bairro sob essa perspectiva.

Procurou-se então, analisar a formação do bairro desde a fundação da cidade de Belo Horizonte até os dias atuais, particularmente no que se refere às práticas sociais do cotidiano do bairro, debruçando, simultaneamente, sobre as questões que envolvem os instrumentos legais existentes e perspectivas de gestão e planejamento que, associados a esses instrumentos evitam, ou pelo menos minimizam, perdas históricas, culturais e sociais. Para tanto, relacionamos algumas situações que ilustram sucessos e fracassos dos instrumentos e políticas de salvaguarda, e, além disso, analisamos a ampliação do conceito “patrimônio” – o do

⁵ O sistema de pensamento de Jacobs sobre a grande cidade - uma compreensão da diversidade, da complexidade e das propriedades organizadoras da cidade e das frágeis relações ecológicas entre o tecido da cidade, o espaço público e privado e a vida social - se tornaram nossos. Mas esse sistema de pensamento não surgiu espontaneamente. Baseou-se na crença de Jacobs no que o planejamento e o design da cidade deveriam ser preferencialmente e, em alguns casos inspiradores, já eram. (tradução nossa)

⁶ Jane Jacobs foi a primeira voz importante a pedir uma mudança decisiva na forma como construímos cidades. Pela primeira vez na história do homem como colonizador, as cidades já não eram construídas como conglomerados de espaço urbanos e construções mas como edifícios individuais. Ao mesmo tempo, o crescente tráfego de automóveis estava efetivamente espremendo o resto da vida urbana fora do espaço urbano. (tradução nossa).

ponto de vista acadêmico, a perspectiva da população e suas consequências no mercado imobiliário - sua regulamentação, benefícios e prejuízos.

Examinar o bairro de Santa Tereza através de uma metodologia tão incomum como a ritmanálise nos ofereceu a possibilidade de justificar a ideia de que a preservação de conjuntos urbanos somente se justifica pela dinâmica de vida ali existente. Sob um prisma muito mais orgânico e menos sintético, é possível demonstrar o tombamento da estrutura física de uma área é necessária unicamente para permitir a permanência de sua população original e seus modos de vida singulares.

A concepção ritmanalítica proposta por Lefebvre procura compreender os modos de vida nas dimensões temporal e espacial das cidades através da análise dos ritmos cotidianos. Essa metodologia demonstra-se excepcionalmente significativa já que busca o sentido do tempo e do lugar muitas vezes negligenciadas no processo de planejamento das cidades.

Implicando a relação entre tempo e espaço, a ritmanálise desenvolvida por Lefebvre se refere a um tempo localizado ou a um espaço temporalizado. Ou seja, a programação do cotidiano está diretamente relacionada à produção do espaço. Além disso, a ritmanálise adota a escala corporal como referencial de medida. Examina a relação do corpo com o ambiente urbano, usando a correlação entre os ritmos biológicos e naturais e os ritmos lineares ditados pelo relógio.

Os ritmos cotidianos imprimem identidade aos lugares – oferecem localização de especificidades e determinadas práticas sociais e culturais. São padrões regulares que norteiam os modos de vida de determinada população em determinado recorte espacial. Na medida em que há desarranjo ou ruptura em sua estrutura social, há, conseqüentemente, um desequilíbrio nos ritmos daquele local.

Neste sentido, o estudo dos ritmos pode ser utilizado para fornecer dados sobre inúmeras experiências cotidianas, contribuindo para o entendimento da preservação de conjuntos urbanos que conservam, principalmente, modos de vida ímpares. A plena vivência do lugar como propõe Jacobs (2013) quando se refere ao uso das ruas e calçadas - órgãos mais vitais de uma cidade - palco da espontaneidade de relações, sons e movimentos, visto que formam o espaço público imediatamente contíguo às casas e edifícios.

A rotina nas ruas e calçadas estabelece a cadência do cotidiano – um balé das calçadas, como menciona Jacobs (2013) – uma dança espontânea, em que os dançarinos conhecem sua parte, mas não fazem ideia da participação dos outros. Uma dança muito similar mas ao mesmo tempo única, em que a repetição nunca é idêntica.

Se, por um lado, a repetição evoca a rotina, sentido pejorativo pela submissão ao tempo controlado, adestramento, por outro, a repetição está presente na tradição, na transmissão de hábitos, práticas e costumes. A repetição está nas composições musicais, na coreografia da dança, nas rimas poéticas.

Para Lefebvre (2013) não existe repetição idêntica – as circunstâncias nunca são exatamente e absolutamente iguais; sejam por locais distintos, tempos diferentes, outros músicos, dançarinos, intérpretes. A prática coletiva dos ritmos cotidianos (repetição) estabelece relações sociais que tendem, gradativamente, a consolidar vínculos. Relações de vizinhança; afinidades; relações comerciais – formas de convivência que lastreiam e orientam determinada população.

Tanto Lefebvre – usando a ritmanálise – quanto Jacobs – analisando (e criticando) os modelos de planejamento urbano e suas consequências – investigam a possibilidade de uma perspectiva mais harmônica para a vivência urbana. Cidades que promovam mais o cidadão, que conciliem “progresso” ao desenvolvimento social justo.

Dessa forma, a destruição do ritmo cotidiano característico implica na eliminação dos laços de vizinhança como maneira de dominação do capitalismo. Lefebvre (2013) ressalta que a soberania dos ritmos impostos pela globalização aniquila os ritmos endógenos e peculiares. A homogeneização de ritmos desencadeia uma série de consequências negativas como, por exemplo, a erradicação de costumes e identidades.

Os ritmos caracterizam os lugares e a vida cotidiana. Neste contexto, os lugares são percebidos ritmicamente e fazem parte das imagens dos lugares. Mais significativamente, os ritmos urbanos não são apenas representações, mas também memórias e formas que envolvem os modos de vida.

A intenção de investigar a proteção do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza se deve ao entendimento de que a preservação de espaços urbanos como o bairro

contribuem: em primeiro lugar em benefício para a população local, preservando sua ambiência e, conseqüentemente, sua vida cotidiana. Em segundo lugar para a cidade como um todo, pois áreas históricas e culturais apresentam grande potencial para o desenvolvimento socioeconômico. E, finalmente, representa a participação efetivamente popular na construção da cidade.

Este trabalho procura, assim, refletir sobre o conceito de patrimônio como uma construção coletiva, legado ambiental, social e cultural; herança de comum interesse que contempla seus valores identitários. Assim, pensar na conservação dos conjuntos urbanos históricos, é reconhecê-los como locais em que se ancoram os processos da memória e identidade coletivas e, sobretudo, na democracia de modos de vida.

2. O LUGAR DO BAIRRO SANTA TEREZA

2.1. O subúrbio

O vocábulo *subúrbio* é citado, desde 1739⁷, como sinônimo de periferia, arrabaldes da cidade. Aponta Horacio Caride (2014), que o subúrbio foi analisado por Idelfons Cerdà em um capítulo da *Teoría General de la Urbanización* intitulado *De los suburbios*. Cerdà indica que esses bairros eram, na maioria das vezes, considerados espaços irregulares em contraposição aos ordenados espaços urbanos.

Avant de pénétrer dans le centre d'une urbe, on trouve toujours quelques groupements de constructions, qu'on appelle couramment faubourg, et que nous appellerons suburbies. Dans les urbanisations anciennes comme dans les modernes, le suburbies sont un élément indispensable, un appendice inévitable de l'urbe, un complément nécessaire. L'existence des suburbies est caractéristique de toute urbe de quelque importance.⁸ (CERDÀ, 1979, p.103).

Cerdà (1979) enumera quatro arquétipos para a origem dos subúrbios: desenvolvidos às margens de estradas; originado do desenvolvimento industrial; estabelecidos nas fronteiras dos países; e fruto da expansão urbana. No que se refere à última alternativa, o autor apresenta um modelo de suburbanização - “Ici tout est richesse, aisance, commodité et bien-être. Patios, jardins, perspectives soignées, jeux d'eau, y sont admirablement organisés et mêlés à quelques anciennes fermes qui ont, très probablement, constitué le premiér noyau de ces quartiers.”⁹ (CERDÀ, 1979, p.105) O autor também reconhece que este tipo de ocupação é privilégio de poucos – “Il est regrettable que des semblables compensations ne soient pas données à toutes les classes sociales.”¹⁰ (CERDÀ, 1979, p.105)

⁷ Desde a primeira edição do Dicionário de la Real Academia Española. (CARIDE, 2014, p.606)

⁸ Antes de entrar no centro de uma urbe, há sempre alguns grupos de construções, comumente referido como arrabaldes, que chamaremos de subúrbios. Na antiga como na moderna urbanização, os subúrbios são elementos indispensáveis, um apêndice inevitável da cidade, um complemento necessário. A existência de subúrbios é característica de toda cidade de alguma importância. (tradução nossa).

⁹ Tudo é riqueza, facilidade, comodidade e bem-estar. Pátios, jardins, perspectivas planejadas, fontes de água, que estão muito bem organizados e misturados a algumas fazendas antigas que foram, muito provavelmente, o primeiro núcleo desses bairros. (tradução nossa).

¹⁰ É lamentável que as compensações semelhantes não são dadas a todas as classes sociais. (tradução nossa).

A Revolução Industrial proporcionou a transformação descompassada das cidades. As periferias, antes local de inúmeras tipologias de ocupação – de bairros luxuosos a depósitos, “se fundem num tecido compacto, que não foi, porém, previsto e calculado por ninguém.” (BENÉVOLO, 2012, p.565) Essas áreas não possuíam qualquer tipo de legislação que regulasse sua implantação, muito menos suas construções.

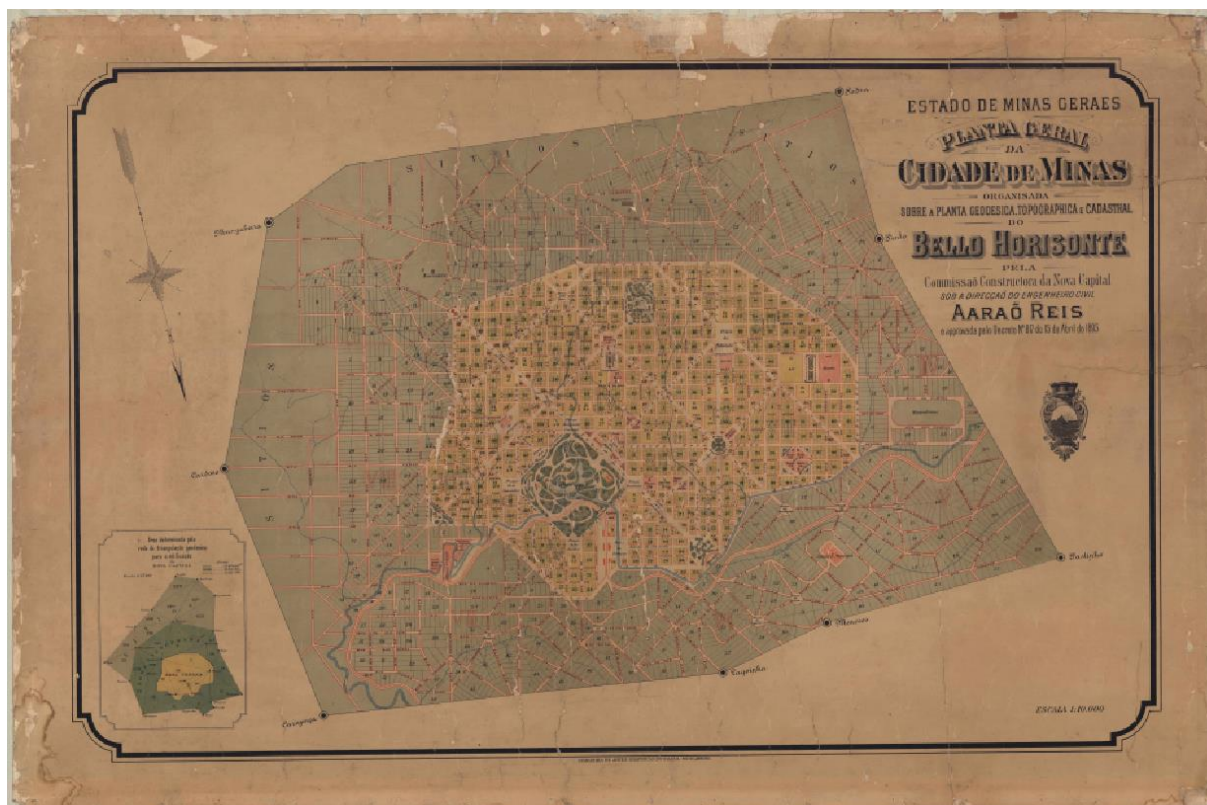
Em meados do século XIX, diante do caos que se instalara nas grandes cidades europeias, surge um modelo de cidade ‘ideal’, denominado por Benévolo de “pós-liberal” – “Este modelo tem sucesso imediato e duradouro: permite reorganizar as grandes cidades europeias (antes de todas as outras, Paris), fundar as cidades coloniais em todas as partes do mundo, e ainda influencia de maneira determinante a organização das cidades em vivemos hoje.” (BENÉVOLO, 2012, p.573).

A reorganização do espaço urbano - seja esteticamente, socialmente ou economicamente – ignora, de maneira geral, a composição pré-existente, criando assim uma nova forma de cidade; não apenas no que se refere ao seu aspecto físico mas também à toda dinâmica urbana.

Esses modelos urbanos ‘ideais’ seriam amplamente difundidos pela Europa, Estados Unidos e na América Latina, inclusive no Brasil. O engenheiro Aarão Reis, convidado pelo Presidente do Estado Afonso Pena, seria o responsável pela planta para a nova capital mineira, tendo em vista todas as “conquistas técnicas mais recentes da engenharia [...]”. (ANDRADE; MAGALHÃES, 1998, p.42)

A cidade seria projetada para 200.000 habitantes, mas inicialmente receberia apenas 15% desse total – “Para a localização dos primeiros 30.000 habitantes estão reservadas apenas as secções I a VII da área *urbana* (com4.394.212m²) e as I e VI da *zona suburbana* (com 3.855.933m²) [...]”.(REIS, 1895, *apud* BARRETO, 1995, p.60) Neste contexto, apenas 15% da área destinada à zona suburbana seria devidamente provida de infraestrutura.

FIGURA 1 – Planta Geral da Cidade de Minas, 189-.



Fonte: Acervo Arquivo Público Mineiro, 198-.

A zona suburbana, a princípio determinada pela Comissão Construtora como área de transição entre urbano e rural, seria, a partir de 1898, parcialmente destinada às colônias agrícolas. Segundo Aguiar (2006), a ocupação dessas áreas e o adensamento proporcionalmente mais elevado comparado ao da área urbana se deve possivelmente a dois fatores - o preço de lotes mais acessíveis e uma regulamentação de construções menos restritiva do que a da área urbana.

Dessa maneira, originalmente ocupada por operários ou colonos, a zona suburbana da Nova Capital desenvolveu modos de vida um tanto distintos do restante da cidade. Andrade e Arroyo (2012, p.75), ressaltam que os bairros pericentrais, ou seja, os bairros lindeiros que foram desenvolvidos fora do perímetro da Avenida do Contorno, “se desenvolveram de forma relativamente autônoma da zona urbana.” De acordo com as autoras, esses bairros ficaram de certa forma e por mais tempo, imunes à constante mudança observada nos bairros dentro do perímetro da Avenida do Contorno.

2.2. De colônia agrícola à zona suburbana

Aarão Reis projetou a Planta Geral da Cidade de Minas, estabelecendo uma zona suburbana que seria ocupada por bairros. Numa área a nordeste da zona urbana, uma colina delimitada pelo ribeirão Arrudas e pelo córrego da Matta, situava-se a fazenda Boa Vista - indicativo do topônimo do local - pertencente a João José da Cunha. Adquirida pela Comissão Construtora da Nova Capital, a área faria parte da zona suburbana prevista no Plano Geral da Cidade de Minas do engenheiro Aarão Reis. Originalmente, essas áreas conformariam uma espécie de transição entre a zona urbana e a zona de sítios.

Reis indicaria, além das seções I à VII da zona urbana, as seções I e VI da seção suburbana para a ocupação inicial da cidade que iria acomodar 30.000 habitantes. Entretanto, é notório que as zonas suburbanas eram o destino de classes sociais de menor poder aquisitivo devido ao “alto preço dos lotes, somado às limitações construtivas, como a definição padrões para as edificações de uso residencial [...]” (ANDRADE; ARROYO, 2012, p.15)

Entretanto, de maneira diferente do que prevista por Reis, grande parte das zonas suburbanas seriam destinadas, já em 1896, a núcleos coloniais, que se instalariam às margens das estradas de ferro. A Lei nº150 de 20 de julho, autorizava a fundação de seis colônias agrícolas¹¹, cujos lotes seriam “destinados a imigrantes do norte da Itália, alemães ou portugueses insulares, agricultores de profissão, *laboriosos e morigerados*, e que venham acompanhados das respectivas famílias.”¹²

O incentivo à imigração pelo governo do estado de Minas Gerais iniciou-se em 1892 e estendeu-se até 1930. Norma de Góes Monteiro (1973) distingue duas fases dessa política: a primeira, até 1907, caracterizou-se pela substituição da mão de obra na lavoura cafeeira. A segunda é determinada pela colonização de territórios

¹¹ Das seis colônias agrícolas, cinco foram instaladas na zona suburbana e rural da Cidade de Minas: Carlos Prates, Córrego da Matta (mais tarde denominada Américo Werneck), Bias Fortes, Adalberto Ferraz e Afonso Pena. A colônia Francisco Sales seria instalada na cidade de Pouso Alegre.

¹² MINAS GERAIS, LEI 150, 20 DE JULHO DE 1896, ARTIGO 3º. (grifo nosso)

“por meio da criação de núcleos coloniais e de concessão de terras devolutas.”¹³
(MONTEIRO, 1973, p.159).

No que diz respeito à aquisição de lotes nas colônias agrícolas, Adelman (1974), destaca que o governo estadual facilitava a compra de terrenos além de subsidiar habitação, equipamento e sementes. Entretanto, segundo o autor, as colônias, aparentemente interessantes no papel, eram, na realidade promessas fracassadas por parte do Estado.

A demarcação e divisão dos núcleos agrícolas eram, até a primeira década do século XX, tuteladas pela Repartição de Terras e Colonização da Secretaria de Agricultura. Parte da área onde atualmente se localiza o bairro Santa Tereza era ocupado pelo núcleo colonial Córrego da Matta, posteriormente denominado Colônia Agrícola Américo Werneck¹⁴, abrangendo também parte dos bairros da Floresta, Horto e Sagrada Família.

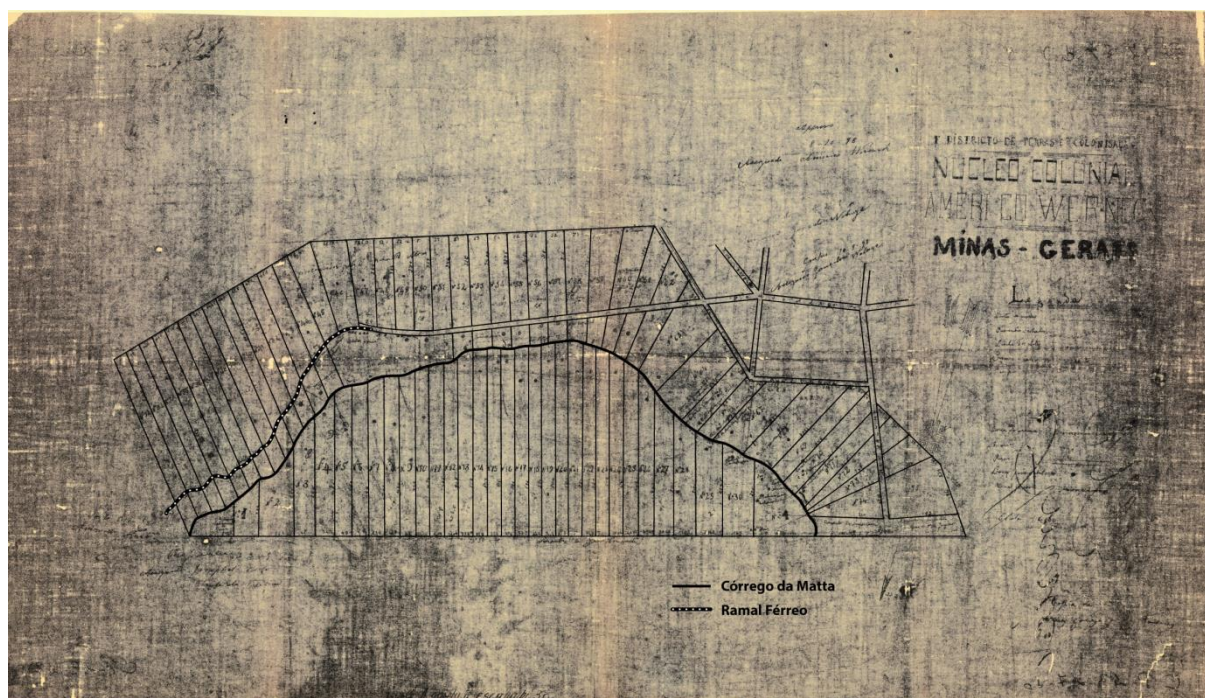
Existem apenas duas plantas do núcleo colonial Américo Werneck, ambas pertencentes ao acervo do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. A original, datada de 23 de setembro de 1898, e aparentemente aprovada em 10 de outubro do mesmo ano, e outra de 9 de maio de 1911, provavelmente levantada para a emancipação da colônia em 1912.

Os documentos cartográficos citados revelam dados como a vegetação local – campo, capoeira, capoeira grossa e brejo – e das ruas que atravessavam o núcleo: a rua Pouso Alegre, rua Salinas e a rua Jacuí, que ainda mantêm a nomenclatura original. A de indicação prévia para local de construção das habitações e nomes de proprietários dos terrenos - há indicação de nomes em alguns – também constam na planta.

¹³ Terras devolutas são terras públicas que em nenhum momento integraram o patrimônio particular, ainda que estejam irregularmente em posse de particulares. O termo "devoluta" relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/81573.html>>. Acesso em: 15 de abril de 2016).

¹⁴ Homenagem ao secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, político e administrador encarregado de dirigir não apenas as políticas de colonização e imigração do governo mineiro, mas, também, a fiscalização das estradas de ferro subvencionadas pelo Estado e o prosseguimento das obras de implantação da nova capital. (AGUIAR, 2006, p.228).

FIGURA 2 - Planta dos terrenos demarcados para fundação da Colônia Agrícola Córrego da Matta, 1898



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 1898. (Modificada por Caetano Drumond, 2017)

Nos lotes de número 42 à 50 há indicação de que são propriedade do Dr. Hermillo Alves¹⁵, que possuía uma olaria naquele local, servido de ramal férreo conectado ao ramal central. Tal informação é corroborada pelo “Mapa Estatístico da Repartição de Terras e Colonização do Estado de Minas Geraes” de 1898 a 1910. O registro inclui detalhes sobre os colonos: nomes dos proprietários e de seus familiares, naturalidade, nacionalidade, estado civil, religião além do número do lote correspondente na planta geral da colônia, a área de cada lote, o preço por m², o valor do lote, débitos e datas de entrega do título provisório e do título definitivo (Ver Anexo 1).

¹⁵ O engenheiro Hermillo Alves participou dos trabalhos de construção da capital, ocupando inicialmente o cargo de chefe do escritório técnico da Comissão Construtora. Entre os meses de março e abril de 1895 assumiu, interinamente, a Chefia da Comissão, solicitando, logo a seguir, sua exoneração. Fundou, então, a firma Hermilo Alves e Cia., proprietária da “A Predial”, empresa de construção com serraria, carpintaria, ferraria e olaria, fábrica de pedras plásticas, ladrilhos e ornatos. Essa empresa funcionava na região do atual bairro de Santa Tereza, antigo Carcará. (BARRETO, 1995, p.70)

FIGURA 3 - Detalhe da planta dos terrenos demarcados para fundação da Colônia Agrícola Córrego da Matta, 1898 indicando os lotes de propriedade de Hermillo Alves.



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 1898. (Modificada por Caetano Drumond, 2017)

A área ocupada pelo núcleo colonial Américo Werneck tinha um formato poligonal, possivelmente demarcada a partir da triangulação geodésica feita para implantação de Belo Horizonte. Os 144 hectares, divididos em 75 lotes, eram, na maior parte retangulares sendo alguns triangulares que subiam do vale do córrego da Matta em direção ao topo das colinas contíguas. Na porção norte tinham em torno de 50 metros de largura e pouco mais de 300 metros de profundidade; os da parte sul eram mais estreitos – em média, entre 37 e 40 metros de largura – e mais compridos - alguns ultrapassavam 500m de profundidade.

Em 1902, 66 famílias de agricultores, num total de 181 pessoas, habitavam a Colônia Agrícola Américo Werneck¹⁶; em 1909, esse número seria de 286 pessoas – 150 brasileiros, 97 italianos, 32 espanhóis, 6 portugueses e um sueco. Além dos agricultores, havia também artistas, comerciantes e industriais.¹⁷

Com a instalação de uma colônia de imigrantes, na sétima seção suburbana, que é onde está localizado o futuro bairro Santa Tereza,

¹⁶ Mensagem dirigida pelo presidente do Estado, Dr. Francisco Antonio de Salles, ao Congresso Mineiro, no ano de 1903.

¹⁷ Dados retirados do Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Juscelino Barbosa Secretário das Finanças, pelo engenheiro Álvaro da Silveira, director interino de Agricultura, Commercio, Terras e Colonização referente ao ano de 1909.

começa a região a receber melhoramentos do governo Estadual. Nos lotes coloniais os imigrantes plantavam e colhiam cereais, hortaliças, frutas e tudo mais que precisavam. Muitos imigrantes eram *artistas*, nome que se dava aos carpinteiros, pintores e pedreiros que ajudaram na construção dos prédios públicos e particulares da cidade. (GÓES, 2008, p. 2)

Assim como Góes, Monteiro (1973) destaca que os núcleos coloniais urbanos, estabelecidos próximos às cidades, serviriam como local de assentamento para os imigrantes. As terras destinadas aos núcleos deveriam ser adequadas para lavoura – principalmente milho, batata inglesa, arroz, feijão e verduras – e contarem com mata e água. Além disso, a proximidade com a linha férrea ou vias fluviais eram também requisitos essenciais.

Pela análise dos dados do *Mapa Estatístico da Repartição de Terras e Colonização do Estado de Minas Geraes*, é possível inferir que, na verdade, a maioria dos colonos eram brasileiros e que, além de agricultores, a instalação de outros profissionais na colônia, provavelmente ocorreu devido às consideráveis transferências de terras – quase 40% dos lotes foram repassados entre os anos de 1898 a 1910.

Dessa maneira, a inauguração da Hospedaria de Imigrantes em 1914 nos limites da colônia, é um fato insólito. Destinada a receber os colonos de forma provisória até que fossem encaminhados para seus destinos finais, o edifício foi subutilizado, já que a entrada de imigrantes sofreu redução significativa após 1898. Tal fato é corroborado pelo morador de Santa Tereza desde 1918, Sr. Geraldo Goretti, que, aos 97 anos, relatou em entrevista para o site Santa Tereza Tem:

[...] onde é hoje a Praça Duque de Caxias e o Colégio Tiradentes, tinha dois pavilhões para acolher os imigrantes. Mas praticamente eles não foram usados para a sua principal função. Neles funcionou a 1ª Cia do Exército e depois o 5º batalhão. Em torno de 1925, o local foi ampliado, com a construção que vai até a Rua Salinas, como é hoje. (SANTATEREZATEM, 2014).

Na verdade, Belo Horizonte já contava com uma hospedaria de imigrantes, na Avenida Paraopeba, atual Avenida Augusto de Lima. Segundo o dossiê de tombamento do Instituto São Rafael, o prédio fora inaugurado em 1894 (função que seria extinta em 1926). Contudo, mesmo sendo utilizada como hospedaria as dependências foram utilizadas “também como alojamento provisório das Brigadas do Exército durante o período de construção do complexo do atual 12º Batalhão de

Infantaria. Esse uso se deu em função da proximidade da construção de pavilhões e instalações do exército com o prédio da Hospedaria.” (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, 2013, p.38)

De maneira semelhante, Luis Góes (1998) ressalta que, em 1916 o Marechal José Caetano de Faria, na época Ministro da Guerra do Brasil, envia um telegrama ao Tenente Herculano Teixeira D’Assumpção, incumbindo-lhe a tarefa de procurar um local para instalação de um quartel que abrigaria da 1ª Companhia do 59º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro. Góes relata que, o tenente é informado sobre o prédio da hospedaria de imigrantes:

No meio de um matagal, depois da rua Salinas, num lugar chamado “Alto do Matadouro”, há um edifício grande, destinado a imigrantes. Esse edifício estadual era, servido por um caminho estreito, verdadeira picada no mato fechado. No interior havia espaçoso salão, dividido em tabiques, para abrigo dos imigrantes. Tratava-se de uma construção nova. (GOÉS, 1998, p.169).¹⁸

Assim sendo, a presença dos militares coincide com a formação do bairro, já que o local da antiga Hospedaria de Imigrantes, ocupada em 1918 pelo Exército Brasileiro, estava localizada fora dos limites da Colônia Américo Werneck. Pelo acordo firmado com a Secretaria de Agricultura, o prédio que abrigava a Hospedaria de Imigrantes seria, em 1918, transformado na sede da 1ª Companhia do 59º Batalhão de Caçadores do Exército Brasileiro.

Góes (2014)¹⁹ relata que a convivência entre militares e moradores sempre foi pacífica, uma vez que grande parte deles residiam em Santa Tereza. A única exceção ocorreu em 1964 com a retirada do 5º Batalhão da Polícia Militar a pedido dos moradores pelo então Governador do Estado de Minas Gerais, Magalhães Pinto. De acordo com Góes, a solicitação deveu-se ao fato de que os moradores consideravam os soldados eram, na sua grande maioria, excessivamente “brincos”.

Em 5 de fevereiro de 1912, a Lei Municipal nº 55 transfere para a Prefeitura de Belo Horizonte a responsabilidade sobre essas áreas. Plantas e alvarás seriam gratuitamente fornecidas pela prefeitura, já que nenhuma construção poderia ser erguida sem licença prévia.

¹⁸ O autor não menciona a fonte do telegrama.

¹⁹ Entrevista concedida por Luis Góes à autora em 26 de junho de 2014.

Art. 4º - Também seria de competência da prefeitura a “abertura de praças e ruas, com indispensável largura, nos núcleos de povoação referidos, podendo desapropriar por utilidade pública os terrenos e bemfeitorias nelles existentes, que para tal fim forem necessários.” (BELO HORIZONTE, 1912)

A emancipação das colônias agrícolas já prevista no Regulamento dos Núcleos Coloniais de 1899:

Artigo 89. Os núcleos coloniais serão emancipados em qualquer dos seguintes casos:

1º Se estiverem ocupados todos os lotes e os colonos de posse dos títulos definitivos;

2º Se decorridos três a cinco anos da instalação do núcleo, estiverem ocupados todos os lotes e, pelo menos, a metade dos ocupantes de posse dos títulos definitivos.

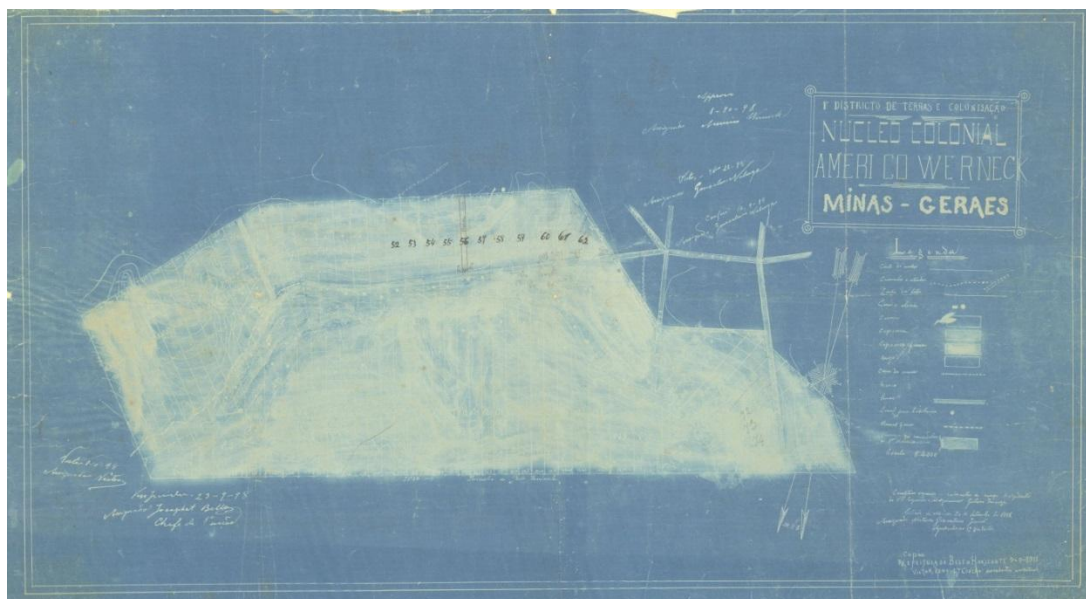
3º Se estiver ocupada pelo menos a metade dos lotes, embora não se verifiquem as demais condições dos números antecedentes, desde que tenham decorrido 10 anos da data da instalação do núcleo;

§1º Verificada qualquer das condições do presente artigo, o núcleo será declarado emancipado por um decreto do governo, deixando de estar sob a administração de um diretor. Daí em diante ficará a cargo do coletor estadual a cobrança do que ainda estiverem a dever os colonos.

§2º Se, decorridos 10 anos de sua fundação, o núcleo não estiver ainda no caso de ser emancipado, se o considerará extinto, cessando a jurisdição dos funcionários do Estado, e ficando garantidos os direitos dos colonos estabelecidos.

§3º No caso de emancipação, ou extinção de um núcleo, as terras que nele ainda não estiverem sido alienadas, o serão pela forma estabelecida nas leis ns. 27, de junho de 1882, e 173, de 4 de setembro de 1896, para alienação de terras públicas, ficando sempre garantido o direito de preferência a favor dos ocupantes dos lotes.

FIGURA 4 - Mapa do 1º Distrito de Terras e Colonização - Núcleo Colonial Américo Werneck, 1911



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 1911.

Aguiar (2006), salienta que o propósito do governo estadual em emancipar ou extinguir as colônias agrícolas após o período de dez anos, coincidindo com o prazo para quitação dos lotes, era, supostamente, “de liberar recursos financeiros e pessoal administrativo para permitir a fundação de novos núcleos e, assim, reproduzir a experiência de colonização em outras regiões do estado.” (AGUIAR, 2006, p.294).

Pela transferência da tutela do governo estadual para o municipal, as antigas colônias agrícolas foram incorporadas à zona suburbana reestabelecendo a “concepção espacial proposta pelo plano da CCNC.” (AGUIAR, 2006, p.296). O relatório do prefeito Cornélio Vaz de Mello apresentado aos Membros do Conselho da Capital em setembro de 1915, afirma que a emancipação das colônias agrícolas conformariam uma continuação da “urbs”. Entretanto, segundo o prefeito essas áreas se encontravam negligenciadas pelo poder público estadual: “si dellas não tirava proveito, também dellas não cuidava.” Além disso, o prefeito também relata que os colonos que recebiam os lotes “e pagando-os mais tarde, delles fizeram o que bem entenderam.”

Nelles fizeram edificações sem alinhamento nem nivelamento, retalharam-nos, vendendo partes a terceiros, abriram ruas com largura de 10 metros, e mesmo até de menos, becos sem sahida, faltando em todas agua canalizada e o respectivo esgoto. [...] A administração vai, porém, pouco a

pouco corrigindo as referidas irregularidades, deixando o resto ao tempo, esse grande factor, que no geral tudo resolve e conserta. (BELLO HORIZONTE, 1915, p.8)

A prefeitura estava, desse modo, trabalhando para regularizar essas áreas, através de levantamento cadastral que, segundo o prefeito era de extrema urgência. Corroborado pelo relatório anual apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flávio Fernandes dos Santos em setembro de 1924, informando que, tanto nas zonas suburbanas quanto nas ex-colônias, a subdivisão de lotes era uma realidade. A ex-colônia Américo Werneck contaria então com 5 ruas, 8 quarteirões e 125 lotes.

Além da área ocupada pela colônia agrícola, parte do que seria o bairro Santa Tereza, a VII seção suburbana, seria habitada por “operários, pequenos comerciantes e funcionários de baixo escalão” (AGUIAR, 2006, p.163). Como descreve Aguiar (2006), essa ocupação se daria tanto por casas em lotes individuais como em vilas – casas de aluguel construídas em um mesmo lote.

Barreto (1996) afirmaria que “no final do século XIX, era comum a construção de casa para aluguel afim de atender à grande dificuldade sempre crescente de habitações da nova cidade.” (BARRETO, 1996, v.2, p.628). O autor menciona a construção de “um grupo de casinhas” teria sido erguido pelos Srs. Hermilo Alves & Comp. nas proximidades de sua olaria, “remediando a grande dificuldade de habitações, principalmente para a população desfavorecida da fortuna [...]” (BARRETO, 1996, v.2, p.628).

De acordo com Aguiar (2006), a alteração do traçado da VII seção suburbana promovido pela prefeitura nos anos 1910, “com a divisão dos quarteirões dessa seção em lotes do tamanho dos da área urbana”, contribuiu para o adensamento da área.

FIGURA 5 – Canalização do Ribeirão Arrudas no cruzamento com a Avenida do Contorno. Ao fundo, à esquerda, é possível avistar o prédio da antiga hospedaria de imigrantes, nesta época já ampliado e sede do 5º Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais (Data provável entre 1926 e 1930).



Fonte: Acervo Arquivo Público Mineiro. Gines Gea Ribera, 1926-1930.

Em 1928, a região constituída pela ex-colônia Américo Werneck e parte da VII Seção Suburbana passaria a se denominar Santa Thereza, em virtude da alteração do nome da linha de bonde que até então era designada como “*bond Avenida do Contorno*”. Góes (1998) menciona o relato do padre José de Campos Taitson, pároco da Igreja Santa Tereza por quinze anos, de que o nome fora sugerido pelo Capitão José Pinto de Souza, do 5º Batalhão da Força Pública; segundo o capitão, havia certa semelhança entre o viaduto que liga a área ao centro de Belo Horizonte e o Aqueduto da Carioca utilizado como viaduto para os bondes que ligam o centro da cidade do Rio de Janeiro ao bairro de Santa Teresa. Entretanto Góes (1998) aponta que a mudança de nome se fez por demanda dos moradores locais.

A pedido dos moradores da zona que se localiza em torno do 5º Batalhão, o bond da Avenida do Contorno, que serve a essa parte da cidade, passará a chamar-se Santa Thereza, a partir de amanhã, 1º de abril.

Não se justifica mesmo a denominação antiga. A linha de bond não fazia, realmente, o contorno da cidade; apenas, atravessava pequeno trecho da avenida que tem esse nome.

A nova denominação é bonita e sugestiva, lembrando-nos um agradável bairro da Capital da República. (ESTADO DE MINAS, 31 DE MARÇO DE 1928, apud GÓES, 2014, p.34)

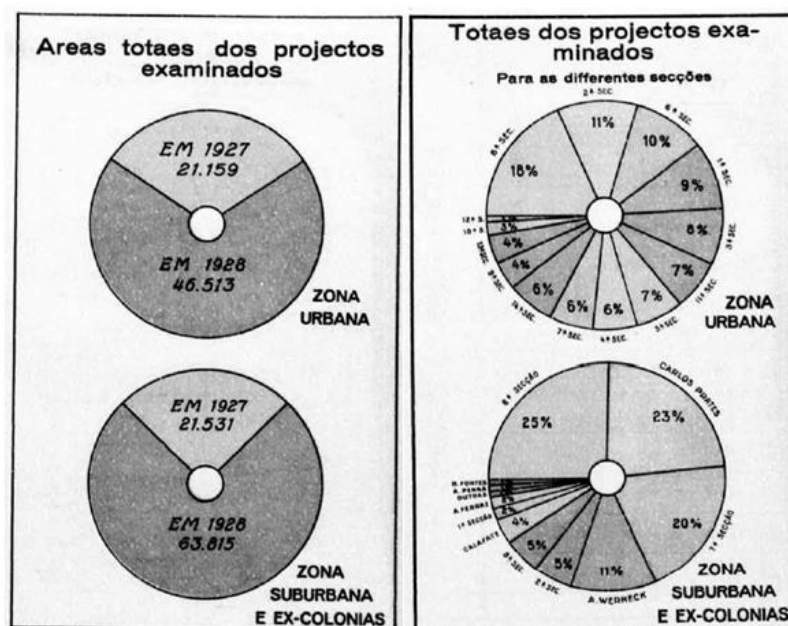
No mesmo ano, o relatório do prefeito Christiano Monteiro Machado apresentado em outubro destaca as benfeitorias proporcionadas pelo governo municipal para o bairro. Entre elas está a conclusão do “Calçamento a alvenaria da rua Hermillo Alves entre avenida do Contorno e rua Marmore” e da “rua Graphite, entre Marmore e Crystal”. Além disso, o relatório aponta outras obras, ainda em andamento, como o “Calçamento a alvenaria da rua Gabbro, entre rua Eurita e E.F.C.B.” e da “rua Marmore, entre Hermillo Alves e Adamina” – reforçando a perspectiva de crescimento da zona suburbana. Tal informação é constatada pelo número de construções particulares daquele ano: dentre os 1.600 projetos em Belo Horizonte, 1.087 foram erguidas nas zonas suburbanas e coloniais.

A ocupação do bairro Santa Tereza no início do século XX se deve ao fato, segundo Aguiar (2006, p.353), do fracionamento das glebas em lotes menores pela prefeitura “que foram concedidos a funcionários públicos de baixo escalão, a militares da Brigada Policial e a operários.” Isso permitiu o adensamento da área compreendida entre as Rua Salinas e Pouso Alegre.

É provável que essa ocupação tenha estimulado a urbanização da ex-colônia Américo Werneck, em especial na encosta da margem direita do córrego da Mata, da Rua Pouso Alegre. [...] Entretanto, até o fim dos anos 1920 nenhuma linha de bonde penetrava no antigo núcleo Américo Werneck. Apenas as linhas Santa Teresa e Floresta se aproximavam dos limites dessa ex-colônia, respectivamente nas ruas Hermillo Alves e Mármore e Curvelo e Pouso Alegre. (AGUIAR, 2006, p.353)

Aguiar (2006, p.366) ressalta o grande crescimento populacional de Belo Horizonte nos anos 1920, acirrou “os conflitos decorrentes do uso e da ocupação do espaço urbano”, tornando-se necessário novos instrumentos para ordenar a expansão da cidade.

FIGURA 6 - Gráficos com indicação da quantidade, proporção e crescimento do número de construções em Belo Horizonte no ano de 1927.



Fonte: BELO HORIZONTE, 1928, *online*.

Os gráficos da figura 6 evidenciam a impressionante expansão da cidade em apenas um ano. Enquanto o número de projetos examinados para a área urbana cresceu mais de 200%, o número para a zona suburbana cresceu 300%. Considerando-se a área ocupada pelo bairro Santa Tereza, que inclui tanto a VII Seção Suburbana e parte da ex-colônia Américo Werneck, a região foi responsável por um terço dos projetos examinados.

Tendo em vista o crescimento exponencial da cidade, fez-se essencial um regulamento geral de construções. Instituído em 1930, pela Lei Nº 363 de 4 de setembro, as normas incluem questões de altimetria, afastamentos, insolação, ventilação, iluminação, número de pavimentos entre outras. A lei também definiria e demarcaria quatro zonas distintas: central, urbana, suburbana e rural, com regras distintas para as diferentes zonas e classes.

A lei também criou padrões diferentes para as classes sociais. Definia por camada social a forma de uso e ocupação do solo. No parâmetro "Superfícies mínimas", era exigida uma área mínima para cômodos conforme a distinção social: classe operária ou militar e classe residencial. Nesse item, também havia diferença entre zonas, uma vez que a classe operária ou militar que se enquadrava nesse parâmetro se localizava "em arrabaldes da cidade". (TIBO, 2011, p.85).

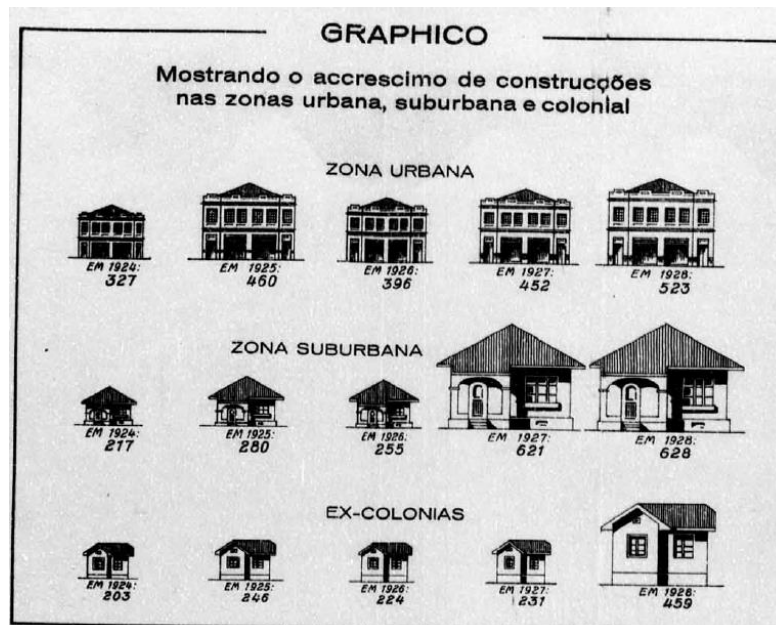
FIGURA 7 - Quadro demonstrativo dos alvarás para construção expedidos durante o período de 1º de setembro de 1927 a 30 de agosto de 1928.

ZONA SUBURBANA														TOTAL				
SECÇÕES	1.ª	2.ª	6.ª	7.ª	8.ª	A	B	C	D	E	F	G	H		I	J	K	L
Predios de 1 pavimento.....	13	42	180	155	30	200	103	9	20	26	8	3	4	1	3	2	4	768
Predios de mais de 1 pavimento.....	—	3	7	1	1	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	54
Dependências.....	4	6	25	21	6	4	5	—	—	2	1	—	—	—	—	—	—	71
Acréscimos.....	2	2	67	39	10	33	16	—	1	5	—	—	—	—	—	—	—	174
Garagens.....	—	—	3	1	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	6
Modificações int.....	—	—	1	—	—	3	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	6
Modificações de fachadas.....	1	—	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4
	20	53	284	217	54	244	126	9	31	33	10	2	4	1	3	2	4	1.080

NOTA. A' columna A corresponde a Col. C. Prates.
 " " B " " A. Wernek.
 " " C " " A. Ferra.
 " " D " " A. Ferraz.
 " " E " " Calafate.
 " " F " " D. Fortes.
 " " G " " V. C. Pinto.
 " " H " " Santa Maria Magdalena.
 " " I " " P. Hygienopolis.
 " " J " " V. Adelina.
 " " K " " V. Marinha.
 " " L " " B. Vista.

Fonte: BELO HORIZONTE, 1928, *online*.

FIGURA 8 - Gráfico mostrando o acréscimo e número de construções nas zonas urbana, suburbana e colonial de Belo Horizonte entre os anos de 1924 e 1928. Mensagem apresentada ao Conselho Deliberativo do prefeito Christiano Monteiro Machado em outubro de 1928.



Fonte: BELO HORIZONTE, 1928, *online*.

A zona urbana da cidade seria legalmente ampliada em 1956, “para os efeitos da discriminação de rendas estabelecida na Constituição Federal e para os demais

efeitos de Direito a linha perimétrica da denominada "Zona Urbana" do Município de Belo Horizonte." (BELO HORIZONTE, Lei nº 592 de 27 de novembro de 1956). Essa Lei incorpora áreas adjacentes à Avenida do Contorno como os bairros do Carmo, Sion, Serra, Gutierrez, Prado, Carlos Prates, Lagoinha, Santa Tereza entre outros. Contudo, a expansão em direção ao vetor norte seria a mais significativa. É curioso, no entanto, salientar a planta de Belo Horizonte feita pelo Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais datada de 1940 já considerava partes destes bairros como zonas urbanas.

FIGURA 9 – Planta do Município de Belo Horizonte, 1940



Fonte: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, 1940.

O relatório anual de 1956 da cidade de Belo Horizonte sob a administração de Celso Mello de Azevedo destaca o crescimento populacional e o decréscimo na arrecadação municipal. Dessa forma, a fim de equacionar a receita do município e minimizar a especulação imobiliária com terrenos localizados fora do perímetro da Avenida do Contorno a Lei nº 592 de 27 de novembro de 1956 amplia a Zona Urbana, incorporando 11.500 lotes.

2.3. O bairro pericentral

Segundo Andrade e Arroyo (2012, p.16), a divisão da cidade de Belo Horizonte em zonas urbana e suburbana é conveniente para o entendimento “da formação e da ocupação dos espaços da cidade, mas não são mais capazes de abarcar os processos recentes de expansão.” Neste sentido, a nomenclatura “área pericentral” se torna pertinente para abranger o “sentido sociológico e geográfico dessa região, ou seja, a de um espaço, ao mesmo tempo, próximo, mas distinto da zona central.” (ANDRADE; ARROYO, 2012, p.17).

As autoras afirmam que os bairros pericentrais apresentam, na sua maioria, características ambíguas:

Se, por um lado, são considerados tradicionais e provincianos, porque antigos e porque se transformaram pouco, por outro, abrigam ou abrigaram, ao longo de suas histórias, atividades ou instituições que desafiaram esse tradicionalismo, como a boemia e a prática da prostituição, ou alguma instituição estigmatizante [...]. (ANDRADE; ARROYO, 2012, p.17).

FIGURA 10 – Localização do bairro Santa Tereza em relação no Município de Belo Horizonte.



Legenda

 Limites Regionais de Belo Horizonte

 Limite do Bairro Santa Tereza

Fonte: Google Earth Pro. (modificado por Danielle Barroso, 2017)

FIGURA 11 – Perímetros do bairro Santa Tereza e da ex-Colônia Agrícola Américo Werneck.



Legenda

— Limites Colônia Américo Werneck

— Limite do Bairro Santa Tereza

Fonte: Google Earth Pro. (modificado por Danielle Barroso, 2017)

Em Santa Tereza, uma dessas causas, o hospital Dr. Cícero Ferreira, foi instalado em 1910 nas proximidades da Colônia Agrícola Américo Werneck. Destinado ao tratamento de doenças infectocontagiosas, o hospital, popularmente conhecido como “Isolado”, foi local cujas pessoas residentes em casas de habitação coletiva eram transferidas durante epidemia de gripe espanhola em 1918. As memórias do Sr. Geraldo Goretti permitem vislumbrar parte dessa história:

Meu tio Carlos D’Ávila era o administrador. Ele morava com a família no hospital e lá nasceram seus filhos. O verdadeiro nome do hospital era Cícero Ferreira, mas o povo só chamava o lugar de Isolado, porque acolhia os doentes com doenças contagiosas, como a varicela. Essas doenças, na época eram difíceis de ser curadas e para não espalhar para outras pessoas, os doentes ficavam isolados ali. (SANTATEREZATEM, 2014)

Outro motivo seria a possível “desvalorização imobiliária”, devida à incômoda situação de falta de água que atingia também os bairros da Floresta e do Horto. A rede de abastecimento era antiga e se encontrava desgastada –

Não se podia abrir os registros mais que tantas vezes; do contrário, surgiam os vazamentos, os rompimentos, que esguichavam como fonte luminosa, num espetáculo que se espalhava rua afora. Resultado: a água nunca recebia pressão para subir às caixas no alto das casas. (NEVES, 2010, p.17).

O Sr. Geraldo Goretti, em entrevista concedida ao site Santa Tereza Tem em 2014, relata que, nas primeiras décadas do século XX, a água era retirada de cisternas e a água encanada demorou muito para chegar aqui. Mas o bairro cresceu rápido, que nem Brasília.” (SANTATEREZATEM, 2014).

Uma terceira justificativa apontada seria a precariedade do transporte público, como descreve o Sr. Geraldo Goretti: “Não havia transporte público até aqui. Os carros eram caros e difíceis de adquirir então era para poucos. O jeito era andar a pé mesmo. Quando o bonde chegou na Floresta, a gente vinha até o final e depois continuava o trajeto a pé.” (SANTATEREZATEM, 2014).

Informação respaldada pela Dona Maria de Lourdes Toffani, nascida em 1930 em Santa Tereza: “A gente não tinha muita opção, andava a pé ou de bonde e às vezes andava lotado, até dependurada no estribo eu já andei. Mas era bom.” (SANTATEREZATEM, 2014).

Os aspectos geográficos foram igualmente decisivos para a conservação de Santa Tereza. Tanto o relevo – o bairro está assentado sobre uma colina delimitada pelo Ribeirão Arrudas e o Córrego da Mata – quanto o fato do bairro não configurar como local de passagem para outras regiões da cidade e não ser cortado por grandes vias de circulação contribuíram para a manutenção de suas peculiaridades.

Entretanto, é também relevante analisar as leis de uso e ocupação do solo do Município de Belo Horizonte, a fim de buscar informações a respeito da dinâmica do mercado imobiliário em Santa Tereza.

Desde seus primórdios, leis e decretos que regulamentavam parâmetros construtivos em Belo Horizonte já haviam sido promulgados – entre limitações de número de pavimentos, afastamentos, taxas de ocupação, usos, etc. Entretanto, com o grande crescimento populacional ocorrido entre as décadas de 1970 e 1980 e a criação da Região Metropolitana de Belo Horizonte, houve necessidade de estudos e análises que resultariam princípios norteadores para o desenvolvimento da cidade.

Os primeiros padrões de urbanização foram determinados pelo Código de Posturas da cidade de 1898. De acordo com Epaminondas (2006) os critérios adotados para a Zona Urbana (dentro do perímetro da Avenida do Contorno) eram diferentes para as Zonas Suburbanas e Zonas Rurais, somente padronizadas em 1921. A autora destaca que, apesar da regulamentação do uso do solo na “área urbana do município, tais parâmetros não eram respeitados pelos loteadores, nem fiscalizados pelo poder público que direcionava o seu foco de atenção somente para a área central, desde sempre pensada como área nobre” (EPAMINONDAS, 2006, p.36).

A partir dos anos 1940 o crescimento urbano se caracteriza pela expansão para as periferias - especialmente em direção a Pampulha e Cidade Industrial. Nos anos 1960, a política desenvolvimentista e de incentivo à industrialização adotada pelo governo brasileiro, provoca o aumento da população urbana, impulsionada pela imigração de origem rural. Neste período, a especulação imobiliária em Belo Horizonte cresceu vertiginosamente – lotes com situação privilegiada (urbanizados e com devida infraestrutura) eram valorizados ao máximo.

Todavia, o golpe militar de 1964 e a grave crise econômica e política, desestabiliza o mercado imobiliário de Belo Horizonte – “através queda real dos preços dos terrenos, da redução no lançamento de novos loteamentos, da paralisação da construção de novos edifícios.” (EPAMINONDAS, 2006, p.39). A crise, segundo Epaminondas (2006), não persistiria por muito tempo, visto que o Censo do IBGE apontava que 56% da população brasileira vivia nas cidades, evidenciando “o processo de urbanização do país, fortemente influenciado pela política

desenvolvimentista adotada pelos governos militares [...]” (EPAMINONDAS, 2006, p.41).

A criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) também no ano de 1964, desloca a competência do planejamento urbano municipal às necessidades de crescimento econômico federal. Por outro lado, as ações do BNH contribuíram, pelo menos num primeiro momento, para a retomada das atividades do mercado imobiliário, “na medida que priorizava, num primeiro momento, a questão da moradia.” (EPAMINONDAS, 2006, p.40).

O crescimento da população urbana no Brasil na década de 1970 é um reflexo da política desenvolvimentista praticada pelos governos militares, sustentada, principalmente, pela reestruturação tecnológica da produção agrícola e ampliação do parque nacional industrial. O município de Belo Horizonte apresenta um crescimento superior a 80% entre as décadas de 1960 e 1970, como demonstra a tabela abaixo:

Tabela 1 – População nos Censos Demográficos de 1940-2000 no município de Belo Horizonte

Ano	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
População	211.377	352.724	693.328	1.255.415	1.822.221	2.017.127	2.232.747

Fonte: IBGE, 2000, *online*

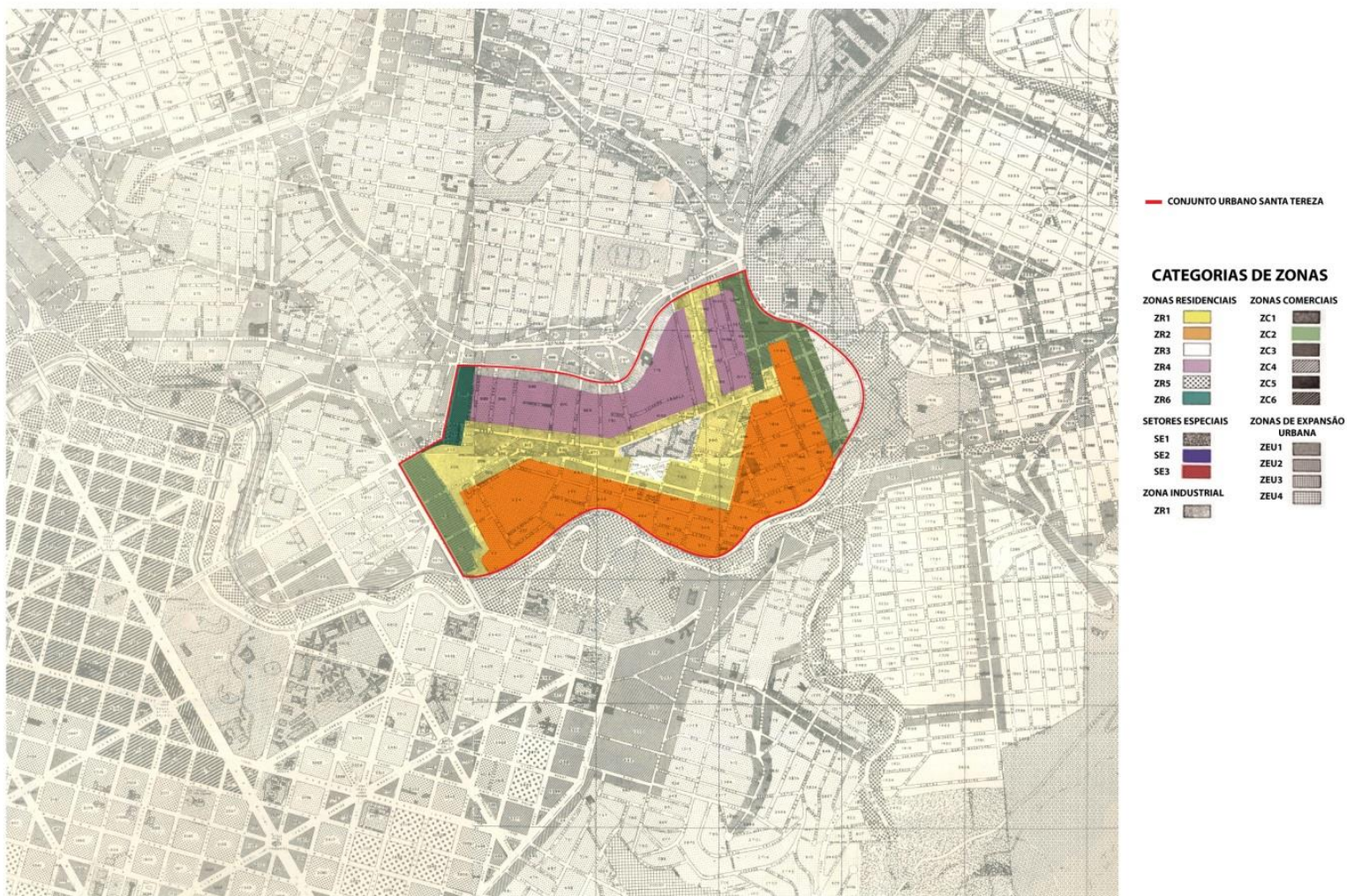
O planejamento deve então “tratar as questões urbanas como parte integrante do desenvolvimento econômico nacional.” (EPAMINONDAS, 2006, p.40) Neste sentido, com base no Plano de Ocupação do Solo da Aglomeração Metropolitana de Belo Horizonte (POS) elaborado em 1975, a Lei de Uso e Ocupação do Solo é criada em 1976. Segundo Mol (2004), os zoneamentos se respaldavam em densidades, usos relacionados à hierarquia da malha viária e ocupação padronizada conforme

modelos de assentamento que, de acordo com os estudos feitos para o POS iriam intervir na paisagem local.

Art. 1º – Esta Lei estabelece as normas de uso e ocupação do solo do Município, de acordo com as recomendações do Plano de Desenvolvimento Integrado Econômico e Social da Região Metropolitana de Belo Horizonte e do Plano de Ocupação do Solo da Aglomeração Metropolitana.

Art. 2º – Para efeitos do artigo anterior, esta Lei regula o zoneamento do território do município, disciplina o parcelamento do solo, estabelece as categorias de uso e modelos de assentamentos urbanos e delimita áreas a reservar para as vias públicas e projetos especiais.

FIGURA 13 – Detalhe da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Belo Horizonte - 1976.



Fonte: PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2017. (Modificado por Caetano Drumond, 2017)

O zoneamento em Santa Tereza subdividia-se, basicamente, em ZR4 (Zona Residencial 4) e ZC3 (Zona Comercial 3), exceto pela área ocupada pelo Colégio Tiradentes da PMMG-BH, que configurava como SE2 (Setor Especial 2). Assim, as taxas de ocupação²⁰ para o uso residencial variavam de 0,4 a 0,6 e os coeficientes de aproveitamento²¹ entre 0,8 e 2. Quanto ao uso comercial, a LUSO/76 previa para o bairro taxas de ocupação de 0,4 a 1,0 e coeficientes de aproveitamento que podiam alcançar 3,4 para comércio local ou institucional local.

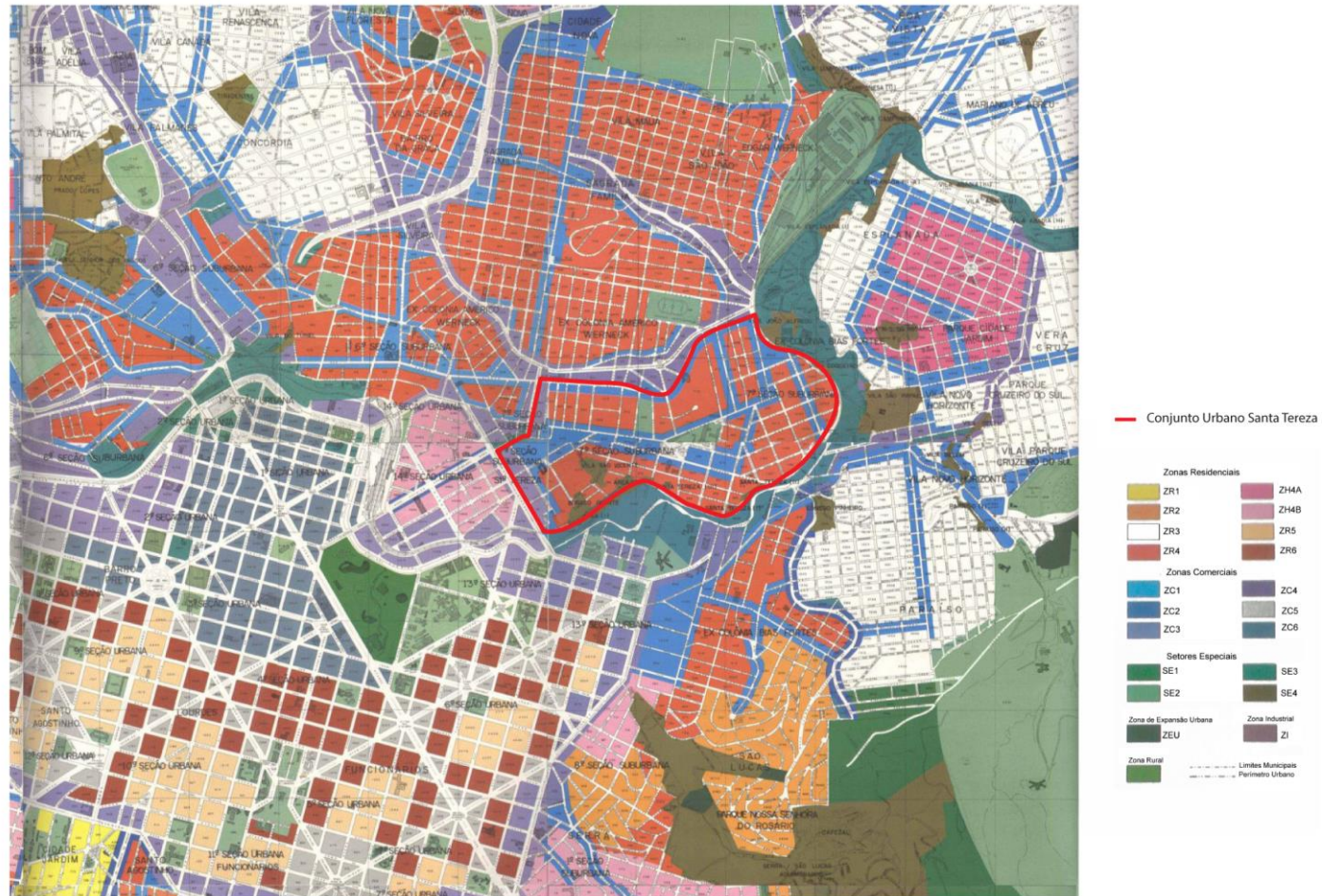
A Lei de Uso e Ocupação do Solo de 1985 não apresentou grandes mudanças em relação à LUOS/76. Contudo, desaprovando algumas questões relacionadas à densidade e ocupação do solo propostas pela lei anterior, indica zoneamentos menos densos para os bairros tradicionais como Santa Tereza, Floresta, Carlos Prates, Concórdia. Mas, por outro lado, a LUOS/85 alterou o zoneamento de bairros como Cidade Nova, Sion, Anchieta, São Pedro e Serra, elevando o coeficiente de aproveitamento²² nestes bairros, causando adensamento exponencial dessas áreas.

²⁰ Taxa de Ocupação - TO - é a relação entre a área de projeção horizontal da edificação e a área do terreno. Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

²¹ O potencial construtivo é calculado mediante a multiplicação da área total do terreno pelo Coeficiente de Aproveitamento – CA – da zona em que se situa. Fonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

²² O coeficiente de aproveitamento é um fator que, multiplicado pela área do lote, indica a área líquida da edificação que pode ser construída no lote em questão.

FIGURA 14 – Detalhe da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Belo Horizonte - 1985.



Fonte: PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 1985. (Modificado por Caetano Drumond, 2017)

De acordo com Mol (2004), a crise do mercado imobiliário no início dos anos 1990 foi originada pelo fechamento do Banco Nacional da Habitação, BNH, em 1986, além da retenção de recursos do FGTS em 1992²³. A autora aponta para a baixa atividade do mercado indicando o pequeno número de Licenças de Construção e “Habite-se” durante esse período.

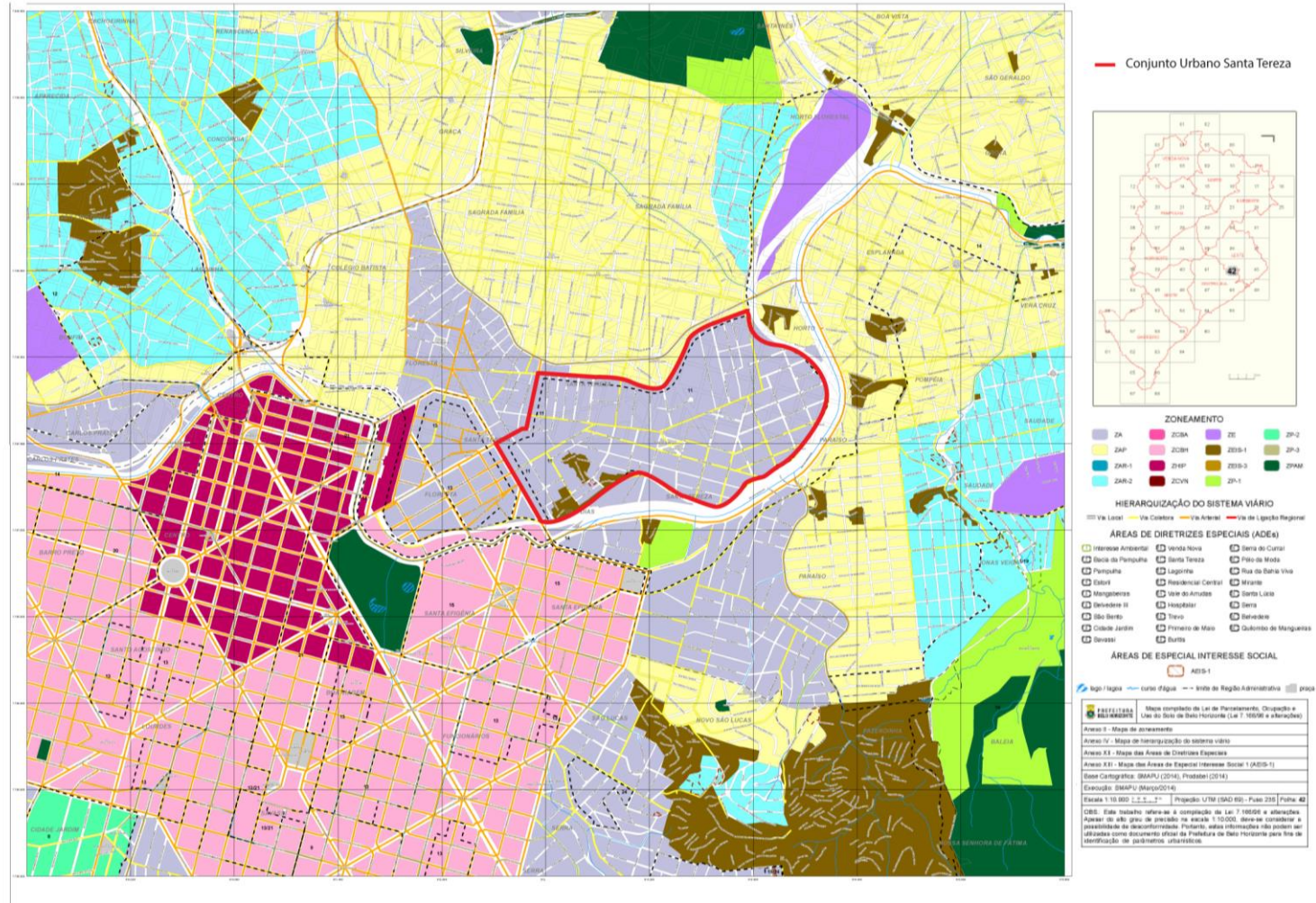
O “aquecimento” do mercado imobiliário nos meados da década de 1990, com o retorno do financiamento da “casa própria” pela Caixa Econômica Federal, expande as fronteiras espaciais da cidade. Neste sentido, a análise de Mendonça (2002), sobre os processos da organização sócio espacial da cidade, descreve atuação do mercado imobiliário:

[...] nas proximidades da área central de Belo Horizonte são aquelas a sul e sudeste, onde houve a maior concentração no número de novos domicílios nos anos oitenta (Belo Horizonte, op.cit.), grande parte dela constituindo região de intensa atuação do mercado imobiliário empresarial naqueles anos e nos seguintes.” (MENDONÇA, 2002, p.143)

Na medida em que as áreas se tornam altamente adensadas, o mercado imobiliário se volta para regiões ainda não muito exploradas – segundo Mendonça (2002, p.122) “trata-se da expansão da fronteira de produção imobiliária”. Neste sentido, bairros como Santa Tereza se mostram extremamente convenientes - a proximidade do centro da cidade, além das melhorias na infraestrutura viária e de mobilidade urbana – para a condição de zona preferencial de adensamento.

²³ O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) era gerenciado por 76 bancos credenciados pelo Banco Nacional da Habitação, BNH. A partir de 1986, a Caixa Econômica Federal passou a administrar esse recurso, que foram totalmente transferidos até o ano de 1991. Contudo, no ano de 1992, a arrecadação líquida negativa de US\$ 34 milhões, o Fundo experimentou um nível exorbitante de desembolsos comprometendo seu equilíbrio financeiro. A liberação do FGTS para a compra da casa própria somente regularizou-se em março de 1994.

FIGURA 15 – Detalhe da Lei de Uso e Ocupação do Solo Urbano do Município de Belo Horizonte - 2010.



Fonte: PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2010. (Modificado por Caetano Drumond, 2017)

3. RITMANÁLISE

3.1. O conceito original: de Lúcio Alberto Pinheiro dos Santos à Gaston Bachelard

Ritmanálise é um termo cunhado pelo filósofo, matemático, físico, psicólogo, político e professor português Lúcio Alberto Pinheiro dos Santos (1889-1950). Entretanto, seus estudos nunca seriam publicados - segundo Paulo Ferreira da Cunha (2012), após a morte do filósofo, sem sucesso após inúmeras tentativas de publicação, “a viúva queimaria em acto empedocliano em frente da Imprensa Nacional pelo final dos anos 50 (não se sabe se por iniciativa própria, se por ordem do filósofo).” (CUNHA, 2012, [s.p])

O conceito original da ritmanálise constitui-se na “ideia-crença de que o Ser é, na sua mais íntima substância, figura e número, harmonia e ritmo. Tanto na legalidade das energias físicas, como no processo vital, como no fluir do espírito, a chave da explicação de tudo quanto existe e transita não seria outra senão a lei do ritmo.” (CUNHA, 2012, [s.p])

Entretanto, o emprego terapêutico seria, para Pinheiro dos Santos, a principal função da ritmanálise – possibilitando auxílio para as “rotinas neuróticas” e “arritmias desvitalizantes” e proporcionando “ao praticante de ritmanálise o sempre renovado regresso ao seu próprio ritmo, é daí que decorre uma melhor e mais consciente ligação aos ritmos biocósmicos e sociológicos, bem como à experiência da rítmica metafísica.” (CUNHA, 2012, [s.p])

As vicissitudes relativas à história da ritmanálise também envolveria o desaparecimento dos “dois volumes dactiloscritos policopiados de *La rythmanalyse* enviados por Lúcio Pinheiro dos Santos do Rio de Janeiro” (CUNHA, 2012, s/p) à Gaston Bachelard por volta de 1931. Além disso, Bachelard ainda incluiria uma nota de rodapé no último capítulo de sua obra *A dialética da duração* publicado em 1936, referindo-se a Pinheiro dos Santos como “professor de filosofia na Universidade do Porto, no Brasil.”

Cunha (2012) ressalta que as informações errôneas de Bachelard confundiram brasileiros e franceses por mais de meio século, a ponto de considerá-lo inexistente. Tal argumento seria também corroborado por Pedro Baptista em *O filósofo fantasma* (2010, p.41): “[...] Bachelard se equivoca ao situar a Universidade do Porto, onde Pinheiro dos Santos se intitulava professor, no Brasil [...]”. Contudo, Baptista afirma que é provável que os dois filósofos mantinham “um relacionamento estreito e com alguma regularidade” desde que se conheceram em 1912 em Paris.

Nascido na cidade de Braga em 1889, Lúcio Alberto Pinheiro dos Santos já demonstraria desde cedo caráter

[...] interventivo, aguerrido e inflexível quanto ao que considerava ser o sentido republicano do cumprimento do dever patriótico e da defesa da dignidade da pessoa, bem como quanto ao dever de agir religiosamente de acordo com as decisões do seu pensar e sentir [...]. (BAPTISTA, 2010, p.23)

[...] Lúcio dos Santos aparece como membro destacado da Comissão Central de Lisboa dos estudantes, representante eleito da Escola Politécnica de Lisboa, a assinar um manifesto dos “Intransigentes”, que recusavam recuar no protesto acadêmico que se tinha iniciado contra a reprovação de um doutorando crítico do *status* universitário, Dias Ferreira, por sinal filho do antigo primeiro-ministro de mesmo nome, em Março de 1907, mas que evoluía, agora inserindo a expulsão da Universidade de sete colegas na luta, contra o governo de João Franco e contra o fortalecimento do poder real e se politizava, uma vez que o movimento ganhava a solidariedade de professores republicanos. (BAPTISTA, 2010, p.24)

Em 1912, formado em matemática e física pela Escola Politécnica de Lisboa, Pinheiro dos Santos consegue uma bolsa para estudar no estrangeiro – frequenta a Faculdade de Engenharia de Mons na Bélgica e cursos de matemática em Paris-Sorbonne e, no Collège de France assiste aos cursos de Bergson.

Nessa época conhece Gaston Bachelard, um “jovem licenciado em matemática e professor de física e química francês que se haveria de notabilizar como filósofo” (BAPTISTA, 2010, p.28), provavelmente nas aulas do Collège de France, já no início da perspectiva crítica acerca da noção continuísta do tempo de Bergson.

Segundo Baptista (2010, p.43), Bachelard receberia os manuscritos de Pinheiro dos Santos em 1931, entretanto o filósofo português não interrompeu sua atividade ritmanalítica, “aplicando-a ao campo da matemática, da psicologia e da pedagogia”. Documentos caligrafados encontrados no Brasil revelam o “plano de um ciclo de duas conferências intitulado: “O pensamento matemático como disciplina viva.”

(BAPTISTA, 2010, p. 44) Baptista (2010, p.44) relata que o plano seria enviado ao pedagogo brasileiro Anísio Teixeira, responsável pela criação da “rede municipal de ensino integrado da escola primária à Universidade, procedendo a uma profunda reforma do sistema público de ensino.”

Baptista (2010) afirma que além do recém descoberto plano de conferências enviado à Anísio Teixeira, o que se tem conhecimento a respeito do pensamento ritmanalítico de Pinheiro dos Santos seria transmitido por Gaston Bachelard. “E é o ritmo que Bachelard vai procurar na Ritmanálise de Lúcio Pinheiro dos Santos que apresenta um resumo sob o aspecto material, biológico e psicológico.” (BAPTISTA, 2010, p.55) Contudo, Bachelard iria abordar a filosofia de Pinheiro dos Santos de maneira pontual em relação à noção de duração discutida em sua obra.

The very complex and varied studies by Lucio Alberto Pinheiro dos Santos that we have been able to see are in the form of a sequence of essays described by the author himself as provisional and open to revision. Our intention is neither to give an over-all view of these nor to describe all the many lines of development here. We simply wish to decide on some of his general themes and to examine the resonance these themes may have for our own argument concerning the essentially dialectical durations that are constructed on waves and rhythms. Were it to be as fully expounded as it deserves, Pinheiro dos Santos's work would require a sizeable book on it. It suggests experiments in many fields which should tempt those looking for new ideas for their work. (BACHELARD, 2000, p.136).²⁴

Bachelard examina as proposições de Pinheiro dos Santos, que compreendem a fenomenologia dos ritmos sob três perspectivas: material, biológica e psicológica. No entanto, Bachelard afirma que iria discorrer apenas superficialmente sobre as duas primeiras, já que se ocuparia mais profundamente da psicologia da duração. Bachelard evidencia que, segundo os princípios da Física, a matéria se transforma em radiação ondulatória e que esta se transforma em matéria. Dessa maneira, assim como as radiações, a matéria apresenta aspectos ondulatórios e rítmicos – “It is not

²⁴ Os estudos muito complexos e variados de Lucio Alberto Pinheiro dos Santos que temos sido capazes de ver estão na forma de uma sequência de ensaios descritos pelo próprio autor como provisórios e passíveis de revisão. Nossa intenção aqui não é nem de dar uma visão geral sobre isso, nem de descrever todas as muitas linhas de desenvolvimento. Nós simplesmente desejamos decidir sobre alguns de seus temas gerais e examinar a ressonância que estes temas possam ter para o nosso próprio argumento relativo às durações essencialmente dialéticas que são construídas por ondas e ritmos. Se fosse para ser totalmente explanado como merece, o trabalho de Pinheiro dos Santos exigiria um livro considerável sobre ele. Ele sugere experimentos em muitos campos que devem seduzir aqueles que procuram novas ideias para o seu trabalho. (tradução nossa)

just sensitive to rhythms but it exists, in the fullest sense of the term, on the level of rhythm.” (BACHELARD, 2000, p.137).²⁵

Neste sentido, considerando o problema no nível mais elementar, “if a particle ceased to vibrate, it would cease to be.” (BACHELARD, 2000, p.138).²⁶ Portanto, a energia vibratória se faz energia da existência, dentro de um tempo específico – “Matter exists in and only in a time that vibrates, and it is because it rests on this time that it has energy even in repose. We would therefore be forgetting a fundamental characteristic if we were to take time to be a principle of uniformity.” (BACHELARD, 2000, p.138)²⁷ Sendo assim, o tempo compreende uma dualidade básica, própria da vibração, que é sua propriedade funcional.

No que diz respeito à perspectiva biológica da ritmanálise, Bachelard declara que sua exposição acerca do assunto é breve, evidenciando questões exploradas por Pinheiro dos Santos envolvendo a homeopatia. “Dilution, which is always very great in homeopathy, in fact favours the vibrating temporalisation of medical substances.” (BACHELARD, 2000, p.139).²⁸

Pinheiro dos Santos compreendia a homeopatia não tanto como uma troca de substâncias, mas uma troca de energia considerando que a energia se manifesta de maneira vibratória. De acordo com a física das radiações, as substâncias atuam especialmente através dos elementos superficiais e as irradiações dos componentes mais profundos são absorvidos pela própria matéria. “The dilution of homeopathic matter is thus a condition of its vibratory action.” (BACHELARD, 2000, p. 140).²⁹

This then is the principle we should make fundamental to rhythm analytical health: small causes have great effects; small doses have great success. We might then see the beginning of the art of micro-nutrition, if we may be allowed to use such an ugly term which does however suggest a life so joyously dematerialised! Before all else, the temporal characteristics of this micro-nutrition must be revealed. With a micro foodstuff, we take in duration and rhythms rather than substance. Substance is but an opportunity for

²⁵ Não é apenas sensível aos ritmos mas ela existe, no sentido mais amplo do termo, no nível de ritmo. (tradução nossa)

²⁶ se uma partícula parasse de vibrar, ela deixaria de existir. (tradução nossa)

²⁷ A matéria existe em e somente em um tempo que vibra, e é porque descansa neste tempo que tem energia mesmo em repouso. Nós estaríamos portanto esquecendo de uma característica fundamental se fôssemos tomar o tempo como um princípio de uniformidade. (tradução nossa).

²⁸ Diluição, que é sempre muito grande na homeopatia, na verdade favorece a temporalização vibratória de substâncias médicas. (tradução nossa)

²⁹ A diluição da matéria homeopática é a condição de seu movimento vibratório. (tradução nossa)

becoming; pure essence is but time that truly vibrates (BACHELARD, 2000, p. 141).³⁰

Para Bachelard, a vida é ondulação – tanto no plano físico bem como no psíquico. Afirmando que quanto mais se eleva o psiquismo maior é seu movimento ondulatório. O autor destaca que a ritmanálise busca, de maneira mais minuciosa do que a psicanálise, motivos de dualidade das atividades mentais: “It makes the same distinction between unconscious tendencies and strivings for consciousness, but it achieves a better balance than psychoanalysis does between these tendencies towards opposite poles, and of the psyche's two-directional movement.” (BACHELARD, 2000, p. 146).³¹

Pinheiro dos Santos declara, de acordo com Bachelard, que o homem pode tornar-se submisso a ritmos “inconscientes e confusos” devido à falta de uma estrutura vibratória. Contudo, ele também pode martirizar-se pela infidelidade aos ritmos espirituais mais nobres. Neste sentido, o homem tem consciência de sua superação. A polaridade espiritual é, segundo Pinheiro dos Santos, base fundamental da ritmanálise.

Talvez o aspecto essencial discutido por Bachelard acerca da ritmanálise seja a questão da temporalidade - os ritmos não se restringem apenas a dimensão física, abarcam também valores psíquicos e espirituais. O caráter holístico da ritmanálise, entretanto, não defende uma homogeneização dos ritmos, mas sua harmonização - “the phenomena of duration are constructed by rhythms, rhythms that are by no means necessarily grounded on an entirely uniform and regular time.” (BACHELARD, 2000, p.20).³² Para o autor, o ritmo das ideias teria a capacidade de orientar o ritmo das coisas.

³⁰ Isso, então, é o princípio que devemos estabelecer como fundamental para a saúde ritmanalítica: pequenas causas têm grandes efeitos; pequenas doses têm grande sucesso. Poderíamos, então, ver o início da arte da micro nutrição, se pode ser permitido para usar um termo tão feio que, no entanto sugere uma vida tão alegremente desmaterializada! Antes de tudo, as características temporais desta micro nutrição deve ser revelada. Com um micro alimento, assimilamos duração e ritmos em vez de substância. Substância é apenas ocasião de um devir; a essência pura é, todavia o tempo que realmente vibra. (tradução nossa)

³¹ Ele faz a mesma distinção entre tendências inconscientes e esforços para a consciência, mas ela consegue um equilíbrio melhor do que a psicanálise faz entre essas tendências para polos opostos, e do movimento bidirecional da psique. (tradução nossa)

³² os fenômenos de duração são construídos por ritmos, ritmos que são de modo algum necessariamente fundamentados em um momento totalmente uniforme e regular. (tradução nossa)

Em oposição à noção de duração de Henri Bergson que se fundamenta no princípio da intuição, Bachelard é contundente quando afirma que se pode aceitar tudo da filosofia Bergsoniana, exceto o continuísmo – “of Bergsonism we accept everything but continuism.”³³ (BACHELARD, 2000, p.28,29) Se para Bergson o tempo percebido pela intuição é contínuo, diferente do tempo da física, que é composto de instantes, por outro lado, Bachelard considera que a intuição do instante criaria uma ponte entre os elementos que Bergson pretende separar: a intuição e o instante.

Segundo Deleuze (2008, p.22) a principal divisão é, para Bergson, a duração e o espaço – “Todas as outras divisões, todos os outros dualismos a implicam, dela derivam ou nela terminam.”

Quando dividimos alguma coisa conforme suas articulações naturais, temos, em proporções e figuras muito variáveis segundo o caso: de uma parte, o lado espaço, pelo qual a coisa só pode diferir em grau das outras coisas e *de si mesma* (aumento, diminuição); de outra parte, o lado duração, pelo qual a coisa difere por natureza de todas as outras e *de si mesma* (alteração). [...]

Consideremos um pedaço de açúcar: há uma configuração espacial, mas sob esse aspecto nós só apreenderemos tão-somente diferenças de grau entre esse açúcar e qualquer outra coisa. Contudo, há também uma duração, um ritmo de duração, uma maneira de ser no tempo, que se revela pelo menos em parte no processo da dissolução, e que mostra como esse açúcar difere por natureza não só das outras coisas, mas primeiramente e sobretudo de si mesmo. Essa alteração se confunde com a essência ou a substância de uma coisa; é ela que nós apreendemos, quando a pensamos em termos de Duração. (DELEUZE, 2008, p.22).

Para Bergson, a duração “é o que difere ou o que muda de natureza, a qualidade, a heterogeneidade, o que difere de si mesmo.” (DELEUZE, 2008, p.130). Sua crítica à ciência e a metafísica se fundamenta no fato de “terem perdido esse sentido das diferenças de natureza, por terem retido somente diferenças de grau aí onde havia uma coisa totalmente distinta, por terem, assim, partidos de um “misto”³⁴ mal analisado.” (DELEUZE, 2008, p.131).

³³ do Bergsonismo podemos aceitar tudo menos continuísmo. (tradução nossa)

³⁴ A diferença de natureza não está entre dois produtos, entre duas coisas, mas em uma única e mesma coisa, entre duas tendências que a atravessam, está em um único e mesmo produto, entre duas tendências que aí se encontram. Portanto, o que é puro nunca é a coisa; esta é sempre um misto que é preciso dissociar; somente a tendência é pura: isso quer dizer que a verdadeira coisa ou a substância é a própria tendência. (DELEUZE, 2000, p.131)

A divisão dos mistos “segundo suas articulações naturais isto é, em elementos que diferem por natureza” (DELEUZE, 2008, p.14) é frequentemente articulada através de dualismos – “duração-espaco, qualidade-quantidade, heterogêneo-homogêneo, contínuo-descontínuo, as duas multiplicidades, memória-matéria, lembrança-percepção, contração-distensão, instinto-inteligência, as duas fontes, etc.” (DELEUZE, 2008, p.14).

A intuição seria então o método que divide o misto em duas tendências que diferem por natureza – “das quais uma é duração, simples e indivisível.” (DELEUZE, 2008, p.132) Segundo Deleuze (2008, p.23), a intuição para Bergson seria um movimento pelo qual “saímos de nossa própria duração, o movimento pelo qual nós nos servimos de nossa duração para afirmar e reconhecer imediatamente a existência de outras durações acima ou abaixo de nós.”

Deleuze (2008, p.27) aponta que Bergson define que a duração como experiência psicológica não se apresenta somente como experiência vivida, “é também experiência ampliada, e mesmo ultrapassada; ela já é condição da experiência, pois o que esta propicia é sempre um misto de espaço e de duração.”

A duração pura apresenta-nos uma sucessão puramente interna, sem exterioridade; o espaço apresenta-nos uma exterioridade sem sucessão (com efeito, a memória do passado, a lembrança do que se passou no espaço já implicaria um espírito que dura). Produz-se entre os dois uma mistura, na qual o espaço introduz a forma de suas distinções extrínsecas ou de seus "cortes" homogêneos e descontínuos, ao passo que a duração leva a essa mistura sua sucessão interna, heterogênea e contínua. (DELEUZE, 2008, p.27).

Para Bergson a ciência desconsidera o movimento - uma ilusão criada por uma sucessão de quadros estáticos. Os antigos filósofos menosprezavam a importância do tempo, e, mesmo que os filósofos modernos reconheçam sua relevância, o tempo é considerado como uma sucessão de instantes.

Bergson também critica a espacialização do tempo, principalmente no que se refere à Teoria da Relatividade, que propõe a assimilação do tempo ao espaço como necessária “para exprimir a invariância da distância, de modo que ela se introduz explicitamente nos cálculos e não deixa subsistir distinção real.” (DELEUZE, 2000, p.69).

Quando Bergson defende a unicidade do tempo, ele a nada renuncia do que disse anteriormente em relação à coexistência virtual dos diversos graus de distensão e de contração e à diferença de natureza entre os fluxos ou ritmos

atuais.[...] O que ele denuncia, desde o início, é toda *combinação* de espaço e de tempo em um misto mal analisado, no qual o espaço é considerado como já feito e o tempo, então, como uma quarta dimensão do espaço. (DELEUZE, 2008, p.27).

A introdução da versão em inglês do livro *A dialética da duração* escrita por Cristina Chimisso em 2000 revela que, para Bergson, a intuição é a capacidade que nos permite ir além desse tempo fragmentado, a fim de se ter acesso ao tempo real contínuo. Chimisso aponta que:

The Dialectic of Duration expresses the same criticism from the opposite end: to dialecticise duration amounts to reducing it to the discontinuous time of physics. A dialectic of duration is not a small correction of Bergsonism, but rather its negation. (CHIMISSO, 2000, p.3).³⁵

Chimisso (2000) deixa claro que o uso da dialética é, para Bachelard, a forma mais eficaz para o desenvolvimento do conhecimento – “A new doctrine, or a new scientific theory, cannot be formulated without a polemical discussion with an existent, and competing, doctrine.” (CHIMISSO, 2000, p.3)³⁶ Além disso, outra razão assinalada por Chimisso para a oposição de Bachelard à filosofia Bergsoniana é mais circunstancial, no que se refere às correntes concorrentes do pensamento filosófico e da prática nas universidades francesas da época. Dessa maneira, Bachelard opõe-se ao projeto de Bergson, que separa a filosofia e ciência. Enquanto Bergson defende a intuição como elemento essencial do conhecimento filosófico - já que a intuição não está disponível para a ciência - Bachelard defende a visão de que a ciência gera a filosofia.

3.2. O conceito de Lefebvre

Através de Bachelard, especialmente dois de seus livros - *Dialética da duração* (1936) e *A poética do espaço* (1957) - que Lefebvre toma conhecimento da

³⁵ A Dialética da Duração expressa a mesma crítica do lado oposto: dialetizar quantidades de duração a fim de reduzi-la ao tempo descontínuo da física. Uma dialética da duração não é uma pequena correção do bergsonismo, mas sim sua negação. (tradução nossa)

³⁶ Uma nova doutrina, ou uma nova teoria científica, não pode ser formulada sem uma discussão com uma doutrina existente e concorrente.

ritmanálise. Intitulado *Éléments de Rythmanalyse*,³⁷ o livro de Henri Lefebvre é uma compilação de textos publicada em 1992 após sua morte pelo amigo e colega René Lourau.

O que Lefebvre propõe, em termos gerais, é o uso dos ritmos como ferramenta de observação a fim de examinar uma variedade de tópicos. Assim como a geometria analítica não é suficiente para a compreensão do espaço, o relógio é incapaz de, por si só, determinar o tempo. Assim, outros aspectos devem ser devidamente observados como questões relacionadas à mudança e repetição, identidade e diferença, contraste e continuidade.

A ritmanálise para Lefebvre investiga o ritmo da sociedade urbana e suas consequências práticas. O autor propõe que a ritmanálise se tornasse “uma ciência, um novo campo de conhecimento” proporcionando uma compreensão inestimável da vida cotidiana urbana no tempo e no espaço, permitindo delinear a espontaneidade das relações sociais.

As três características principais dos ritmos cotidianos – repetição, medida e movimento – são essenciais para a compreensão dos ritmos cotidianos. A repetição é um atributo essencial do ritmo, e indissociável do movimento, que pressupõe uma medida, mesmo que, por mais paradoxal que pareça, sejam os ritmos naturais e espontâneos. Todavia, a mensuração somente é possível se um ritmo for comparado a outro: “A rhythm is only slow or fast in relation to other rhythms [...]” (LEFEBVRE, 2013, p.96)

É interessante mencionar um trecho da dissertação de Michel Moreaux (2013) - Expressões e impressões do corpo no espaço urbano: estudo das práticas de artes de rua como rupturas dos ritmos do cotidiano da cidade. O autor cita o trabalho de Gérardot (2007) que analisa a etimologia do termo ritmo – “A etimologia considera que ritmo vem do grego *rhuthmos* (movimento regulado e mensurado), oriundo do verbo *rhein*, significando escorrer. Assimila-se assim o ritmo ao vai e vem das ondas.” (MOREAUX, 2013, p.3) Gérardot também apresenta a interpretação do linguista Émile Benveniste para o termo: “Benveniste considera que o ritmo se aplicava na língua grega ao curso e à correnteza de um rio ou riachuelo, e não ao

³⁷ Elementos da Ritmanálise (tradução nossa)

movimento de vai e vem das ondas.” (MOREAUX, 2013, p.3) Dessa maneira, o ritmo é um fenômeno dissimétrico.

Da maneira semelhante, Lefebvre (2013) afirma que as repetições nunca deixam de gerar diferenças – “Absolute repetition is only a fiction of logical and mathematical thought [...] Not only does repetition not excludes differences, it also gives birth to them; it produces them.”³⁸ (LEFEBVRE, 2013, p.17) O vivido, o cotidiano são atrofiados por lógicas normatizadoras.

Usando a dialética como metodologia, Lefebvre considera uma infinidade de possibilidades. “Recusa o determinismo e permite ao sujeito histórico se sentir ator da transformação. Promove o pensamento como um meio de incentivar essa transformação do real, desmitificando a dominação de uma lógica que valoriza unicamente o valor de troca e tende à alienação completa dos indivíduos.” (MOREAUX, 2013, p.13)

Para Lefebvre o ritmo é essencial para a compreensão do tempo e do espaço da vida urbana – o conflito entre os tempos biológicos naturais do nosso corpo e os tempos sociais marcados pelo relógio. A proposta de Lefebvre sugere que o ritmanalista deveria ouvir o mundo – mas, em primeiro lugar, seu próprio corpo, local e espaço da interação entre os processos biológico, o filosófico e sociocultural.

The body. Our body. [...] The body consists of a bundle of rhythms, different but in tune. [...] The body produces a garland of rhythms, one could say a bouquet, though these words suggest an aesthetic arrangement, as if the artist nature has foreseen beauty - the harmony of the body (of bodies) - that results from all its history.

[...] The eurhythmic body, composed by diverse rhythms - each organ, each function, having its own - keeps them in metastable equilibrium, which always understood and often recovered, with the exception of disturbances (arrhythmia) that sooner or later become illness (the pathological state). But the surroundings of bodies, be they in nature or a social setting, are *also bundles, bouquets, garlands* of rhythms, to which it is necessary to listen in order to grasp the natural or produced ensembles. (LEFEBVRE, 2013, p.30).³⁹

³⁸ A repetição absoluta é apenas uma ficção do pensamento lógico e matemático [...] Não só a repetição não exclui as diferenças, mas também as dá a luz; ela as produz. (tradução nossa)

³⁹ O corpo. O nosso corpo. [...] O corpo é constituído por um conjunto de ritmos, diferentes, mas em sintonia. [...] O corpo produz uma **guirlanda** de ritmos, pode-se dizer um buquê, embora estas palavras sugerem um arranjo estético, como se a natureza artista tivesse previsto beleza - a harmonia do corpo (dos corpos) - que resulta de toda sua história.

[...] O corpo eurítmico, composto por diversos ritmos - cada órgão, cada função, tendo o seu próprio – que se mantém em equilíbrio **metaestável**, que sempre entendeu e muitas vezes se recuperou, com exceção de distúrbios (arritmia) que mais cedo ou mais tarde se tornaria doença (o estado patológico). Mas os corpos circundantes, sejam eles na natureza ou num ambiente social, também são *feixes, buquês, guirlandas* de ritmos, para o qual é necessário ouvir a fim de apreender os conjuntos naturais ou produzidos. (tradução nossa)

Sob essa perspectiva, Olivier Mongin (2009, p. 242) discorre sobre a experiência de um lugar e sua relação direta com o corpo - “a experiência urbana é primeiramente corporal.” De acordo com o autor, a cidade deve favorecer percursos e práticas não limitando sua relação ou impondo limites. Mongin critica a criação de espaços onde o corpo é menosprezado em detrimento dos automóveis - “Na criação de uma cidade nova, cuja tipificação é Brasília, o que acontece? Proezas arquitetônicas evidentes num tabuleiro urbano não menos evidente? Em Brasília, onde quer que estejamos estamos em lugar nenhum. Sem corpo.” (GAUDIN, 2006 *apud* MONGIN, 2009, p. 245).

A cidade é mesmo uma questão de corpo, desse corpo individual que sai de si próprio para se aventurar dentro de um corpo coletivo e mental onde se expõe a outros: a história de corpos que criam um espaço comum sem por isso buscar a fusão, a história de um mundo político que acompanha as genealogias da democracia. [...] A cidade: condição de possibilidade de relações diversas (corporal, cênica, política), lugar que dá “forma” a práticas infinitas e a uma duração; este é o sentido inicial da condição urbana. (MONGIN, 2009, p. 38)

Em *A afinação do mundo* (2001), Raymond Murray Schafer dedica-se à análise do ambiente acústico – criando, na época de seu lançamento em 1977 o neologismo *soundscape*⁴⁰ - com o objetivo de “mostrar de que modo a paisagem sonora havia evoluído no decorrer da história e de que modo as mudanças por que passou podem ter afetado nosso comportamento.” (SCHAFER, 2001, p.11).

Uma comunidade pode ser caracterizada por seus aspectos geográficos, religiosos e sociais; contudo o autor propõe a interpretação sonora da sociedade:

A casa pode ser apreciada como um fenômeno acústico projetado para a primeira comunidade, a família. Dentro dela, os membros podem produzir sons privados, sem nenhum interesse fora de suas paredes. Uma paróquia era também acústica e se definia pelo alcance do som dos sinos da igreja. Quando já não podem escutar os sinos já não se está na paróquia. (SCHAFER, 2001, p.300).

Schafer (2001) aponta que os primeiros colonizadores norte-americanos, por exemplo, construíam suas casas a um grito de distância. Dessa maneira, em caso de serem, por ventura, atacadas, as pessoas podiam entrar em contato umas com as outras. Isso demonstra a importância da escala humana na delimitação do espaço.

⁴⁰ O neologismo *soundscape* (paisagem sonora) faz analogia à *landscape* (paisagem).

Gehl (2009) relata que a escala humana tem sido negligenciada pelo planejamento urbano, enquanto muitas outras questões a abertura de vias para o tráfego de automóveis são muito mais relevados. “A common feature of almost all cities — regardless of global location, economic viability and stage of development — is that the people who still use city space in great numbers have been increasingly poorly treated.”⁴¹ (GEHL, 2009, p.3).

A relação entre corpo e espaço não deveria resultar em situações de conflito. Mongin (2009) destaca que a correlação entre os dois no ambiente urbano, principalmente nos grandes centros, é cada vez mais insípida. “O corpo não se satisfaz com qualquer lugar, ele resiste aos lugares invisíveis, tornados insuportáveis porque ele não consegue incorporá-los. [...] se ainda é possível caminhar, é impossível de viver, por falta de tempo e de vida coletiva.” (MONGIN, 2009, p.244)

Segundo o autor, a forma do espaço urbano deve, sobretudo, ser projetada em função do corpo. Neste sentido, Lefebvre aponta o corpo como indicador primário da ritmanálise.

“No plano corporal, estético e político, o espaço urbano é marcado pelo ritmo.” (MONGIN, 2009, p.256). Para Lefebvre, o estudo ritmanalítico se desenvolve dentro do espaço e do âmbito do cotidiano urbano, incluindo dimensão temporal. Assim, tanto o tempo quantificado pelo relógio, mas também, o tempo permeado pelos ritmos cósmicos e vitais – dia e noite, estações do ano, ritmos biológicos são considerados. Corolário dessa interação, o tempo social se define como produto social.

Para Halbwachs (2003), o tempo social depende de uma convenção coletiva já que a noção de duração é regulada por parâmetros individuais. Na sua acepção, a divisão do tempo social está vinculada à divisão do trabalho:

A divisão do trabalho social arrasta o conjunto dos homens num mesmo encadeamento mecânico das atividades: quanto mais avança, mais ela nos obriga a ser exatos. Sou obrigado a regular as minhas atividades segundo o andar dos ponteiros do relógio, segundo o ritmo adotado por outros que não leva em conta as minhas preferências, tenho de ser avarento com o meu tempo e não perdê-lo nunca, porque assim comprometeria algumas oportunidades e vantagens que me oferece a vida em sociedade. (HALBWACHS, 2003, p.114).

⁴¹ Uma característica comum a quase todas as cidades - independentemente da localização global, viabilidade econômica e estágio de desenvolvimento - é que as pessoas que ainda usam o espaço urbano em grande número têm sido cada vez mais mal tratadas. (tradução nossa)

Todavia, Halbwachs afirma que o tempo social se faz necessário na medida em que cada indivíduo tem uma noção distinta de duração. Segundo o autor, convencionou-se medir o tempo através dos fenômenos naturais – o movimento dos astros, por exemplo – ou por meios artificiais – relógios – “porque na seqüência de nossos estados de consciência não conseguiríamos encontrar pontos de referência definidos suficientes, que pudessem valer para todas as consciências.” (HALBWACHS, 2003, p.116) Nesse sentido, na medida em que se estabelecem pontos de referência comuns a todos, a memória coletiva é determinada.

De maneira semelhante, Santos (2006) identifica a organização do tempo social para o seu maior controle:

A fixação, pela autoridade nacional, de um calendário escolar, por exemplo, é um desses dados organizacionais que delimitam e qualificam o tempo social, ditando, de longe e de cima, a duração e o nível da atividade econômica em bom número de centros de vilegiatura. O horário dos bancos modula os ritmos de atividade em outros ramos da vida econômica. (SANTOS, 2006, p.97).

Assim como o tempo social, também o espaço social das práticas cotidianas é determinante para amparar a memória coletiva. Halbwachs afirma que “o lugar ocupado por um grupo não é como um quadro-negro no qual se escreve e depois se apaga números e figuras.” (HALBWACHS, 2003, p.159) O lugar é o meio tangível para ancorar a memória coletiva.

Os diversos bairros de uma cidade e as casas em uma quadra têm uma localização fixa e também estão presos ao solo, como as árvores, os rochedos, uma colina ou um planalto. Por isso o grupo urbano não tem a impressão e mudar enquanto a aparência das ruas e das construções permanece idêntica; existem poucas formações sociais ao mesmo tempo mais estáveis e de duração mais segura. (HALBWACHS, 2003, p.160).

Os ritmos estão em toda parte, como aponta Lefebvre (2013), contudo as noções de ritmo diferem subjetivamente de acordo com os interesses pessoais, atividades e o humor dos indivíduos em suas vidas diárias - os músicos tendem a perceber os ritmos em estreita relação com a noção do compasso e medida; historiadores e economistas definem os ritmos à noção de ciclos e eras; ginastas relacionam-se com seqüências de movimentos aeróbicos.

De acordo com Schafer (2001), a pesquisadora Catherine Ellis⁴² descobriu, através da análise da música aborígine australiana, “que a batida fundamental do tambor sempre flutua perto da batida do coração normal.” (SCHAFER, 2001, p.316) O mesmo foi constatado em *Ode à alegria* da *Nona Sinfonia* de Beethoven, cuja marca metronômica é de oitenta pulsos por minuto.

O autor também indica a respiração como outro importante ritmo de referência – entre doze e vinte ciclos por minuto, ela pode aumentar ou diminuir de velocidade após esforço físico ou em estado de relaxamento.

A correspondência entre a respiração e o movimento das ondas foi percebida por Virgílio. Em sua *VI Écloga* ele nos fala de que modo os argonautas procuravam um jovem perdido, “até que a própria praia longa chamasse Hylas e novamente Hylas.” A cada grito uma respiração. A cada onda um grito. Perfeita sincronia. (SCHAFER, 2001, p.317).

Igualmente, o ritmo da poesia também está relacionado com a respiração – “Quando a frase é longa e natural, espera-se um estilo respiratório relaxado; quando é irregular, ou saltitante, sugere um padrão respiratório irregular.” (SCHAFER, 2001, p.317) da mesma maneira, Henri Meschonnic (2006, p.17) ressalta que a poesia é a revelação do ritmo, pois este “é uma organização subjetiva do discurso [...]”

Além dos ritmos biológicos, Schafer (2001) ressalta os ritmos humanos que influenciam diretamente o meio ambiente. O ritmo do trabalho, ritmos cotidianos que, segundo Schafer, são melhores observados em pequenas cidades ou vilarejos, “onde a vida é mais suscetível de ser regulada pelas atividades comuns.” (SCHAFER, 2001, p.322).

À vista disso, os ritmos reagem aos objetos e à morfologia dos espaços, que, por sua vez, são sobrepostos pelos ritmos naturais, tais como os ciclos do dia e da noite, condições climáticas, entre outros. Os ritmos sociais, espaciais e naturais juntos influenciam, moldam e caracterizam a vida cotidiana em ambientes urbanos e são responsáveis pela percepção do tempo em lugares e sentimentos de identidade.

Sob essa perspectiva, os ritmos urbanos sustentam os sentidos do tempo e do lugar, imprimindo suas particularidades. A análise dos ritmos urbanos oferece uma nova

⁴² Catherine Joan Ellis (1935-1996) foi uma etnomusicologista professora e pesquisadora especializada em música e cultura nativa australiana

maneira de se compreender a dinâmica dos espaços urbanos, sob uma escala corpórea e perspectiva mais holística.

3.3. A sinfonia dos modos de vida

Os ritmos urbanos promovem o sentido do tempo e influenciam o sentido do lugar. Eles têm um impacto sobre o nosso senso de familiaridade, segurança, intimidade e bem-estar. Os ritmos sociais cotidianos contribuem para a construção da imagem e lembrança de espaços como lugares. O ritmo é a música da cidade; está sempre ligado a algum lugar – “seja o coração, a vibração das pálpebras, o movimento de uma rua ou o ritmo de uma valsa.” (LEFEBVRE, 2013, p.96).

Se a percepção dos ritmos depende, como aponta Lefebvre, da comparação entre eles, a análise do ritmo peculiar do bairro de Santa Tereza, implica examinar também o ritmo do contexto em que está inserido, ou seja, a cidade de Belo Horizonte.

Em pouco mais de cem anos de existência, a capital mineira sofreu constantes transformações e readequações. De modo contrário, o bairro se manteve alheio a esse processo, conservando suas especificidades e o estreito vínculo de vizinhança. A vizinhança é, segundo Park (1967), o suporte para a sistematização da vida urbana.

[...] a vizinhança passa a ser a base do controle político. Na organização social e política da cidade, é ela a menor unidade local. [...] A vizinhança existe sem organização formal. A sociedade de aperfeiçoamento local é uma estrutura erigida nas bases da organização de vizinhança espontânea e existe com o propósito de dar expressão ao sentimento local face a assuntos de interesse local. (PARK, 1967, p. 35)

Certamente as cidades estão em constante transformação no curso da história, que vai de encontro à determinação de pontos de referência. Bosi (2013, p.24) indica que, “tal como nas paisagens, há marcos no espaço onde os valores se adensam.” Halbwachs também ressalta que:

Quando um grupo humano vive por muito tempo em um local adaptado a seus hábitos, não apenas a seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens materiais que os objetos exteriores representam para ele. Elimine, agora, elimine parcialmente ou modifique em sua direção, sua orientação, sua forma, sua

aparência, essas casas, essas ruas, esses becos – ou mude apenas o lugar que eles ocupam um em relação ao outro. As pedras e os materiais não oferecerão resistência. Os grupos resistirão e, neles, você irá deparar com a resistência, se não das pedras, pelo menos de seus arranjos antigos. (HALBWACHS, 2006, p.163).

Halbwachs destaca que as transformações no espaço são praticamente inevitáveis, como a demolição de uma casa ou o desaparecimento de uma alameda de árvores. Entretanto as alterações não poderiam ou não deveriam afetar a coletividade, principalmente em se tratando de grupos que “estão naturalmente ligados a um lugar”⁴³ e cujas relações estão vinculadas àquele local.

Neste sentido, os laços de vizinhança existentes em Santa Tereza são amplamente reforçados nos discursos da mídia local. Não necessariamente a única condição para a singularidade do bairro, que é também referência cultural no contexto histórico de Belo Horizonte. Sob essa perspectiva, Bosi (2013) indica que os bairros podem valorizar-se graças ao esforço de seus moradores, em defesa de características físicas que propiciam o modo de vida em determinado local e da memória que ali contida.

A ideia de um bairro familiar e com fortes relações de vizinhança, por exemplo, é frequentemente fortalecida pela mídia do bairro que sempre guarda um espaço em suas páginas para contar um pouco da história dos seus moradores mais antigos. Ao trazer à tona a história das personalidades pioneiras na ocupação do bairro, cria-se a sensação de continuidade com o passado, ao mesmo tempo em que aproxima os moradores, tratando-os como pertencentes a uma mesma e grande “família”. (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015, p.44) (Ver anexos 2 e 3).

O Dossiê para Proteção do Conjunto Urbano bairro Santa Tereza também ressalta que a preservação de suas características também foi possível, por não constituir local de passagem:

Embora localizado em uma região pericentral da cidade, o modo como se desenrolou a sua conformação sócio espacial permitiu com que, por muito tempo, ele se mantivesse relativamente imune à especulação imobiliária e aos impactos urbanísticos e sociais por ela provocados. (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015, p.6).

Dessa maneira, a justificativa fundamental para a proteção é precisamente a ambiência do bairro:

⁴³ HALBWACHS, 2006, p.165.

Ostentando uma ambiência e formas de apropriação do espaço público cada vez mais raras nas grandes cidades, o bairro de Santa Tereza tem no seu patrimônio imaterial, o seu maior bem, já que este garante a perpetuação de uma dada identidade. Este patrimônio, por sua vez, encontra-se intimamente associado ao espaço físico e edificado. Afinal, edificações “de cal e pedra” tornam-se espaços onde a imaterialidade cultural se revela e se apresenta. São cenários onde a vivência cultural acontece e se manifesta, sendo, portanto, difícil desvincular o imaterial do material, posto que um confere significado e completa o outro. (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015, p.50).

Segundo o mesmo dossiê, na década de 1980 o bairro “passou ser alvo de alguns empreendimentos imobiliários, sobretudo os ligados à construção de pequenos prédios residenciais.” (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015, p.6) As mudanças continuaram ocorrendo durante a década de 1990 e culminaram com a construção do viaduto que liga o bairro de Santa Efigênia à Santa Tereza, passando sobre a Avenida dos Andradas, além da construção da estação de metrô próximo ao viaduto.

Essas intervenções acentuaram o trânsito na região e, ao mesmo tempo, tornaram-na mais atrativa ao mercado imobiliário, “desencadeando um conjunto de conflitos entre os moradores, até então acostumados a se apropriar da rua como local de lazer e fruição.” (CAJAZEIRO; SOUZA; SOARES, 2012, p.296) Dessa maneira, pode-se estabelecer uma incompatibilidade dos ritmos, ou seja, o ritmo ao qual o bairro estava condicionado em contraste com o novo ritmo imposto pelas transformações no trânsito e zoneamento local.

Todavia, o bairro de Santa Tereza ainda preserva um ritmo muito mais orgânico e harmonioso se confrontado ao ritmo caótico e desarmônico que impera na maior parte da cidade. O bairro ainda resguarda aspectos interioranos, como relatam Souza e Cajazeiro (2012) a respeito de duas faixas instaladas pelos moradores do bairro em 2010:

[...] quem chega ao Santa Tereza por sua principal porta de acesso, isto é, pela rua Hermilo Alves, vindo da Avenida do Contorno, pode ser surpreendido por uma faixa anunciando o que lhe espera: “Bem-vindos a Santa Tereza. Lugar de gente feliz e festeira.” Poucos metros depois, quase no entroncamento da Rua Hermilo Alves com a Rua Mármore, outra mensagem avisa: “Correr pra quê? Você já está em Santê!” (SOUZA; CAJAZEIRO, 2012, p.100-101).

FIGURA 16 – Faixa instalada na Rua Hermilo Alves.



Fonte: SOUZA; CAJAZEIRO, 2010, p.101.

Considerando-se Santa Tereza pelo ritmo de vida lastreado, principalmente, nas relações de vizinhança e no sentimento notório de se residir e/ou frequentar o bairro. Cotejando-se o ritmo de Santa Tereza ao ritmo geral do restante da cidade, verifica-se o paradoxo – ao passo que o primeiro se manifesta de maneira espontânea e harmoniosa, o segundo é reflexo do automatismo vigente nas grandes metrópoles.

As relações sociais em Santa Tereza possuem um ritmo específico que determina toda dinâmica local. A cadência é definida não tanto pela brevidade e urgência da metrópole, mas por uma frequência mais orgânica e duradoura. As redes de vizinhança do bairro há muito consolidadas, formadas por interesses coletivos, fazem parte do identitário local.

As entrevistas realizadas por Souza e Cajazeiro (2012, p.115) com moradores do bairro também confirmam que tradição, cultura e boemia são “os elementos simbólicos que melhor definem o modo de vida no bairro.” Segundo as autoras, esses atributos, presentes no imaginário coletivo, passam a ser “naturalizados” – “existem muitos elementos presentes nos discursos acerca do bairro que encontram, em maior ou menor proporção, eco na realidade, mostrando-se presentes na vida cotidiana dos moradores de Santa Tereza.”

Entretanto, dentre os predicados que caracterizam o bairro, talvez o mais citado seja boêmio. Maria Leticia Ticle (2016, p.81) ressalta que “a boemia é, indiscutivelmente, um dos elementos do tripé formado pelas características tidas como essenciais do bairro Santa Tereza, uma de suas três particularidades mais marcantes e reforçadas, ao lado de tradicional e cultural.”

Neste sentido, é interessante destacar o texto de Maria Rita Kehl preparado para sua apresentação durante o ciclo de palestras *Mutações: elogio à preguiça*, para o lançamento de seu livro *18 Crônicas e mais algumas* em 2011. Introduzido pela frase de Oswald de Andrade: “O contrário do burguês não é o proletário, é o boêmio”, o texto de Kehl, intitulado *Boemia e malandragem: a preguiça na cadência do samba*, traz uma perspectiva social do tempo e do lugar da boemia.

A autora argumenta que, ao contrário do que o senso comum prega, a preguiça é, na verdade, uma “incompatibilidade entre o samba e o trabalho.” (KEHL, 2011, s/p) Ainda que haja a “exaltação da preguiça no samba [...] feita sob o nome de malandragem, boemia, orgia, vadiagem [...] a preguiça do sambista não se apresenta nas formas da lassidão, do repouso, da inatividade do corpo.” (KEHL, 2011, s/p).

A vida boemia para Kehl (2011, s/p), sobretudo no que se refere ao samba urbano carioca, originou-se como ideologia de recusa da servidão em uma geração de negros e mulatos descendentes de pais ou avós escravos - visto como castigo, o trabalho é recorrente nas letras dos primeiros sambas-maxixe, num protesto “pela chegada do sol, que inaugura o dia de trabalho e encerra a noite de samba e boemia.” (KEHL, 2011, s/p).

Nos sambas a que vou me referir, a preguiça aparece sob os nomes de orgia, malandragem e boemia, a misturar vadiagem e sociabilidade, bebedeira e trabalho criativo (quantos sambas não foram compostos em parcerias espontâneas, ao longo da madrugada, em mesas de bar?), sensualidade malemolente (bela palavra que já soa preguiçosa) e destreza no domínio de algum instrumento de corda ou percussão.

É uma forma nobre de preguiça em que o corpo se entrega ao ritmo, em que o tempo longo da noite (um turno oposto ao horário da fábrica e do trânsito que buzina no samba-canção de Chico) transcorre sem peias, sem acenar com a angústia que nos acomete diante do tempo vazio: é um tempo sincopado, marcado pelo ritmo característico do samba. *O ritmo confere outra marcação à passagem das horas, diferente da do relógio.* “Repetição sem tédio”, como alguém certa vez definiu o rock’n roll. Sambar, tocar, cantar a noite toda, sem preguiça nenhuma, é uma forma de vadiagem que escapa à polarização atividade/inatividade e, em troca, opõe trabalho a prazer, uso útil do tempo a desperdício inútil das horas que o relógio se

esquece de marcar e cuja passagem o corpo não dá sinais de reparar. (KEHL, 2011, s/p, grifo nosso).

Neste sentido, Halbwachs (2003, p.114) evidencia a opressão derivada da homogeneidade do tempo que “está dividido da mesma maneira para todos os grupos e membros da sociedade.” O autor enfatiza que, “para protestar contra essa lei comum que muitas pessoas [...] fazem da noite o dia.” (HALBWACHS, 2003, p.114).

Por essa perspectiva, pode-se inferir que a boemia tem sua própria pulsação. O ritmo da boemia não é mensurável pelos princípios tradicionais. A boemia tem uma duração relaxada, espontânea e informal. Miscigenação de oposição e marginalidade – a boemia é a antítese da ordem e do progresso. “Ao contrário do proletário, cujos interesses estão ligados aos aspectos materiais da vida (e se fizer a revolução, será em nome deles), o boêmio é o anti-filisteu. Sua pobreza não resulta de um espírito de sacrifício, e sim da experiência positiva com tudo aquilo que o *dinheiro não pode comprar*. A começar pela liberdade.” (KEHL, 2011, s/p).

Ticle (2016, p.80) registra que a noção de boemia em Santa Tereza é apontada por muitos moradores do bairro está relacionada à grande quantidade de bares; todavia, a autora aponta que “a noção de boemia é múltipla e cabem nela variadas interpretações e até mesmo representações. Comum a praticamente todas elas é o papel central da noite, da vida noturna fora de casa, na rua e em locais específicos de envolvimento social e de lazer, além da musicalidade.”

Algumas manifestações (boemias) parecem encontrar espaço somente em locais predestinados como Santa Tereza. É o caso da Confraria de São Gonçalo que, desde 2003, se realiza na garagem (readaptada) da casa do Sr. Lincoln Tertuliano, à rua Norita, nº 9. Maria Letícia Ticle (2016) relata a história:

Entre os anos de 2005 e 2007, a esposa do senhor Lincoln esteve hospitalizada por algum tempo e quando retornou a casa lhe foi recomendado repouso. O grupo que já frequentava a garagem de sua casa, para que a amiga tivesse distração e diversão em seu período de resguardo, continuou frequentando e, José Góes, irmão do jornalista Luís Góes, certa vez levou um grupo de seresta ao encontro. Nesse período, os participantes em número já consideravelmente maior, decidiram fundar a Confraria São Gonçalo. Confraria por ser um grupo de pessoas envolvido no mesmo interesse – encontro entre amigos, sociabilidade, música, comes e bebes; São Gonçalo por ser este o santo protetor dos violeiros, segundo contou a própria Lígia.

A partir de então, o dia oficial da Confraria São Gonçalo passou a ser às segundas-feiras, quando sempre há um músico convidado para alegrar os confrades com músicas e instrumentos de estilos variados. Cada participante traz um tira-gosto, comida simples, segundo dona Lígia, mas muito saborosa e bem preparada, cerveja, cachaça, refrigerante ou outra bebida de sua escolha. Há uma pequena cozinha que serve à confraria, onde algumas vezes é preparada a comida servida no encontro. Nos demais dias da semana, sempre há alguns amigos reunidos no local, mas dificilmente há comes e bebes ou música. Os aniversários dos membros são comemorados a cada mês e há encontros especiais em épocas também especiais, como Carnaval, Festas Juninas, Natal e Ano Novo. (TICLE, 2016, p.111).

Em Santa Tereza, a boemia é, segundo Góes (2014), “um reflexo da maneira de viver da comunidade.” Sua origem pode estar atrelada à existência de vários clubes de futebol que existiram entre as décadas de 1930 e 1940 e, em cujas sedes se realizavam bailes. Como uma forma de lazer e reunião, esses bailes inauguraram a boemia no bairro – de acordo com Góes, um tipo de boemia muito mais recatada do que é divulgado.

A boemia traz consigo um comportamento rebelde, uma postura desregrada, uma atitude insubordinada. Modo de vida que divergem do que é hegemonicamente imposto e automaticamente absorvido. Independência de modos de vida que prezam o cotidiano, o encontro, o tempo social.

Todavia, a liberdade é tolhida pelo capitalismo do tempo linear - programando o cotidiano, domesticando os corpos, reprimindo a espontaneidade. Para Lefebvre (2013, p.65) – “The rhythm that is proper to capital is the rhythm of producing (everything: things, men, people, etc.) and destroying (through wars, through *progress*, through inventions and brutal interventions, through speculation, etc.).”⁴⁴ O tempo linear do capitalismo extermina a riqueza social, pois enfatiza única e exclusivamente a riqueza individual.

Capital has something more than maliciousness, malignance and malevolence about it. The wills, the wishes, of property owners are not there for nothing: they execute. Through them, the death-dealing character of capital is accomplished, without there being either full consciousness or a clear intuition of it. It kills nature. It kills town [...].⁴⁵ (LEFEBVRE, 2013, p.63).

⁴⁴ O ritmo que é próprio do capital é o ritmo de produção (tudo: coisas, homens, pessoas, etc.) e destruição (através de guerras, através do progresso, através de invenções e intervenções brutais, através da especulação, etc.) (tradução nossa)

⁴⁵ O capital tem algo mais do que malícia, malignidade e malevolência. As vontades, os desejos, dos proprietários não estão lá para nada: eles executam. Através deles, o caráter moribundo do capital é realizado, sem que haja plena consciência ou uma clara intuição dele. Ele mata a natureza. Mata cidade [...]. (tradução nossa)

Sob essa perspectiva, o consumo do espaço é inconscientemente dirigido. À exploração da propriedade do solo se incorporou sua promoção: regiões são supervalorizadas para atender às “demandas” do mercado, transformando as cidades em mercadorias. Revitalizando, reabilitando, requalificando, reciclando – “Isto não é reurbanizar as cidades, é saqueá-las.” (JACOBS, 2013, p.2).

3.4. A poética do cotidiano

Em defesa da conservação das “coisas comuns e cotidianas”, Jacobs (2013), destaca a correlação entre o espaço físico e o tecido social. Em seu livro intitulado *Morte e vida das grandes cidades*, a autora trata do que ela acredita serem práticas essenciais para cidades se tornarem mais vivas e dinâmicas.

Jacobs inicia seu livro criticando os fundamentos do planejamento urbano e processos de revitalização que, segundo a autora, ao invés de promover a vitalidade acabam por devastá-las. As inúmeras experiências relacionadas pela autora da ocupação das ruas, bairros e grandes centros urbanos estadunidenses, revela um cenário recorrente no mundo inteiro presente até a atualidade.

Mas veja o que construímos [...]: conjuntos habitacionais de baixa renda que se tornaram núcleos de delinquência, vandalismo e desesperança social generalizada, piores que os cortiços que pretendiam substituir; conjuntos habitacionais de renda média que são verdadeiros monumentos à monotonia e à padronização, fechados a qualquer tipo de exuberância ou vivacidade da vida urbana; conjuntos habitacionais de luxo que atenuam sua vacuidade, ou tentam atenuá-la, com uma vulgaridade insípida; centros culturais incapazes de comportar uma boa livraria; centros cívicos evitados por todos, excetos desocupados, que têm menos opção de lazer que as outras pessoas; centros comerciais que são fracas imitações das lojas de rede suburbanas padronizadas; passeios públicos que vão do nada a lugar nenhum e nos quais não há gente passeando; vias expressas que evisceram as grandes cidades. Isso não é reurbanizar as cidades, é saqueá-las. (JACOBS, 2013, p.2).

Publicado em 1961, o livro levanta questões pertinentes até os dias atuais, como a questão de reurbanização – “O raciocínio econômico da reurbanização atual é um embuste”, coloca Jacobs (2013, p.3), criticando o planejamento usualmente propostos para os centros urbanos, que “são incapazes de conter a decadência – e a falta de vitalidade” e, por vezes, arruiná-las.

Daí a sombra de má consciência que costuma acompanhar o emprego envergonhado da palavra, por isso mesmo escamoteada pelo recurso constante ao eufemismo: revitalização, reabilitação, revalorização, reciclagem, promoção, requalificação, até mesmo renascença, e por aí afora, mal encobrendo, pelo contrário, o sentido original de invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades. (ARANTES, 2000, p. 31).

Para Jacobs (2013, p.5) os centros urbanos “são um imenso laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano”, e que, longe de serem aplicadas, essas experiências são ignoradas. Áreas reurbanizadas são cada vez mais semelhantes “a uma papa monótona e nada nutritiva” e disseminadas cidade afora dominados pelos “*shopping centers* monopolistas e os monumentais centros culturais, com o espalhafato das relações públicas, encobrem a exclusão do comércio – e também a cultura – da vida íntima e cotidiana das cidades.” (JACOBS, 2013, p.5).

Lynch (2011, p. 134) defende um tipo de planejamento urbano mais consciente e mais sensível – “É bem verdade que precisamos de um ambiente que não seja simplesmente bem organizado, mas também poético e simbólico.”

Ele deve falar dos indivíduos e de sua complexa sociedade, de suas aspirações e suas tradições históricas, do cenário natural, dos complexos movimentos e funções do mundo urbano. [...] Em si mesmo, esse sentido de lugar realça todas as atividades humanas que aí se desenvolvem e estimula o depósito de uma traço de memória. (LYNCH, 2011, p.134).

Para Bosi (2013, p.76) os urbanistas deveriam valer-se dos relatos e informações de moradores e “estar abertos à sua memória, que é a memória de cada rua e de cada bairro.” Numa perspectiva de que a não se deve negligenciar a dimensão humana do espaço: A autora destaca a importância da experiência cotidiana como suporte da memória coletiva – “As lembranças se apoiam nas pedras da cidade.” (BOSI, 2013, p.71) Ainda reitera a proposição de Jacobs de que a rua “é inesgotavelmente rica” (BOSI, 2013, p.71).

A proposta de Jacobs é analisar a vida das cidades, “com o mínimo de expectativa possível, as cenas e os acontecimentos mais comuns”, buscando comprovar sua argumentação de que as cidades têm necessidade “de uma diversidade de usos mais complexa e densa, que propicie entre eles uma sustentação mútua e constante, tanto econômica quanto social.” (JACOBS, 2013, p.12, 13) Jacobs

ressalta constantemente a importância da diversidade e intensidade da vida nas calçadas em prol de da funcionalidade dos centros urbanos.

As ruas das cidades servem a vários fins além de comportar veículos; e as calçadas – a parte das ruas que cabe aos pedestres – servem a muitos fins além de abrigar pedestres. Esses usos estão relacionados à circulação, mas não são sinônimos dela, e cada um é, em si, fundamental quanto a circulação para o funcionamento adequado das cidades.

A calçada por si só não é nada. É uma abstração. Ela só significa alguma coisa junto com os edifícios e os outros usos limítrofes a ela ou as calçadas próximas. [...] As ruas e suas calçadas, principais locais públicos de uma cidade, são seus órgãos mais vitais (JACOBS, 2013, p.29).

A vitalidade das cidades está diretamente relacionada com o dinamismo das ruas e calçadas – “Se as ruas de uma cidade parecerem interessantes, a cidade parecerá interessante; se elas parecerem monótonas, a cidade parecerá monótona.” (JACOBS, 2013, p.29) A vida social está diretamente vinculada às ruas que propiciam encontros de pessoas de interesses diversos:

Grande parte desses contatos é absolutamente trivial, mas a soma de tudo não é nem um pouco trivial. A soma desses contatos públicos casuais no âmbito local – a maioria dos quais é fortuita, a maioria dos quais diz respeito a solicitações, a totalidade dos quais é dosada pela pessoa pela pessoa envolvida e não imposta a ela por ninguém – resulta na compreensão da identidade pública das pessoas, uma rede de respeito e confiança mútuos e um apoio eventual na dificuldade pessoal ou da vizinhança. (JACOBS, 2013, p.60).

Assim, Jacobs (2013) analisa o movimento da rua onde morava comparando-a a uma dança – “não uma dança mecânica, com os figurantes erguendo a perna ao mesmo tempo, rodopiando em sincronia, curvando-se juntos, mas um balé complexo, em que cada indivíduo e os grupos têm todos papéis distintos, que por milagre se reforçam mutuamente e compõem um todo ordenado.” (JACOBS, 2013, p.52) O autor destaca que, nem todas as áreas da cidade, principalmente as grandes cidades, funcionam a contento. Segundo a autora, é essencialmente a “complexidade do uso das calçadas” que permite “a manutenção da segurança e a liberdade.” (JACOBS, 2013, p.52).

De maneira similar, Lefebvre descreve, no texto “Seen from the window”, o panorama a partir da janela do seu apartamento na Rue Rambuteau em Paris. Além de relatar os diversos edifícios que conformam a paisagem, Lefebvre narra a multiplicidade de barulhos, de murmúrios, de ritmos. A alternância dos sinais verde e

vermelho causa um ritmo cadenciado entre veículos e pedestres – no verde os carros, ônibus e outros veículos se movem o mais rápido possível até que o semáforo se torne vermelho; então uma pequena pausa para que o som de pés e palavras enche o ar da cidade.

The window overlooking the street is not a mental place, where the inner gaze follows abstract perspectives: a practical space, private and concrete, the window offers view than are more than spectacles; mentally prolonged spaces. In such a way that the implication in the spectacle entails the explication of this spectacle.⁴⁶ (LEFEBVRE, 2013, p.42).

Tanto Jacobs como Lefebvre identificam a rua como protagonista de uma multiplicidade de relações – sociais, comerciais, culturais. Em *A revolução urbana* publicada em 1970, Lefebvre faz algumas argumentações acerca das duas faces que a rua pode apresentar. A faceta absolutamente orientada para o consumo:

Uma vitrina, um desfile entre lojas. A mercadoria, tornada espetáculo (provocante, atraente), transforma as pessoas em espetáculo umas para as outras. [...] A rua converteu-se em rede organizada pelo/para o consumo. A velocidade da circulação de pedestres, ainda tolerada, é aí determinada e demandada pela possibilidade de perceber as vitrinas, de comprar os objetos expostos. O tempo trona-se o “tempo-mercadoria” (o tempo de compra e venda, tempo comprado e vendido). A rua regula o tempo além do tempo de trabalho; ela o submete ao mesmo sistema, o do rendimento e do lucro. Ela não é mais que a transição obrigatória entre o trabalho forçado, os lazeres programados e a habitação como lugar de consumo. (LEFEBVRE, 2008, p.28-29).

Todavia a rua é também capaz de propiciar local de encontro, de permanência, de reunião:

A rua? É o lugar (topia) de encontro, sem o qual não existem os outros encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas). Esses lugares animam as ruas e são favorecidos por sua animação [...]. Na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e espectador, às vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana [...]. A rua é a desordem? Certamente. Todos os elementos da vida urbana, noutra parte congelados numa ordem imóvel e redundante, liberam-se e afluem às ruas e por elas em direção aos centros; aí se encontram, arrancados de seus lugares fixos. Essa desordem vive. Informa. Surpreende. (LEFEBVRE, 2008, p.27).

O trabalho de Jacobs é referenciado por Lefebvre evidenciando a rua - movimentada e frequentada - como local que inibe e dificulta a violência e a criminalidade. De fato,

⁴⁶ A janela com vista para a rua não é um lugar mental, onde o olhar interior segue perspectivas abstratas: um espaço prático, privado e concreto, a janela oferece vista do que são mais do que óculos; Espaços mentalmente prolongados. De tal modo que a implicação no espetáculo implica a explicação desse espetáculo. (tradução nossa)

a questão inicial colocada por Jacobs (2013) em relação ao uso da rua, é justamente o argumento de que as ruas e calçadas vivas são fundamentais para se manter uma cidade segura.

Ambos manifestam indignação aos projetos que negligenciam as funções das ruas como os de Le Corbusier. Do aniquilamento da vivacidade à subordinação ao automóvel, a rua é abdicada de suas funções informativa, simbólica e lúdica - “Quando se suprimiu a rua (desde de Le Corbusier, nos “novos conjuntos”), viu-se as consequências: a extinção da vida, a redução da “cidade” a dormitório, a aberrante funcionalização da existência.” (LEFEBVRE, 2008, p.27).

Da mesma maneira, Jacobs (2013, p.22) questiona os conceitos preconizados pelos urbanistas como as superquadras, bairros padronizados, “e gramados, gramados, gramados;” principalmente porque a justificativa se fundamentava num “urbanismo humano, socialmente responsável, funcional e magnânimo.” De acordo com Jacobs, o arquétipo de Le Corbusier influenciou profundamente o planejamento das cidades, sendo seus princípios aplicáveis a cidades com alto índice de adensamento.

[...] o sonho de Le Corbusier continha outras maravilhas. Ele procurou fazer do planejamento para automóveis um elemento essencial de seu projeto, e isso era uma ideia nova e empolgante nos anos 20 e início dos anos 30. Ele traçou grandes artérias de mão única para trânsito expresso. Reduziu o número de ruas, porque “os cruzamentos são inimigos do tráfego”. [...] A cidade dele era como um brinquedo mecânico maravilhoso. Além do mais, sua concepção, como obra arquitetônica, tinha uma clareza, uma simplicidade e uma harmonia fascinantes. Era muito ordenada, muito clara, muito fácil de entender. Transmitia tudo num lampeja, como um bom anúncio publicitário. (JACOBS, 2013, p.2

FIGURA 17 – Maquete da Ville Radieuse, feita em 1935, para documentação fotográfica.



Fonte: FONDATION LE CORBUSIER, 1930, *online*.

Deveras, a crítica de Jacobs (2013) ao modelo de Le Corbusier, assim como aos preceitos da Cidade-Jardim⁴⁷ reside no fato de que, até hoje, seus princípios são cegamente transpostos para as cidades, independentemente de suas singularidades. Dessa forma, os “órgãos mais vitais” de uma cidade, (JACOBS, 2013, p.29), local da troca de palavras e signos (LEFEBVRE, 2008), as ruas estão fadadas à absoluta monotonia e padronização.

Se há, portanto, a standardização do espaço, há certamente, a homogeneização do tempo. Lefebvre (2008) aponta que a realidade urbana está relacionada a recortes espaciais e temporais – espaciais “porque o processo se estende no espaço que ele modifica; temporal, uma vez que se desenvolve no tempo [...]” (LEFEBVRE, 2008, p.18). Neste sentido, o ritmo urbano é diretamente influenciado por essas duas variáveis.

⁴⁷ Modelo urbanístico concebido por Ebenezer Howard no final do século XIX, que consiste em uma comunidade autônoma cercada por um cinturão verde, um meio-termo entre campo e cidade. Fonte: <http://urbanidades.arq.br/>

A questão do ritmo urbano é evidenciado também por Ecléa Bosi em *O tempo vivo da memória* (2013) - a autora ressalta a forma com que a memória está intrinsecamente relacionada aos lugares e toda da experiência sensorial correlata, particularmente, a sonora:

A vida na rua densamente povoada é inesgotavelmente rica, se registrarmos os seus sons e movimentos.

Podemos gravar a trilha sonora de uma rua durante 24 horas. Desde a primeira janela que se abre de manhã, a vassoura na calçada, as portas das lojas que se erguem, os passos de quem vai para o trabalho, conversas, cantigas...

Sob essa diversidade há uma ordem e um ritmo cuja sequência é portadora de um sentimento de identificação.

A sequência de movimentos na calçada segue ritmos que se aceleram e se abrandam em horas certas e vão se extinguindo devagar quando as janelas se iluminam e as ruas se esvaziam. Depois, as janelas vão-se apagando e fechando, menos alguma que resiste ainda, da qual escapa um som que finalmente silencia.

Por que definir a cidade somente em termos visuais? Ela possui um mapa sonoro compartilhado e vital para seus habitantes que, decodificando sons familiares, alcançam equilíbrio e segurança. (BOSI, 2013, p.71-72).

Neste sentido, a percepção da cidade compreendida por meio de seus ritmos é, de uma maneira geral, o que Lefebvre propõe através da ritmanálise. Assim, é preciso ouvir não apenas palavras, ruídos e sons mas também a casa, a rua, a cidade como alguém que ouve uma sinfonia ou uma ópera. De acordo com Lefebvre, todos os ritmos implicam a relação entre tempo e espaço, ou seja, um “espaço temporalizado”.

Como mencionado anteriormente, Lefebvre sugere que a ritmanálise seja meio de perceber a cidade através de seus ritmos, apontando consequências práticas. No capítulo intitulado “Attempt at the Rhythmanalysis of Mediterranean Cities” (Tentativa na ritmanálise das cidades mediterrâneas), o autor verifica uma homogeneidade entre as cidades costeiras que, além do clima e vegetação, compartilham o fato de estarem, num passado remoto, ligados a atividades mercantilistas. Sob essa perspectiva, o autor sugere que as relações sociais criadas a partir da fundação dessas cidades permeiam, até hoje, códigos e convenções sociais, sendo o ritmo social, ou seja, coletivo determinado por formas de alianças múltiplas e variadas.

The analysis of these multiple rhythms would, we claim, enable us to verify that the relation of the townsman to his town (to his neighbourhood) – notably in the Mediterranean – does not only consist in the sociological relation of the individual to the group; it is on the one hand a relation of the

human being with his own body, with his tongue and his speech, with his gestures within a certain place, with an ensemble of gestures – and on the other hand, a relation with the largest public space, with the entire society and, beyond this, with the universe. (LEFEBVRE, 2013, p.101).⁴⁸

Assim como Lefebvre procurou aplicar a ritmanálise nas cidades mediterrâneas, procuramos aqui adotá-la a fim de fundamentar a proteção do bairro como uma área de interesse histórico, cultural e social.

3.5. No ritmo de Santa Tereza

Lefebvre e Jacobs divisam a rua que se descortina diante de suas janelas; aqui a Praça Duque de Caxias é o local escolhido para observação dos ritmos de Santa Tereza. Isto se deve ao fato de que a praça é espaço aglutinador de manifestações sociais e culturais.

Sobre a função do ritmanalista, Lefebvre (2013) destaca, como mencionamos anteriormente, é ouvir – “He will listen to the world, and above all to what are disdainfully called noises, which are said without meaning, and to murmurs (rumeurs), full of meaning – and finally he will listen to silences.” (LEFEBVRE, 2013, p.29)⁴⁹

Para o ritmanalista o sentido de “ouvir” não está relacionado somente ao sentido da audição, mas a uma percepção holística abarcando múltiplos sentidos – “[...] he does not neglect smell, scents [...]”⁵⁰ (LEFEBVRE, 2013, p.31). Todavia, segundo Lefebvre (2013, p.31), o ritmanalista precisa, primeiramente, “ouvir” o seu próprio corpo - “He thinks with his body, not in the abstract, but in lived temporality.”⁵¹

⁴⁸ A análise destes múltiplos ritmos iria, nós afirmamos, permitir verificar que a relação do cidadão com a sua cidade (à sua vizinhança) - notadamente no Mediterrâneo - não consiste apenas na relação sociológica do indivíduo com o grupo; é, por um lado, uma relação do ser humano com seu próprio corpo, com sua língua e seu discurso, com seus gestos dentro de um determinado lugar, com um conjunto de gestos - e, por outro lado, uma relação com o espaço público maior, com toda a sociedade e, além disso, com o universo. (tradução nossa)

⁴⁹ Ele ouvirá o mundo e, sobretudo, o que se chama desdenhosamente de ruídos, que são ditos sem sentido, e aos murmúrios (rumeurs), cheios de significado - e finalmente ele ouvirá silêncios. (tradução nossa)

⁵⁰ [...] ele não negligencia cheiros, aromas [...]. (tradução nossa)

⁵¹ Ele pensa com seu próprio corpo, não no abstrato, mas na temporalidade vivida. (tradução nossa)

Percebendo a respiração e o coração - seus ritmos são a referência para a análise dos ritmos externos:

For him, nothing is immobile. He hears the wind, the rain, storms; but if he considers a stone, a wall, a trunk, he understands their slowness, their interminable rhythm. This object is not inert; time is not set aside for the subject. It is only slow in relation to our time, to our body, the measure of rhythms. (LEFEBVRE, 2013, p.30).⁵²

A ritmanálise busca uma abordagem multidisciplinar, ainda que bem próxima da psicanálise. Lefebvre (2013, p.29) aponta que, no entanto, a ritmanálise não tem obrigações metodológicas: “[...] rendering oneself passive, forgetting one’s knowledge, in order to re-present it in its entirety in the interpretation.”⁵³

Neste sentido, na tentativa de utilizar a ritmanálise a fim de interpretar (e sonorizar) os modos de vida de Santa Tereza, como fizeram Jacobs e Lefebvre, observando o cotidiano através de suas janelas, buscaremos a investigação dos ritmos na Praça Duque de Caxias. A praça foi escolhida por se tratar de local onde estão localizados a Igreja de Santa Teresa e Santa Teresinha, o Colégio Tiradentes, o MIS Cine Santa Tereza, o Restaurante Bolão, e casa comerciais tradicionais. Local de encontro, confraternizações e reuniões - lugar mais emblemático da sociabilidade local.

Nossa análise procurou seguir a metodologia proposta por Lefebvre buscando, primeiramente, a inserção do corpo no espaço, como referencial rítmico. Para isso, a percepção sensorial deve ir além da simples contemplação: “It requires equally attentive eyes and ears, a head and a memory and a heart.” (LEFEBVRE, 2013, p.45) Para a compreensão dos ritmos externos, o ritmanalista deve-se colocar entre a psicanálise e a poesia, escutando movimentos, enxergando ruídos, vivenciando espaço e tempo.

Pretendemos, dessa forma, proporcionar uma amostra de um dia na Praça Duque de Caxias. As observações foram compiladas por, aproximadamente, 24 meses, entre dias de semana, fins de semana, feriados e períodos de férias escolares. Os

⁵² Para ele, nada é imóvel. Ele ouve o vento, a chuva, as tempestades; mas se ele considera uma pedra, uma parede, um tronco, ele entende sua lentidão, seu ritmo interminável. Este objeto não é inerte; o tempo não é posto de lado para o sujeito. É apenas lento em relação ao nosso tempo, ao nosso corpo, a medida dos ritmos. (tradução nossa)

⁵³ [...] tornando-se passivo, esquecendo-se do conhecimento, para re-presentá-lo na íntegra na interpretação. (tradução nossa)

períodos de observação também foram variados – em alguns dias poderiam durar alguns minutos, enquanto em outros a permanência na praça se estendia por horas.

A amostragem aqui apresentada é uma condensação das atividades corriqueiras que imprimem ritmo cotidiano mas que nunca são idênticos. Como ressalta Lefebvre (2013) não existe repetição absoluta – “When it concerns the everyday, rites, ceremonies, fêtes, rules and laws, there is always something new and unforeseen that introduces itself into the repetitive: difference.”⁵⁴(LEFEBVRE, 2013, p.16).

FIGURA 18 – Praça Duque de Caxias.



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Ainda está escuro. Me sento em um banco da praça entre o coreto e a rua Adamina; Um galo canta ao longe. Os garis chegaram, mas não são os primeiros - o ponto de táxi ao lado da praça não dormiu. Um resto da noite ainda ecoa enquanto um grupinho de pessoas divide a última (?) garrafa de cerveja, quiçá aceitando que o dia amanhece.

O barulho das vassouras começa - arrastando garrafas, copos, folhas, papéis. Um deles arrisca uma canção: “Volta pra casa...” O bem-te-vi completa a cantiga e a

⁵⁴ Quando se trata de todos os dias, ritos, cerimônias, festas, regras e leis, sempre há algo novo e imprevisto que se introduz na repetição: a diferença. (tradução nossa).

rolinha entona “fogo pagou; fogo pagou”. O som da revoada dos pássaros fecha a sinfonia.

Ainda sentada no mesmo banco, avisto as irmãs da Toca de Assis que atravessam a praça para a missa na Igreja de Santa Tereza e Santa Terezinha. Na esquina um murmurinho de vozes – entra em cena um grupo de senhoras na sua caminhada matinal. As vassouras continuam. Um catador de latas passa pelos garis com um imenso saco onde chacoalham latinhas de alumínio. E o barulhinho ritmado vai diminuindo à medida que ele se afasta... Subitamente interrompido pelo telefone do ponto de táxi.

Pessoas cruzam a praça - vão e vem da padaria, do supermercado, da igreja. Os funcionários e professores entram no Colégio Tiradentes. Pessoas chegam com seus cães. Carros, vans, motocicletas e ônibus passam pela Rua Mármore. As vassouras vão cessando...

Então é a vez das crianças - vão chegando: a pé, de bicicleta, no colo dos pais. Algumas pessoas param próximos ao canteiro - apreciam as rosas, colocam a conversa em dia. As irmãs da Toca de Assis deixam a igreja e novamente atravessam a praça. Os lavadores de carro chegam e se instalam em frente ao prédio do cinema, abrindo as portas dos carros e o retumbar de pagodes, axés e sertanejos ecoa por toda a praça.

À tarde caminho pela praça que se encontra num estado de torpor. Os ritmos preguiçosos são como uma toada comprida e preguiçosa. Quem passa parece arrastar-se em câmara lenta... Eis que, subitamente, a Ave Maria tocada pelos alto-falantes nas torres da Igreja de Santa Teresa e Santa Teresinha anunciam mais um fim de tarde. E a noite vai, aos poucos, tomando forma e os ritmos da praça atingem seu auge.

Múltiplos compassos, andamentos e cadências em completa harmonia. Grupos se formam aqui e ali. Nos bancos, no coreto, no parquinho. Risadas, assobios, música. Encontros, brincadeiras e caminhadas cercados pelo cheiro de pipoca.

Os dias (e noites) em Santa Tereza não acontecem sempre da mesma maneira – os dias de semana são bem distintos dos finais de semana e feriados, assim como os o período de férias escolares. A descrição apresentada é uma versão simplificada e condensada dos ritmos da praça, numa tentativa de se aplicar a ritmanálise.

Neste sentido, a investigação possibilitou a percepção de que, o que faz do bairro tão especial são pequenos fragmentos de sons e gestos – os bons dias calorosos, sorrisos afetuosos, abraços sinceros, conversas triviais e amistosas. No ir e vir, no passar e atravessar, nos encontros marcados ou casuais a Praça Duque de Caxias se faz janela do bairro, evocando seus ritmos prosaicos e ainda assim insólitos.

FIGURA 19 – Praça Duque de Caxias.



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Santê é música, dança e poesia. Os dias e as noites (e as madrugadas) não se desenrolam sempre assim. O dia característico na Praça Duque de Caxias está sempre sujeito a inúmeras variações. Parafraseando Jacobs (2013), a brevíssima descrição aqui apresentada é apenas uma síntese do balé (ou sinfonia) que se desenvolve na praça.

As alianças mencionadas por Lefebvre, ou redes de vizinhança descritas por Jacobs, são movidas e sustentadas por interesses coletivos – a necessidade por benefícios propicia a mudança do estado de inércia para uma condição dinâmica. As demandas coletivas são mote para a convergência dos diferentes ritmos individuais

em um único ritmo comum. Segundo Lefebvre, a polirritmia⁵⁵, resultante de diferentes estruturas rítmicas sobrepostas simultaneamente, converte-se em eurritmia, em que a cadência dos ritmos individuais ordena-se harmonicamente, num equilíbrio entre recusas e aceitações.

O sociólogo Eviatar Zerubavel (1981) afirma que a manutenção da regularidade do tempo cotidiano está estreitamente relacionada com calendários, horários e cronogramas. Segundo o autor, o cronograma surgiu com as práticas dos monges beneditinos na Idade Média, sendo aperfeiçoado com a invenção do relógio mecânico. Assim, mesmo que a convenção da temporalidade traga ordem e estrutura ao cotidiano, ela é capaz de anular a espontaneidade.

Zerubavel propõe a ideia de simetria temporal – “Temporal symmetry, which involves the activities of different individuals, is actually one of the fundamental principles of social organization.”⁵⁶ (ZERUBAVEL, 1981, p.65) O sincronismo social é o pilar das atividades sociais, que englobam desde danças à rituais religiosos. O autor relata que a afinação conjunta dos músicos de uma orquestra ou banda depende da sincronia – “In fact, the most distinctive characteristic of Western music, namely, harmony, would not have been possible were it for the establishment of temporal symmetry.”⁵⁷ (ZERUBAVEL, 1981, p.65)

A expansão mais recente do processo urbano, segundo Harvey (2008), acentuou mais profundamente a qualidade de vida nas cidades - tornando-se mercadoria assim como a própria cidade. Dessa maneira, parece-nos que a simetria temporal sugerida por Zerubavel ou as alianças sociais indicadas por Lefebvre se apresentam como solução para uma cidade socialmente mais justa.

⁵⁵ Segundo Lefebvre, a polirritmia é composta por diversos ritmos; a eurritmia – de um corpo normal e saudável – que pressupõe a associação de diferentes ritmos; enquanto na arritmia, os ritmos se rompem.

⁵⁶ A simetria temporal, que envolve as atividades de diferentes indivíduos, é na verdade um dos princípios fundamentais da organização social. (tradução nossa)

⁵⁷ De fato, a característica mais distintiva da música ocidental, ou seja, a harmonia, não teria sido possível se fosse o estabelecimento da simetria temporal. (tradução nossa)

4. OS LIMITES DO TOMBAMENTO

4.1. História do patrimônio: ampliação do conceito

O conceito de patrimônio histórico vem modificando-se ao longo dos anos – se, em 1837, ano em que foi criada a primeira Comissão dos Monumentos Históricos na França, apenas edifícios “remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos” (CHOAY, 2006, p.12) eram considerados monumentos históricos, atualmente o domínio patrimonial abrange uma gama muito mais diversificada de exemplares.

Choay (2006) aponta que além da ampliação cronológica do conceito de patrimônio, que incluiu a arquitetura e produtos da indústria, por exemplo, a ampliação tipológica compreendeu “um mundo de edifícios modestos, nem memoriais, nem prestigiosos, reconhecidos e valorizados por disciplinas novas como a etnologia rural e urbana, a história das técnicas, a arqueologia medieval, foram integrados ao *corpus* patrimonial.” (CHOAY, 2006, p.209)

A análise de cartas patrimoniais⁵⁸ mais recentes revela como o conceito de patrimônio se ampliou e se desdobrou. Segundo Flávio Carsalade (2014), a Declaração de Amsterdã em 1975 assinala que a conservação de conjuntos urbanos é princípio basilar para desenvolvimento socioeconômico local. A Recomendação de Nairóbi de 1979 sugere que os conjuntos urbanos devem ser considerados a partir da evidência de diversas produções culturais, sociais e religiosas, cuja salvaguarda e integração ao meio urbano contemporâneo não podem ser omitidos pelos planejamentos territoriais.

Em 1987, a síntese da Assembleia Geral do ICOMOS⁵⁹ - a Carta de Washington - ratifica os manifestos anteriores, declarando a salvaguarda das cidades ou bairros

⁵⁸ São documentos, cartas, recomendações referentes à proteção e preservação do patrimônio cultural, elaborados em encontros em diferentes épocas e partes do mundo. São políticas de preservação do Patrimônio Nacional desenvolvidas por órgãos de preservação que referenciam os valores patrimoniais quanto seus aspectos socioculturais.

⁵⁹ Em inglês, International Council on Monuments and Sites – é uma organização não governamental de ação global que se dedica a promover a aplicação da teoria, metodologia e técnicas científicas à conservação do patrimônio arquitetônico e arqueológico.

históricos como pressuposto primordial para ordenar os planos de desenvolvimento urbano. O documento também aponta para a participação dos habitantes no processo de construção desses planos.

Finalmente, a recomendação da Conferência Geral da UNESCO⁶⁰ aprovada em 2011, apresenta o conceito de paisagem histórica urbana⁶¹. Segundo o documento, o instrumento complementa e reafirma que as abordagens de conservação já instituídas incluindo “políticas e práticas de conservação do meio ambiente construído nas metas mais amplas de desenvolvimento urbano em relação aos valores e tradições de diferentes contextos culturais herdadas.” (UNESCO, 2011, online)⁶². O documento sugere que a conservação da identidade cultural e do património sejam compreendidas como oportunidade para aumentar o potencial de desenvolvimento sustentável.

Entretanto, existe o risco iminente de que a conservação e desenvolvimento sejam desvirtuados, ou seja, a noção perniciosa e superficial com a qual o patrimônio pode ser tratado. Mais do que um bem cultural, a dimensão cotidiana da paisagem histórica urbana incorpora a relação afetiva de moradores e frequentadores como meio estrutural de processos da memória coletiva.

Neste sentido, o tênue equilíbrio entre a conservação do patrimônio e o desenvolvimento socioeconômico deve orientar-se pela equidade social, oportunidades educacionais, culturais e de lazer. Apesar de íntima ligação com o passado, o patrimônio - tangível e intangível - é também um sistema dinâmico e mutável.

Marilena Chauí (1992) destaca que desde 1937 o Brasil possui legislação exclusiva para a salvaguarda de bens culturais. Entretanto, só a partir da década de 1970 são criados os órgãos estaduais e, nos anos 1980 são instituídos os conselhos municipais. Em vista das reestruturações das políticas de preservação, o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) foi transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1970. A

⁶⁰ Em inglês, United Nations Education, Scientific and Cultural Organization.

⁶¹ Em inglês, Historic Urban Landscape. Em português é traduzido como Paisagem Urbana Histórica.

⁶² UNESCO. **Recommendation on the Historic Urban Landscape**. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.phpURL_ID=48857&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html> Acesso em: 25 maio 2016.

assinatura do *Compromisso de Brasília* (1970) ratificado pelo Compromisso de Salvador (1971), Estados e Municípios brasileiros se comprometem a preservar o patrimônio cultural.

Dessa maneira o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA, é criado pelo Governo do Estado,

Como uma agência designada a desempenhar ações regionais de preservação à imagem e semelhança do IPHAN – substituto do SPHAN e DPHAN – resultando de um processo de descentralização das responsabilidades políticas anteriormente concentradas na figura daquela agência nacional. (SOUZA; MORAES, 2013, p.6).

Em Belo Horizonte, as práticas de proteção ao patrimônio histórico cultural ocorrem, segundo Teodoro Magni (2012), entre os anos 1970 e meados de 1980. Segundo o autor, os movimentos, compostos principalmente por associações civis, demandavam posicionamento mais incisivo “do poder público em relação à proteção do patrimônio cultural.” (MAGNI, 2012, p.63) Magni aponta a demolição do Cine MetrÓpole em 1986 como um fato emblemático, impulsionando o aperfeiçoamento de leis e criação de Órgão e Conselho específicos.

Localizado na Rua da Bahia esquina da Rua Goiás, o Cineteatro MetrÓpole funcionava no prédio construído entre 1906 e 1909 para o Teatro Municipal de Belo Horizonte. Segundo Rangel e Nunes (2006), o prédio foi reformado em 1941 e adquirido pela empresa Cine Teatral Ltda., e vendido novamente em 1943 para a empresa Cinema e Teatros Minas Gerais. O espaço funcionou até meados de 1983 quando foi então comprado pelo Banco Brasileiro de Descontos – Bradesco.

A demolição do Cine MetrÓpole evidenciou, naquele momento, a fragilidade da legislação vigente e das instituições preservacionistas e a necessidade de discutir de maneira mais profunda sobre questões referentes ao patrimônio e à memória coletiva.

Somente a representatividade, a conscientização e o envolvimento das comunidades podem fazer frente à ganância, poder e prepotência dos especuladores imobiliários. O tombamento ainda é um dos grandes instrumentos na defesa do patrimônio cultural, mas é apenas o começo da proteção e da responsabilidade compartilhada entre a sociedade, governo e proprietários. Preservar implica em cuidar e revitalizar, dar uso compatível com as características do bem cultural. (RANGEL; NUNES, 2006, s/p)

A lei municipal decretada em 6 de junho de 1984, organiza a proteção do patrimônio cultural do Município de Belo Horizonte. A Lei nº 3.802/84 dispõe sobre a constituição do patrimônio Municipal, o instrumento do tombamento e a criação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município, subordinado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

A Seção de Patrimônio Histórico e Cultural, depois denominada Departamento de Memória e Patrimônio Cultural ficava locada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo até 2001, quando as questões relacionadas ao patrimônio e à memória foram vinculadas à Secretaria Municipal de Regulação Urbana – SMARU. Somente quando o Decreto nº 12.021 de 8 de abril de 2005 cria a Fundação Municipal de Cultura que, por sua vez, institui uma Diretoria de Patrimônio Cultural, é que a atual estrutura se estabelece.

Inicialmente, não havia muitos incentivos para os proprietários cujo imóvel viesse a ser tombado - a única contrapartida eram recursos municipais destinados à obras de reparo e conservação. Caso o proprietário do imóvel comprovasse a falta de meios, o Município se encarregava em executá-las ou, se fosse necessário, desapropriava o bem em questão. Sob este aspecto, a Lei nº 3.802/84 garantia ao Município o direito de preferência de aquisição do imóvel com base no art. 22 do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937: “Em face de alienação onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os Municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência.” (BRASIL, Decreto-Lei nº25, 1937)

Entretanto, o processo de tombamento de imóveis precisou ser revisto diante do episódio ocorrido em junho de 1982, quando quatro casarões foram demolidos, literalmente, na calada da noite. Devido a uma declaração do presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico do Estado de São Paulo (Condephaat) naquela época, o arquiteto Ruy Ohtake, de que o órgão estava prestes a tomar mais de trinta casarões ainda existentes na avenida, as famílias herdeiras das propriedades iniciaram as demolições dos mesmos. A indenização não era algo ainda prevista pela lei vigente, de maneira que os compradores teriam que se dispor a preservar as construções históricas – e a se sujeitar-se às limitações previstas.

Sob essa perspectiva, a lei que regulamenta a Transferência do Direito de Construir (TDC)⁶³ criada em 1984, apresentou melhoria significativa ao instrumento de tombamento.

A Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001, conhecida como Estatuto das Cidades, estabelece diretrizes para os centros urbanos e regulamentaria o instrumento:

Art. 35. Lei municipal, baseada no plano diretor, poderá autorizar o proprietário de imóvel urbano, privado ou público, a exercer em outro local, ou alienar, mediante escritura pública, o direito de construir previsto no plano diretor ou em legislação urbanística dele decorrente, quando o referido imóvel for considerado necessário para fins de:

- I – implantação de equipamentos urbanos e comunitários;
- II – preservação, quando o imóvel for considerado de interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;
- III – servir a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social.

§ 1º A mesma faculdade poderá ser concedida ao proprietário que doar ao Poder Público seu imóvel, ou parte dele, para os fins previstos nos incisos I a III do caput.

§ 2º A lei municipal referida no caput estabelecerá as condições relativas à aplicação da transferência do direito de construir.

Em 1990, a Lei Municipal nº 5.839, de 28 de dezembro, ofereceria outro benefício aos proprietários de imóveis tombados – a isenção do Imposto Territorial Urbano (IPTU):

Art. 9º - Os imóveis tombados na forma da Lei, por quaisquer instituições públicas de proteção do patrimônio histórico e artístico, ficam isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano sobre eles incidentes, durante o período em que mantiverem as características que justificaram o seu tombamento.

A lei nº 9.959 de 20 de julho de 2010 regulamenta a TDC no município de Belo Horizonte, estabelece que:

São imóveis passíveis de geração da TDC aqueles considerados necessários para:

- I - a implantação de programa habitacional de interesse social, observado o § 1º do art. 191 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte - LOMBH -;
- II - o atendimento a interesse histórico, ambiental, paisagístico, social ou cultural;
- III - o atendimento a programas de regularização fundiária e de urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda;
- IV - a implantação de equipamentos urbanos e comunitários.

⁶³ A lei foi idealizada pelo advogado Modesto Carvalhosa e pelo historiador Benedito Lima de Toledo.

Além disso, o imóvel gerador poderá ser também receptor de TDC a fim de repor o potencial construtivo transferido, desde que não haja descaracterização do imóvel (razão pela qual o imóvel foi classificado como gerador de TDC).

No entanto, a lei determina que a Unidade de Transferência do Direito de Construir – UTDC deva ser usada no mesmo zoneamento do imóvel tombado. Dessa maneira, um imóvel tombado localizado no bairro Santa Tereza somente poderá vender o seu potencial construtivo para o mesmo bairro. Essa questão é conflitante pois, o bairro apresenta inúmeras diretrizes de projeto, entre altimetria e afastamentos, visando, justamente, a sua proteção.

Apesar dos benefícios financeiros e fiscais previstos em lei, os proprietários de imóveis privados ainda resistem ao tombamento, posto que o instrumento é visto como uma sanção imposta e limitadora do direito pleno à propriedade. As demolições dos casarões na Avenida Paulista em 1982 tiveram repercussões igualmente dramáticas e relevantes no cenário belorizontino. O caso da Villa Rizza, residência projetada em 1929 pelo arquiteto Gustavo Roscoe e construída na esquina das ruas do Ouro, Pouso Alto e Avenida do Contorno, ilustra a polêmica salvaguarda do patrimônio.

Em março de 1993, a Villa Rizza foi tombada pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH), como exemplar dos modos de construir e de viver típicos do bairro da Serra, que passava por um acelerado processo de renovação e verticalização. O tombamento foi feito em caráter de urgência, pois os proprietários já haviam aprovado o projeto para construção de um edifício e estavam solicitando a autorização para a demolição da antiga edificação.

Entretanto, mesmo após receber a notificação de tombamento, os proprietários prosseguiram com a demolição do imóvel e apresentaram pedido de impugnação ao tombamento. Solicitado pelo Ministério Público à Secretaria Municipal de Cultura, o laudo técnico desenvolvido pelo arquiteto Leonardo Castriota concluiu que apesar dos danos causados pela demolição a edificação tinha condições estruturais para ser recuperada.

O processo jurídico se estendeu por dez anos enquanto o imóvel se deteriorava. Um novo projeto arquitetônico de recuperação do que restou da edificação foi aprovado pelo CDPCM-BH em 2003, incluindo um posto de gasolina, loja de conveniência e

uma cafeteria. O espaço, aberto em 2005 funcionou por cerca de dez anos como salão de festas, bar e restaurante. Atualmente o imóvel se encontra fechado, disponível para venda.

O episódio da Villa Rizza ilustra a hostilidade com que o tombamento é considerado. Segundo Renata Alves (2007) alguns juristas se referem ao instrumento como “servidão administrativa”⁶⁴ já que, “ao contrário da limitação geral, incide sobre imóvel determinado, causando a seu proprietário ônus maior do que aos demais membros da coletividade.” (ALVES, 2007, p.4) A autora complementa assinalando que, “diversamente da limitação administrativa que incide sobre o proprietário (obrigação pessoal), a servidão incide sobre a propriedade (ônus real).” (ALVES, 2007, p.4).

Outro fato de extrema relevância para este trabalho é apresentado por Teodoro Magni (2012) em sua dissertação – *O direito ao patrimônio em Belo Horizonte: a institucionalização das práticas e a proteção do bairro Floresta*. O autor relata que os estudos para a proteção do Conjunto Urbano Bairro Floresta é concluído pela Secretaria da Cultura em meados de 1996. Em outubro do mesmo ano, o “Conselho delibera a proteção, definindo restrições para a verticalização e o tombamento de cerca de 300 bens culturais, incluindo edificações, escolas, igrejas, praças e viadutos.” (MAGNI, 2012, p.150) Entretanto, moradores ligados ao mercado imobiliário e alguns vereadores se manifestaram contra o tombamento de imóveis particulares.

Magni (2012) descreve que a intenção de proteção do bairro partiu da Associação de Moradores do bairro Floresta – Amaflor. O primeiro ofício de proteção, segundo o autor, foi encaminhado para o Conselho do Patrimônio em 1992 para proteção de quadras lindeiras à Avenida Assis Chateaubriand. Apontando o receio de que edificações fossem demolidas, a Amaflor solicita “o tombamento do casarão em estilo neocolonial conhecido como Solar Canaã e de mais dois casarões, um eclético, na Avenida Assis Chateaubriand e outro neocolonial, de grande imponência, situado em uma rua paralela à avenida.” (MAGNI, 2012, p.152)

⁶⁴ Entende-se por servidão administrativa como o “ônus real de uso, imposto pela Administração à propriedade particular, a fim de assegurar a realização e manutenção de obras e serviços públicos ou de utilidade pública, mediante indenização dos prejuízos efetivamente suportados pelo proprietário. A servidão administrativa é imposta em prol da coletividade devendo o particular suportar os ônus de tal instituto [...]” Disponível em: <<http://mairabatista1.jusbrasil.com.br/artigos/163533585/servidao-administrativa>>. Acesso em: 31 de outubro de 2016.

O inventário do bairro é iniciado em 1993 e concluído no ano seguinte. Magni (2012) infere pelas falas da presidente da Amaflor naquela época, a historiadora Ana Maria Figueiredo, que a solicitação da proteção havia sido feita baseada muito mais em aspectos afetivos do que propriamente pelos valores estéticos ou arquitetônicos das edificações.

Em 1995 a Amaflor fazia uma nova solicitação ao Conselho de Patrimônio. A área que até então abrangia algumas quadras próximas a Avenida Assis Chateaubriand, foi ampliada sob a perspectiva mais antropológica e sociológica do conceito de patrimônio. Ainda que os valores urbanísticos e arquitetônicos se sobressaíam, a memória, identidade e qualidade de vida são os princípios que nortearam os estudos para a proteção do bairro Floresta.

É importante ressaltar que as mudanças na legislação urbanística em 1996 estimulavam não apenas as demolições como a verticalização do bairro; assim como Santa Tereza, o bairro Floresta havia sido indicado como Zona de Adensamento. Magni (2012) resalta que:

Cabe ressaltar que em 1996 um grupo de moradores do bairro vizinho de Santa Tereza organizou-se em torno do movimento *Salve Santa Tereza*, o qual negocia com a Câmara Municipal a aprovação de uma ADE no bairro. Ao contrário, o bairro Floresta não havia articulado uma ação do mesmo tipo na Câmara. A Amaflor tinha uma atuação bastante ativa em termos de promoção de atividades culturais, mas não contava com canais de negociação e articulação políticas tão eficientes como os do movimento *Salve Santa Tereza*.

[...] os moradores de Santa Tereza, com estratégias para reforçar as conquistas já efetuadas na Câmara Municipal, procuraram garantir a proteção do bairro também via Conselho do Patrimônio. (MAGNI, 2012, p.158)

É interessante ressaltar a articulação política do Movimento *Salve Santa Tereza* pela perspectiva de Souza (2011), que aponta a participação popular no planejamento e gestão das cidades como modo que pode “*contribuir para minimizar certas fontes de distorção.*” (SOUZA, 2011, p.333,334); ou seja, a compreensão de que “especialistas devem decidir em nome da maioria é uma falácia.” (SOUZA, 2011, p.334).

[...] se poucos decidem e a maioria, ainda por cima, não tem chances de monitorar ou controlar adequadamente esses poucos, a probabilidade de *corrupção* ou de *erros de avaliação* (poucos tentando interpretar as necessidades da maioria à luz dos seus próprios valores e critérios, sem considerar as opiniões da maioria) é bem maior. E, onde há corrupção e erros de avaliação, há também, *desperdício* de tempo e recursos, e mais ainda: comprometimento da credibilidade das instituições. (SOUZA, 2011, p.334).

Souza (2011) aponta ainda a participação do cidadão em decisões coletivas implica a sensação de responsabilidade perante as consequências daquela resolução. Segundo o autor, “a população irá cuidar mais e fiscalizar mais (por exemplo, evitando que o patrimônio público seja depredado).” (SOUZA, 2011, p.334).

No caso do bairro Floresta, Magni (2012) conclui que o mérito do estudo de proteção pelo Conselho do Patrimônio está, sobretudo, apoiado na questão da preservação da qualidade de vida através da relação afetiva e intelectual com o bairro. Todavia, os moradores receberiam com desconfiança a proposta, influenciados “pelos que tinham interesse em abrir espaço para a construção civil”. (MAGNI, 2012, p.161).

O episódio da proteção do bairro Floresta, assim como o da Villa Rizza ou mesmo das mansões da Avenida Paulista evidenciam que a questão da garantia dos direitos da propriedade é ainda polêmica. Chauí (1992, p.38) ressalta que a legislação para práticas de preservação são severamente combatidas “como um verdadeiro atentado aos direitos de propriedade”, desvalorizando imóveis que tem grande potencial especulativo. A autora aponta que o desafio de se preservar o “patrimônio ambiental urbano imóvel” está em incorporar às políticas de salvaguarda ao planejamento urbano a fim de que a especulação imobiliária não se torne tão predatória

4.2. A proteção do bairro Santa Tereza

A conservação do tecido urbano contribui para a formação de sentimento de pertencimento. Sob essa perspectiva, Dolores Hayden (1995) discorre sobre a conexão entre lugar e memória:

“Place memory” is philosopher Edward S. Casey’s formulation: “It is the stabilizing persistence of place as a container by experiences that contributes so powerfully to its intrinsic memorability. An alert and alive memory connects spontaneously with place, finding in it features that favor and parallel its own activities. We might even say that memory is naturally place-oriented or at least place-supported.” Place memory encapsulates the human ability to connect with both the built and natural environments that are entwined in the cultural landscape. (HAYDEN, 1995, p.46)⁶⁵

⁶⁵ “Memória do lugar” é uma formulação do filósofo Edward S. Casey: “É uma persistência estabilizadora do local como depósito de experiências que contribui tão veemente para memorabilidade intrínseca. Uma memória alerta

Dessa maneira, as especificidades de cada localidade devem ser asseguradas de modo a “promover simultaneamente a viabilidade econômica, o equilíbrio ecológico e a inclusão social.” (DE LA MORA, 2012, p.105)

Uma sociedade com história, que preserva e valoriza as suas produções culturais, a sua memória, o seu patrimônio tangível ou intangível é uma sociedade que poderá mais facilmente assumir sua identidade sociocultural própria e adotar atitudes coletivas, base do tecido social e de qualquer política de promoção de desenvolvimento. (DE LA MORA, 2012, p.105)

Formado em sua grande maioria por casas, muitas delas do início do século XX, o bairro Santa Tereza desfruta de um ritmo de vida pouco convencional para uma metrópole. Há que se destacar que, apesar da grande maioria dos discursos se referirem ao “isolamento” do bairro e sua conseqüente “cristalização” se deve à sua localização geográfica e ao transporte coletivo precário, nossa suposição é de que com o elevado crescimento populacional durante a década de 1970, a especulação imobiliária se voltou para áreas fora do perímetro da Avenida do Contorno, antes não muito exploradas.

Embora localizado em uma região pericentral da cidade, o modo como se desenrolou a sua conformação sócio espacial permitiu com que, por muito tempo, ele se mantivesse relativamente imune à especulação imobiliária e aos impactos urbanísticos e sociais por ela provocados. Isto se deve, em parte, ao fato do bairro não se configurar como um local de passagem para outras regiões da cidade, não sendo perpassado por grandes artérias de circulação. (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, 2015, p.6)

Dessa forma, a ameaça de tornar-se uma Zona de Adensamento Preferencial (ZAP) pelo novo plano diretor de Belo Horizonte em 1996, mobilizou os moradores do bairro em defesa “de sua ambiência peculiar.” (CAJAZEIRO; SOUZA, 2012, p.109) Bosi (2013) destaca:

A sobrevida de um grupo se liga estreitamente à morfologia da cidade; esta ligação se desarticula quando a especulação urbana causa um grau intolerável de desenraizamento.

Há nos habitantes do bairro o sentimento de pertencer a uma tradição, a uma maneira de ser que anima a vida das ruas e das praças, dos mercados

e viva se conecta espontaneamente ao lugar, encontrando nele características que favorecem e sincronizam suas próprias atividades. Nós até poderíamos dizer que a memória é naturalmente orientada ou pelo menos sustentada pelo lugar.” A memória do lugar encerra a habilidade humana de se conectar com ambos ambientes construído e natural que estão entrelaçados na paisagem cultural. (tradução nossa)

e das esquinas. A paisagem do bairro tem uma história conquistada numa longa adaptação. (BOSI, 2013, p.76)

Para Vera Lúcia Westin (1998, p.34), a localização privilegiada do bairro – “central e preservado dos corredores de trânsito” provocaria “uma corrida imobiliária sem limites.” Sendo assim a Comissão Comunitária Salve Santa Tereza foi criada a fim de impedir a verticalização do bairro e solicitar sua proteção. A mobilização conseguiu a adesão de inúmeros moradores e apoio de instituições como a Igreja Católica, o IAB e a OAB. No dia 21 de abril de 1996 às 10 horas da manhã, o Salve Santa Tereza promoveu um ato público - um “abraço simbólico” em torno da Praça Duque de Caxias.

Assim, o bairro torna-se então uma ADE – Área de Diretriz Especial – definida pela Lei 7166/96. A ADE foi criada como contraposta ao pedido feito pelo Movimento Salve Santa Tereza⁶⁶, que se mobilizou contra o adensamento que se instalava no bairro nos meados da década de 1980.

Vimos reivindicar instrumentos legais que possam garantir, de imediato, a preservação das características ambientais, urbanísticas e culturais de Santa Tereza. Acreditamos que a transformação do bairro em ADE seja o melhor caminho para garantir o assentamento do uso atual. Uma ADE com políticas específicas visando a preservação paisagística, cultural e histórica, respeitando a vocação local, as limitações do sistema viário e a infraestrutura de serviços. (MOVIMENTO SALVE SANTA TEREZA, 1996a *apud* CAJAZEIRO; SOUZA; SOARES, 2012, p.297)

A Lei n.º 7.165/96, que instituiu o Plano Diretor, criou as Áreas de Diretrizes Especiais - ADEs – áreas cujos coeficientes de aproveitamento do solo, quotas de terreno por unidade habitacional e taxas de permeabilização são, usualmente, mais restritivas. Sendo assim, “tem-se, como resultado, um cenário diferenciado e menos denso na área em questão que no restante da região.” (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2016, s/p)

O espaço urbano é heterogêneo e fragmentado, sendo esse desenho o retrato das relações sociais e econômicas que ali se apresentam. Como numa colcha de retalhos, cada parte assume características que lhe dão identidade. Isso é, geralmente, fruto da vivência que os moradores daquela área experimentam, conferindo-lhe uma configuração urbana que a diferencia das demais. Esses lugares acabam por ser reconhecidos na cidade como algo relevante e alguns deles passam a representar uma forte referência para a população. Esse fato provoca um sentimento de pertencimento muito importante para construção da cidadania e,

⁶⁶ Movimento criado em 1996 em defesa da ADE de Santa Tereza.

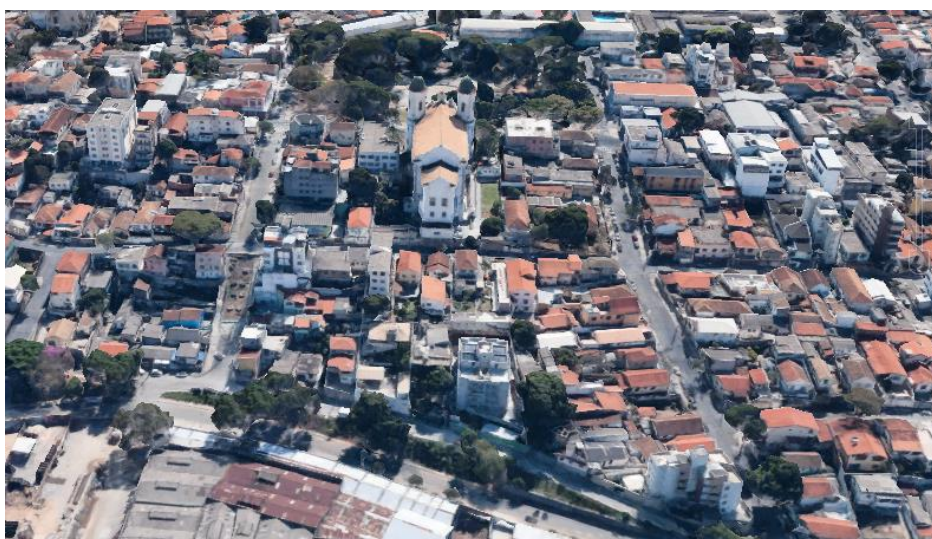
consequente, melhoria da vida urbana. O valor de cada um desses lugares pode variar: a história da cidade, a cultura local, o tipo de ocupação ou de uso ou os recursos naturais. A manutenção dos aspectos que marcam a diferença começa a ser defendida por todos. Para tal, a forma de agir sobre esse espaço também tem que ser diferenciado. Esses locais demandam um tratamento direcionado a valorizar o peculiar, sem esquecer, do contexto mais amplo em que se insere.

A legislação urbana tem um papel fundamental no processo de preservação desses espaços. Por meio das normas urbanísticas é possível criar mecanismos que preservem determinadas áreas naquilo que mais representa sua identidade. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2016, s/p)

Entretanto, a regulamentação da ADE não atendeu todas as demandas reivindicadas pelo movimento Salve Santa Tereza. Neste sentido, a solicitação de proteção do Conjunto Urbano respalda-se na ratificação de que a ADE não inibe o processo de verticalização e o adensamento populacional da área, consequentemente não protegendo a ambiência e os bens culturais do bairro.

Assim, a Diretoria de Patrimônio Cultural elaborou um estudo “com o intuito de fornecer subsídios para que o CDPC⁶⁷ sobre a proteção do Conjunto Urbano Bairro de Santa Tereza e dos bens culturais identificados no seu perímetro.” (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015, p.10)

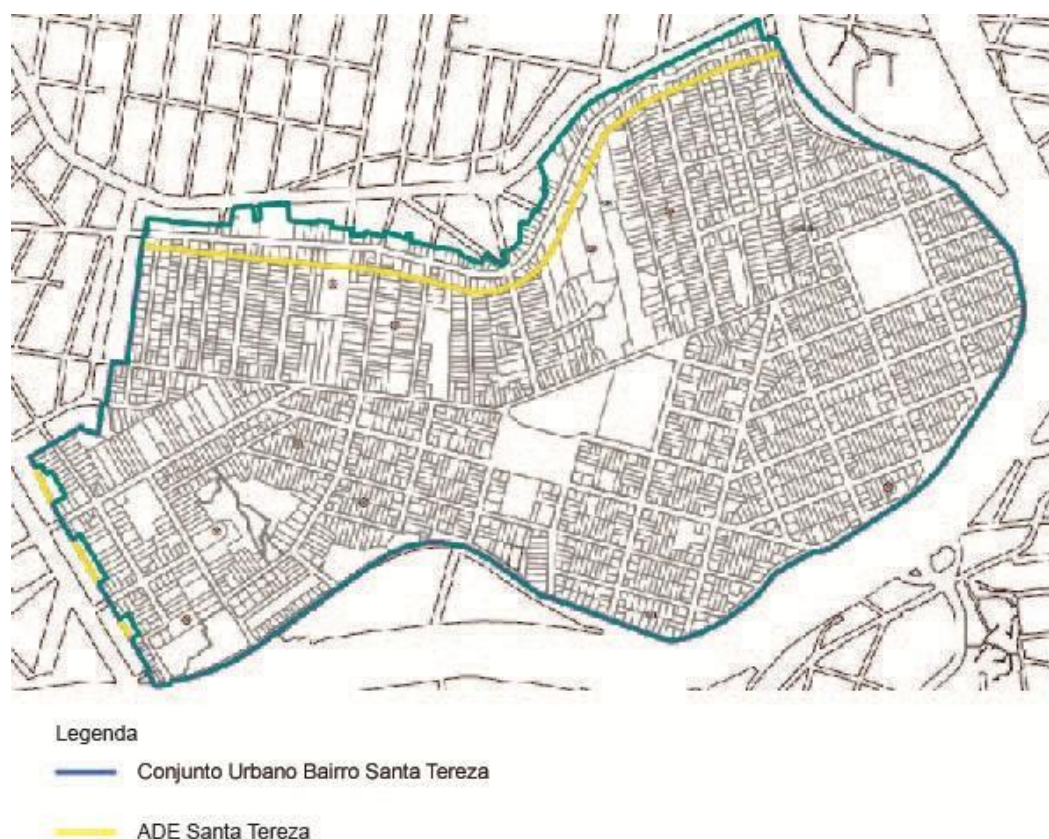
FIGURA 20 – Visão panorâmica do bairro Santa Tereza.



Fonte: Google Earth Pro, 2017.

⁶⁷ CDPC – Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural

FIGURA 21 – Limite do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza.



Fonte: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, 2015. (Modificado por Danielle Barroso, 2017)

Em tese, áreas que dispõem de infraestrutura urbana e, no caso do bairro Santa Tereza, de uma proximidade relativa ao centro da cidade, são passíveis de adensamento. “Mas quais densidades urbanas seriam adequadas?” – pergunta Jacobs (2013, p.230).

A resposta é parecida com a que Lincoln deu à pergunta: “Qual deve ser o comprimento das pernas de um homem?” Suficiente para alcançar o chão, respondeu Lincoln.

Da mesma maneira, densidades habitacionais urbanas adequadas são uma questão de funcionalidade. Não podem ser baseadas em abstrações sobre a extensão da área que idealmente deveria ser reservada para tantas e tantas pessoas (vivendo numa sociedade submissa imaginária).

As densidades são muito baixas, ou muito altas, quando impedem a diversidade urbana, em vez de a promover. Essa falta de funcionalidade é a *razão* de serem muito baixas ou muito altas. Deveríamos encerrar as densidades da mesma maneira que encaramos as calorias e vitaminas. As doses corretas são corretas por causa da eficácia delas. E o correto muda de acordo com as circunstâncias. (JACOBS, 2013, p.230).

Kiernan (2011) observa que os bairros são criações coletivas, formados ou escolhidos pelas suas peculiaridades – muitas vezes a favor da tranquilidade consentindo com a falta de facilidades. Segundo o autor, as pessoas que optam por uma vizinhança de baixa densidade não anseiam por um desenvolvimento súbito e hostil.

Contrariamente à pressão mercadológica vigente, é “possível à permanência de modelos alternativos ao da cidade que cresce segundo a lógica da destruição de tecidos urbanos antigos, estruturados e vivos.” (CAJAZEIRO; SOUZA, 2011). Dessa forma a proteção do conjunto urbano de Santa Tereza se firma como instrumento complementar à ADE, impedindo o “processo de verticalização e adensamento populacional da área” (MOVIMENTO SALVE TEREZA, 2013 *apud* FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015, p.10)

A solicitação de proteção do Conjunto Urbano originou-se, durante a década de 1990, como uma demanda da sociedade com o intuito de consolidar o bairro como “área de patrimônio cultural da cidade.” (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015, p.10) Dessa forma, mais do que o reconhecimento do valor histórico, cultural e urbanístico do bairro, seus aspectos simbólicos foram adotados como referenciais para a aprovação de proteção do Conjunto Urbano de

De acordo com o dossiê de proteção do Conjunto Urbano de Santa Tereza, havia uma divergência entre a demanda feita pelo movimento “Salve Santa Tereza” e o que a ADE Santa Tereza realmente preservava. Enquanto o movimento propunha a salvaguarda das características ambientais, urbanísticas e culturais do bairro, a ADE somente observava questões pertinentes ao uso residencial. A ADE não dispunha de instrumentos que efetivamente protegesse bens de interesse cultural, além de não garantir a preservação arquitetônica das edificações.

O mérito da proteção do Conjunto Urbano de Santa Tereza em 2015 é o de assegurar sua ambiência através da perpetuação de sua identidade. Através da preservação do seu patrimônio edificado, conserva-se, portanto, suas especificidades, seus modos de vida, seu ritmo singular.

Frente às especificidades históricas do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza, a concepção de patrimônio que ora tomamos por referência assume um significado que vai muito além da mera valorização arquitetônica, buscando identificar e sobressaltar o valor imaterial subjacente ao bem edificado, ainda que esse não possua grandes atributos estilísticos. Nesse sentido, considerando como pressuposto a singularidade de uma arquitetura

que se constitui pela reinterpretação simplificada dos estilos, o primeiro critério adotado para a proposição dos tombamentos foi a relação entre os bens edificados e a preservação das referências históricas e simbólicas relacionadas ao modo de vida característico do bairro Santa Tereza, marcado pelo caráter residencial unifamiliar e por relações de proximidade e vizinhança. A ambiência residencial é elemento participante desse modo de vida na medida em que seu componente físico – o quadro construído - constitui o lugar onde se efetivam os laços de sociabilidade que dão identidade àquele território. (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015, p.90).

Os laços de vizinhança, práticas culturais e relações cotidianas reforçadas pelas características arquitetônicas e urbanísticas fazem do bairro um espaço-tempo único.

Carinhosamente chamado Santê, quase uma referência ao seu pulsar de 'mineiridade', que corta a 'compridez' das palavras, é um bairro que ultrapassa fronteiras por meio de seus moradores, suas praças e manifestações [...] Santa Tereza é um desses lugares que despertam sentimentos, de rememorar histórias de um passado nem tão distante de Belo Horizonte, da imigração italiana e dos antigos hospitais da 'cidade jardim'. É um desses lugares onde perduram algumas tradições e onde aflora cultura em amplitude, como a boemia dos bares e restaurantes, como o Bolão, A Parada do Cardoso e Bar do Seu Orlando, entre tantos outros; e os encontros marcantes 'marcados' de fazer arte, como o Clube da Esquina, Skank e Sepultura. (SANTA TEREZA TEM, 2015, online)⁶⁸

O discurso apresentado acima reforça a observação do Dossiê para a proteção do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza finalizado em 2015 pela Fundação Municipal da Cultura – “O processo de construção e consolidação de uma identidade do bairro contou, ao longo dos anos, com a importante colaboração da mídia, sobretudo, a produzida pelos próprios moradores do Santa Tereza.” (FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA, 2015, p.43)

O Dossiê ressalta que os discursos da mídia se referem constantemente à história do bairro e seus moradores e também à ideia de que Santa Tereza é um bairro familiar, com fortes relações de vizinhança. Dessa forma, a memória se perpetua e cria-se um sentimento de pertencimento, aproximando cada vez mais seus moradores.

Deveras, o bairro apresenta características que o tornam peculiar – não tanto pelos atributos estilísticos de suas edificações, mas pelos modos de vida que ali se desenvolvem. Se essas particularidades são reais ou apenas fazem parte do

⁶⁸ SANTA TEREZA TEM. Disponível em: <<http://www.santaterezatem.com.br/bairro-santa-tereza/>>. Acesso em: 12 de maio de 2016.

imaginário coletivo, o fato é que a relação entre a temporalidade dos modos de vida e o espaço social se manifesta de maneira bastante harmônica.

Neste sentido, a proteção do Conjunto Urbano bairro Santa Tereza vai ao encontro da proposição de Lefebvre em se preservar os ritmos próprios, distante da globalização dominante - valorizando a identidade, resguardando a memória.

[..] there is a tendency towards the globalising domination of centres (capital cities, dominant cultures and countries, empires), which attacks the multidimensionality of peripheries [...]. In rhythm-analytic terms, let us say that there is a struggle between measured, imposed, external time and a more endogenous time. (LEFEBVRE, 2013, p.105)

A proteção do Conjunto Urbano Santa Tereza ratifica a ideia de que a preservação da dimensão física opera como suporte dos seus aspectos intangíveis, tornando-os indissociáveis. Ademais, legitima o conceito de patrimônio ambiental urbano, que, diversamente da compreensão tradicional, valoriza as especificidades e valores locais. No entanto, há de se refletir sobre a perspectiva de sua proteção que promovam o desenvolvimento socioeconômico.

4.3. Conservação integrada

O conceito de patrimônio foi, por muito tempo, extremamente seletivo. Não somente a sua definição revelava o caráter material quanto a predileção por determinados períodos históricos. A mudança de trajetória dessa concepção é recente. Ramon Gutiérrez (1992), destaca a transição da noção de patrimônio histórico para a de patrimônio cultural:

Uma visão inicial reducionista que enfatizava a noção do patrimônio nos aspectos históricos consagrados por uma historiografia “oficial”, centrada em episódios bélicos e figuras pragmáticas – quando não em recortes cronológicos arbitrários – que foi-se projetando até uma nova perspectiva mais ampla que incluiu o “cultural”, incorporando ao “histórico” as dimensões testemunhais do cotidiano e os feitos não-tangíveis. (GUTIÉRREZ, 1992, p.121)

O autor salienta que a escala também se altera – “da arquitetura como obra de arte isolada, portadora em si mesma dos valores que a hierarquizavam, avançou-se sobre a noção de conjunto.” (GUTIÉRREZ, 1992, p.121) O direito ao patrimônio, como coloca Gutiérrez, implica numa noção de “bem comum”, abarcando os valores

de referência para determinada população. Dessa maneira, as estratégias adotadas para a conservação ou recuperação de tecidos urbanos de valor cultural devem promover a qualidade de vida urbana.

As políticas de conservação urbana precisam então direcionar-se para uma concepção de caráter mais antropológico, histórico e ambiental, nas quais o território é percebido na sua totalidade. Segundo Zancheti e Lapa (2012, p. 28), são acentuados aspectos múltiplos “do ponto de vista da cultura, do ambiente, das tradições construtivas e da forma.”

Aliando-se a proteção da dimensão física pelo tombamento de edificações às políticas de patrimônio que incentivem o desenvolvimento econômico e social, Pontual (2012) sugere o modelo de conservação integrada. Relacionando “os fundamentos do planejamento estratégico à teoria do desenvolvimento sustentável e da conservação do patrimônio”⁶⁹ (PONTUAL, 2012, p.94), a autora observa que conservação integrada tem o objetivo de preservar as características originais do patrimônio, levando-se em conta suas questões econômicas e sociais.

É relevante comentar fato acontecido em 1984, quando foi aprovada a Lei nº 506, de Preservação Paisagística e Ambiental do Centro da Cidade do Rio de Janeiro, conhecida como a Lei do Corredor Cultural - preservação de uma área central da cidade associada à revitalização arquitetônica e infraestrutura urbana e conjugada a atividades culturais e de recreação, com a participação de setores da sociedade no processo de recuperação do patrimônio.

De acordo com Thalita Fonseca (2009), um grande número de edificações históricas do centro da cidade estava na iminência de serem demolidas para abertura de novas vias de trânsito. A autora (2009, p.37) afirma que as edificações “tinham um valor simbólico e afetivo para seus usuários, que começaram a se organizar para tentarem garantir a permanência no local, ameaçados que estavam de remanejamento e desapropriação.” Outro temor era que a área pudesse sofrer um processo de verticalização semelhante a outras do centro da cidade.

Um dos parâmetros adotados para definição de preservação era a homogeneidade dos conjuntos no que se refere à tipologia e usos tradicionais. Assim, criou-se “a

⁶⁹ Segundo Pontual (2012) o planejamento estratégico aplicado à dimensão urbana permite ações conjuntas do poder público, do setor privado e da sociedade em prol das potencialidades das cidades.

primeira legislação municipal do país com enfoque na preservação de centros urbanos.” (FONSECA, 2009, p.40)

A nova legislação privilegiou as fachadas e os telhados das edificações, que deveriam manter seus elementos construtivos originais, enquanto que os interiores não receberam normas tão rígidas, ficando seu reaproveitamento a ser feito de acordo com as novas instalações, desde que se mantivessem os vãos de iluminação internos e as relações orgânicas com as fachadas evitando edificações e ruas artificiais com aspecto cenográfico. Estabeleceram-se parâmetros para o gabarito das novas edificações de maneira a se tentar a compatibilização com as escalas existentes.

A lei obrigou, ainda, a manutenção de usos culturais e de lazer, proibiu a construção de edificações para uso exclusivo ou predominante de pavimentos-garagem, e isentou da obrigatoriedade a construção de vagas para veículos nos prédios preservados. A colocação de placas com anúncios e letreiros também foram contemplados e para eles foram definidas normas que estabeleciam suas dimensões e sua localização na fachada. (FONSECA, 2009, p.40)

Após a fase de recuperação do patrimônio arquitetônico e melhorias na infraestrutura das calçadas, equipamentos urbanos, arborização e iluminação, os imóveis foram novamente ocupados com centros culturais, museus, teatros, restaurantes e outros tipos de atividades que possibilitassem “uso e permanência da população, mesmo nos fins de semana, quando o Centro fica tradicionalmente mais vazio.” (FONSECA, 2009, p.41)

Fonseca (2009, p.44) ressalta o sucesso do Corredor Cultural, num nível geral – a implantação de um Escritório Técnico funciona como canal de comunicação entre “os proprietários e locatários dos imóveis do Corredor Cultural com a administração municipal, ainda hoje se encontra aberto para esclarecimentos e auxílio destes usuários na gestão de seus bens preservados.”

Todavia, a região da Lapa, famoso reduto da boemia sofreu gentrificação⁷⁰ pelo êxito das atividades ali instaladas. Fonseca (2009) relata:

Os bares, restaurantes e casas de show se renovaram, outros novos foram inaugurados explorando a característica boêmia da região, tirando partido da arquitetura histórica e associando-a a eventos de samba e chorinho, característicos do Rio de Janeiro. O êxito destes estabelecimentos foi tamanho que se multiplicou transformando a Lapa num pólo de entretenimento noturno na cidade, que agrega um público vindo de vários bairros e hoje oferece opções para todos os gostos, como alternativa à oferta inicial de casas de samba. (FONSECA, 2009, p.43)

⁷⁰ Segundo Lees, Slater e Wyly, o termo cunhado pela socióloga Ruth Glass em 1964, denominava a transformação de áreas vazias ou áreas onde residia a classe operária, dentro do perímetro urbano, em residenciais direcionados para classe média ou para fins comerciais

O caso da região da Lapa, segundo a autora, corre o risco de autodestruição pela exploração de um único tipo de atividade, como aponta Jacobs (2013, p. 176): “[...] um bairro ou um distrito planejado à perfeição aparentemente para atender a uma função, não consegue de fato propiciar o que é necessário se estiver preso a esta única função.”

Na perspectiva de Fonseca (2009) o projeto do Corredor Cultural do Rio de Janeiro obteve êxito, ainda que algum tipo de gentrificação tenha ocorrido. Entre as principais causas a autora aponta: a compreensão dos comerciantes locais em perceber que a solução de manutenção de suas atividades implicava na preservação do patrimônio; o diálogo entre os comerciantes e a administração municipal feita através do Escritório Técnico; e a intenção do poder municipal em conservar as características simbólicas da áreas pela manutenção da população local.

A importância da conservação integrada é também salientada por Castriota (2010) na perspectiva do conceito de patrimônio ambiental urbano. Neste sentido, a articulação entre as áreas protegidas e o restante da cidade se faz de maneira a “conservar o equilíbrio da paisagem, pensando sempre como inter-relacionados a infraestrutura, o lote, edificação, a linguagem urbana, os usos, o perfil histórico e a própria paisagem natural.” (CASTRIOTA, 2009, p.56)

As limitações estabelecidas pela ADE foram consolidadas pela proteção do conjunto urbano constituindo uma forma de garantir a permanência das práticas sociais e econômicas tradicionais do bairro. De qualquer maneira, é necessário levar-se em conta que o ambiente urbano é extremamente dinâmico, sendo necessário, portanto, uma perspectiva de planejamento e gestão urbana pautados no desenvolvimento sustentável.

Segundo Luís de La Mora (2012), o modelo de Planejamento Local Integrado de projetos de Gestão da Conservação do Patrimônio busca a sintonia das diversas dimensões da “*complex-cidade*”:

A cidade é uma realidade complexa, dinâmica e contraditória, envolvendo dimensões físicas, geográficas, ambientais, urbanísticas, bem como demográficas, sociais, econômicas, culturais, políticas, legais, técnicas e organizacionais, abrindo-se novos campos na área da psicologia, dos valores e dos comportamentos.” (DE LA MORA, 2012, p.103)

Entretanto, apesar de promover o equilíbrio entre os interesses de cada setor, grupo de pessoas e organizações de forma articulada e participativa, de La Mora (2012, p.112) indica que são grandes os desafios para a implementação do processo, devido “à complexidade do entorno e à pluralidade de atores.”

Assim, a integração entre conservação do patrimônio e planejamento urbano permite que áreas de interesse histórico e/ou cultural não se isolem do restante da cidade. Portanto, é importante estabelecer equilíbrio entre o crescimento econômico e as especificidades locais. Conforme de La Mora (2012, p. 103), a adoção de modelo de planejamento com enfoque local, “numa perspectiva interdisciplinar, intersetorial e interinstitucional” procura, de modo articulado, mas descentralizado, propor diretrizes mais específicas para cada localidade.

4.4. Gestão participativa

A participação popular na gestão urbana busca uma ação justa e democrática na sua construção - “As cidades têm capacidade de oferecer algo a todos, mas só porque e quando são criadas por todos.” (JACOBS, 2013, p. 263). Entretanto, é notório, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, as inúmeras áreas históricas revitalizadas que resultaram em locais de gentrificação.

Assim, para minimizar as perdas sociais em áreas históricas é fundamental que o planejamento urbano vislumbre a conservação do patrimônio cultural, como aponta Pontual:

Quando se trata especificamente de sítios históricos acresce-se aos desafios comuns o planejamento das cidades e o de adaptá-lo às necessidades contemporâneas. Esse desafio está aliado ao objetivo de prolongar a vida útil de um bem cultural e valorizar as suas características históricas e artísticas sem perda da autenticidade e do significado. (PONTUAL, 2012, p. 94)

Seguindo uma abordagem mais abrangente, o Plano de Gestão da Conservação Integrada associa o planejamento – missão, estratégias, orçamento e controle – à gestão – ações e recursos técnicos, institucionais e financeiros - em prol da conservação do patrimônio cultural, evitando-se, ou pelo menos minimizando as “perdas sociais e os vestígios da história”. (PONTUAL, 2012, p. 91)

O referencial adotado é o do desenvolvimento sustentável e da conservação urbana, considerando-se a visão estratégica do planejamento. Tem como objetivo a manutenção da especificidade, diversidade e autenticidade da tipologia e morfologia urbana e edilícia, assim como das expressões de vivências e tradições culturais, integrando-as às exigências contemporâneas de novos usos, funções e atividades. (PONTUAL, 2012, p. 97)

O êxito de um bairro, segundo Jacobs (2013), está intimamente relacionado com a autogestão. A autora sugere que por autogestão entende-se tanto a “informal da coletividade quanto a formal.” (JACOBS, 2013, p. 125) A autora afirma que o governo municipal enquanto administrador e planejador possui um conhecimento generalizado dos locais, à medida que “precisam conhecer, e conhecer a fundo, lugares específicos” evitando “medidas impensadas, gratuitas, destrutivas.” (JACOBS, 2013, p.456) Neste sentido é significativo relatar a formação e atividades do Movimento Salve Santa Tereza e da Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza.

A Lei Municipal nº 7166/96 que cria a ADE de Santa Tereza, e regulamentada pela Lei Nº 8137/2000, estabelece:

Art. 112 - Fica instituído o Fórum da Área de Diretrizes Especiais de Santa Tereza - FADE DE SANTA TEREZA - com o objetivo de acompanhar as decisões e ações relativas a essa ADE, encaminhando sugestões às comissões temáticas do poder legislativo.

§ 1.º - O FADE DE SANTA TEREZA é composto por 7 (sete) membros efetivos e respectivos suplentes, a saber:

I - 5 (cinco) representantes dos vários setores da comunidade local;

II - 1 (um) profissional com experiência em urbanismo, indicado pela associação dos moradores de Santa Tereza;

III - 1 (um) representante da Administração Regional Leste.

§ 2.º - Os mandatos do FADE DE SANTA TEREZA não serão remunerados e terão a duração de 2 (dois) anos, podendo seus membros serem reeleitos ou reconduzidos para mais 1(um) mandato;

§ 3.º - O FADE DE SANTA TEREZA reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, ou extraordinariamente, quando se fizer necessário.

§ 4.º - A Administração Regional prestará apoio técnico e administrativo para o funcionamento do FADE DE SANTA TEREZA.

§ 5.º - As reuniões serão públicas, facultando-se aos munícipes da comunidade local solicitar, por escrito e com justificativa, a inclusão de assunto de seu interesse na pauta da reunião subsequente.

Entretanto o informativo de 2014 do Movimento Salve Santa Tereza indica que naquele ano foi protocolado o pedido de instalação do FADE Santa Tereza “e,

mesmo tendo o Ministério Público já sinalizado a necessidade de sua criação, a PBH não deu retorno a tal reivindicação.” (MOVIMENTO SALVE SANTA TEREZA, 2014, p.4) O Movimento reitera que ao ignorar essa reivindicação o poder executivo municipal mostra, claramente, que não deseja a participação da população nos assuntos urbanos.” (MOVIMENTO SALVE SANTA TEREZA, 2014, p.4) (Ver anexo 4).

A Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza, criada em 1983 atua em defesa dos interesses coletivos e preservação do tradicional bairro assim como o Movimento Salve Santa Tereza. Enquanto a ACBST é uma entidade institucionalizada, regida por estatuto, a segunda se define como uma ação coletiva horizontal, que atua de maneira informal. Todavia, os dois se articulam através de páginas em redes sociais e grupos de e-mail, acionando seus membros e divulgando ações. Tanto a ACBST quanto o Movimento Salve Santa Tereza, defendem que a construção da cidadania se faz pela apropriação democrática do espaço público, incluindo a gestão participativa da população.

É na dimensão física que as atividades sociais e ritmos sociais se manifestam no espaço. David Harvey (2012) aponta que a identidade urbana depende de mudanças que são construídas democrática e conjuntamente - “esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização.” (HARVEY, 2012, p.74)

Em sua obra “A condição pós-moderna”, Harvey articula a ideia de Henri Lefebvre sobre o domínio do espaço como aspecto essencial à vida cotidiana. Harvey (2014, p. 201) afirma que “as práticas temporais e espaciais nunca são neutras nos assuntos sociais”, ou seja, as convenções sociais estão diretamente vinculadas à organização do espaço e tempo.

Neste sentido, o valor da proteção do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza não apenas assegura sua ambiência, seu patrimônio cultural e seu cotidiano, mas ratifica o direito à cidade como um ideal possível.

4.5. Descompasso urbano

Formas de ação coletiva como a luta pela reabertura do Mercado Distrital de Santa Tereza e pela salvaguarda da antiga fábrica de pregos (a fim de impedir a construção de empreendimento colossal às margens da Avenida dos Andradas) são exemplo concreto de como alianças sociais são capazes de recuperar a condição de cidadão.

Inaugurado em 1974, o Mercado Distrital de Santa Tereza ocupa a área onde até 1965 estava instalado o Hospital Cícero Ferreira⁷¹. Fechado definitivamente em 2007, o mercado encontrava-se em decadência - apenas 13 feirantes permaneciam no local. Segundo depoimento do então presidente da Associação dos Permissionários do Mercado Distrital de Santa Tereza, Giovani Laureano Teixeira, a Prefeitura de Belo Horizonte não promovia licitações para ocupação de “boxes” desocupados há seis anos.

Em 2013, o Movimento Salve Santa Tereza⁷² ressurgiria diante de ameaças à ADE – a iminência da construção de uma torre de 85 andares na Avenida dos Andradas, o alargamento da rua Conselheiro Rocha, e a deliberação da PBH pela concessão de 6000m² quadrados do Mercado para a FIEMG⁷³.

Dentre as ameaças, a mais concreta e latente era a concessão do mercado à FIEMG, que pretendia instalar uma escola profissionalizante para a formação de mão de obra visando o setor automotivo. Contudo, tal decisão contrariava a Lei 7166/96, que define o bairro como Área de Diretrizes Especiais, dessa forma, serviços de uso coletivo como escolas podem ter, no máximo, 400m².

⁷¹ O hospital foi transferido em 1955 para o bairro Santa Efigênia e, nos anos 1970 foi demolido para construção do Mercado Distrital de Santa Tereza.

⁷² O Movimento Salve Santa Tereza foi criado em 1996 com o propósito de reivindicar a alteração do bairro de Zona de Adensamento Preferencial (ZAP) em Área de Diretriz Especial (ADE) para o Plano Diretor de Belo Horizonte que entraria em vigor no mesmo ano.

⁷³ FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

QUADRO 1 - CLASSIFICAÇÃO DE USOS NA ADE DE SANTA TEREZA

RAMO DE ATIVIDADE	GRUPO I	GRUPO II
SERVIÇOS DE USO COLETIVO: SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO	<p>Área: <150m²</p> <ul style="list-style-type: none"> -Institutos para Cegos -Institutos para Portadores de Deficiência -Institutos para Surdos-Mudos -Jardins de Infância e Maternais -Pré-Primário -Escolas de Excepcionais -Escolas de Idiomas -Escolas de Primeiro Grau -Escolas de Segundo Grau 	<p>Área: < 400 m²</p> <ul style="list-style-type: none"> - Centros de Formação Profissional - Cursos Pré-Vestibular - Cursos Supletivos <p>- Grupo I >150m² a <400m²</p>

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Anexo VIII da Lei Nº 8.137, de 21 de dezembro de 2000.

O Movimento Salve Santa Tereza em parceria com a Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza, organizaram um abaixo-assinado contra a cessão do espaço do Mercado, coletando cerca de 2.400 assinaturas, que correspondiam à ¼ da população adulta do bairro. O documento foi entregue à Câmara de Vereadores, ao COMPUR⁷⁴, PMBH⁷⁵ e à FIEMG.

A primeira mobilização em prol da reocupação do mercado foi realizada em setembro de 2014, com a proposta “Mercado Vivo + Verde”. Como o espaço do mercado ainda se encontrava cedido à FIEMG, o evento foi realizado na rua Alvinópolis, contando com feira de alimentos agroecológicos, artesanato, apresentações artísticas e debates. A ação conjunta entre moradores e o Movimento Salve Santa Tereza permitiu a inclusão do Mercado no Dossiê de Proteção do Conjunto Urbano de Santa Tereza que, por sua vez, desencadeou a não ocupação do espaço pela FIEMG.

⁷⁴ Conselho Municipal de Política Urbana.

⁷⁵ Polícia Militar de Belo Horizonte.

FIGURA 22 – Muro do Mercado Distrital Santa Tereza, 5 de setembro de 2014.



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

Desde então o Movimento Salve Santa Tereza e a Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza vem constantemente e diretamente discutindo junto aos órgãos municipais e diversas entidades discutindo e buscando usos mais democráticos e sustentáveis para o espaço do Mercado.

Em fevereiro de 2016, o Mercado passou a ser gerido pela Fundação Municipal de Cultura (FMC) e a pedido dos moradores foi formada uma comissão paritária entre representantes da gestão municipal e da sociedade civil para discutir formas de uso e de ocupação do Mercado Distrital de Santa Tereza. Representantes do Movimento Salve Santa Tereza e da Feira Terra Viva que fazem parte da Comissão propõem a ocupação imediata da área externa do Mercado (antigo estacionamento). Que de acordo com eles dispensa reforma ou adaptações. A realização do evento Mercado Vivo + Verde recebeu apoio institucional da FMC e, se depender do desejo dos organizadores, poderá se tornar mensal ou semanal. (SANTATEREZATEM, 2016)

Em maio de 2016, a segunda edição do “Mercado Vivo + Verde” foi realizada; além da feira de alimentos orgânicos, roupas e artesanato, uma extensa programação foi montada incluindo shows, oficinas para crianças e rodas de conversas. O evento, amplamente divulgado contou com grande participação de moradores e centenas de frequentadores do bairro, assinalando a vocação do espaço.

FIGURA 23 – 2ª Edição do Mercado Vivo + Verde, maio de 2016.



Fonte: Arquivo pessoal, 2017.

A Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza e o Movimento Salve Santa Tereza encarregaram-se desde então por mutirões para limpeza do local e plantio de uma horta comunitária. Em janeiro de 2017, o poder municipal reconheceu a vocação do Mercado Distrital para atividades comerciais, e sugeriu a concessão do espaço para o grupo que vem trabalhando na sua reabertura. Todavia, a Prefeitura de Belo Horizonte não irá disponibilizar recursos públicos para tal.

A moradora do bairro e integrante do Movimento Salve Santa Tereza Karine Carneiro ressalta que a apresentação de um plano de viabilidade econômica exigida pela Prefeitura de Belo Horizonte para a reabertura do mercado será um desafio; contudo, apesar da grande responsabilidade, caso o poder público municipal forneça apoio técnico para o desenvolvimento do projeto, a reabertura do Mercado Distrital de Santa Tereza poderá tornar-se realidade.

A recuperação do Mercado Distrital de Santa Tereza como espaço público aberto e livre para a comunidade e futuro gerador de renda e emprego, constitui mais uma conquista para a manutenção das singularidades do bairro, principalmente após a concessão feita pela Prefeitura de Belo Horizonte. Uma vez que as pessoas a frente de sua reabertura procuram viabilizar práticas que não prejudiquem a ambiência do bairro. Assim, a proposta inicial pretende resgatar a atividade de mercado que

conjugue serviços como bancos, correios e farmácia, além de área para lazer e cultura.

Ainda que a “etapa” do Mercado Distrital esteja superada, outro fato que ainda ameaça a proteção de Santa Tereza são as especulações imobiliárias no entorno do bairro. Em 2012, o escritório arquitetura Farkasvölgyi e a PHV Engenharia apresentaram o projeto de uma torre de oitenta e cinco andares à Prefeitura de Belo Horizonte para ocupar a área situada entre o bairro e a Avenida dos Andradas. O complexo arquitetônico incluía a torre, uma arena multiuso para shows, eventos esportivos, feiras e congressos com capacidade para 40 mil pessoas e 10 mil vagas de estacionamento, totalizando 500 mil m² de área edificada.

FIGURA 24 – Perspectiva do complexo arquitetônico proposto pelo escritório de engenharia e arquitetura Farkasvölgyi, com a torre ao fundo.



Fonte: Jornal Hoje em Dia, 25 de março de 2015, online.

O investimento de R\$ 2 bilhões para a construção do complexo arquitetônico seria obtido com fundos imobiliários estrangeiros. Todavia, o projeto foi abandonado já que infringia uma das diretrizes asseguradas pela proteção do conjunto urbano Santa Tereza por obstruir a visada da Serra do Curral, além de provocar um enorme fluxo, mesmo que indireto, de veículos no bairro.

A nova proposta apresentada pela PHV Engenharia, denominada Operação Urbana Simplificada (OUS)⁷⁶ – Praça da Cidade substitui a torre de trezentos e cinquenta metros de altura por três torres de 23 andares cada, totalizando 100 mil m², além de 2.000 vagas de estacionamento. Tal intervenção é rejeitada tanto pela Associação dos Moradores do bairro Santa Tereza quanto pelos membros do Salve Santa Tereza por impactar na paisagem e na dinâmica do bairro.

Em entrevista para o site Santa Tereza Tem, a professora, advogada e moradora do bairro, Silvia Nascimento, alerta que esse tipo de flexibilizações urbanísticas podem levar ao fim da ADE de Santa Tereza. Karine Carneiro aponta que o empreendimento pode, inclusive, aumentar a temperatura na região, pois o revestimento espelhado das torres reflete a luz solar sobre o bairro.

As consequências da implementação desse projeto são tanto diretas – a flexibilização da legislação urbanística atual através de uma Operação Urbana Simplificada (OUS); aumento do número de veículos no bairro; alteração do regime de ventos, da insolação e da paisagem no entorno; alteração da pista de caminhada e da ciclovia da Av. dos Andradas - como indiretas - os impactos no trânsito a médio e longo prazo que poderão levar a projetos de reestruturação na rua Conselheiro Rocha e o incremento à especulação imobiliária e conseqüente processo de gentrificação que implica na expulsão, pelo mercado imobiliário, de populações tradicionais do bairro. (SALVE SANTA TEREZA, 2016)

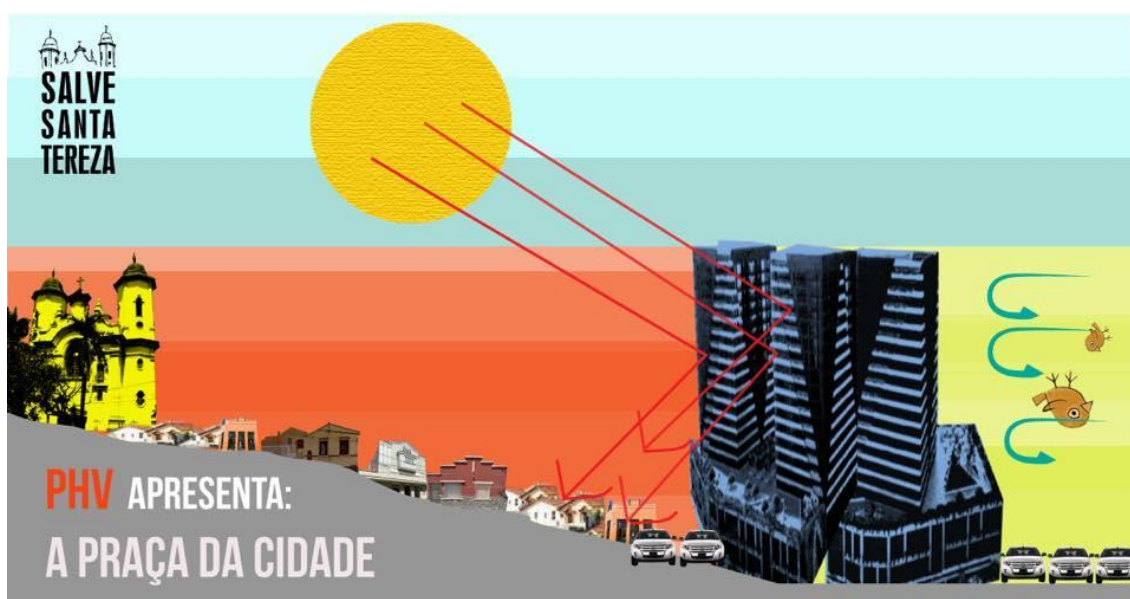
⁷⁶ Operação Urbana Simplificada (OUS), sempre motivada por interesse público, destina-se a viabilizar intervenções tais como: tratamento urbanístico de áreas públicas; abertura de vias ou melhorias no sistema viário; implantação de programa habitacional de interesse social; implantação de equipamentos públicos; **recuperação do patrimônio cultural; proteção ambiental;** reurbanização; **amenização dos efeitos negativos das ilhas de calor sobre a qualidade de vida;** regularização de edificações e de usos; requalificação de áreas públicas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, 2016, grifo nosso)

FIGURA 25 – Imagem ilustrativa da Praça da Cidade, empreendimento da PHV Engenharia.



Fonte: Salve Santa Tereza, 2016, *online*.

FIGURA 26 – Imagem dos impactos térmicos sobre o bairro Santa Tereza.



Fonte: Salve Santa Tereza, 2016, *online*.

O terreno em questão, onde atualmente se encontra a antiga fábrica de pregos, a rua Adamina, 385, está fora do perímetro da ADE e pertence à PHV Engenharia. Em novembro de 2013, juntamente com o abaixo assinado que solicitava a proteção do bairro Santa Tereza, foi reclamado o tombamento da edificação. Segundo o dossiê de proteção do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza (2015, p.69), o galpão é um “exemplar arquitetônico eclético, representativo da arquitetura industrial de Belo Horizonte”; e mesmo que mais vinculado à Avenida dos Andradas, esse amplo espaço livre abriga um grande campo de futebol de várzea e, estando limitado também pela linha de trem, sugere a possibilidade de implantação de um parque ou um equipamento de lazer.

Quando Magni (2012) destaca que a articulação dos moradores do bairro Santa Tereza com o poder político municipal em 1996 conseguiu reverter a condição de uma área passível de adensamento para uma Área de Diretrizes Especiais. Neste sentido é interessante apontar que, mesmo conseguindo recentemente salvaguarda ainda mais rigorosa para o bairro, a mobilização dos moradores não tem sido suficiente para evitar pressões do mercado imobiliário, como se observa nesta área que se encontra propositalmente fora do limite de proteção.

FIGURA 27 – Antiga Fábrica de Pregos.



Fonte: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE, 2015.

A proposta da PHV Engenharia que seria apreciada durante a sessão ordinária de 21 de dezembro de 2016, foi retirada de pauta pela construtora. Em nota a PHV Engenharia expressa que o “desenvolvimento urbano deve estar alinhado com o bem-estar das comunidades do entorno.” Dessa maneira, a empresa optou por analisar as críticas ao empreendimento e “estudar melhor possibilidades de evolução para o projeto”, e também solicitará estudos para avaliar possíveis impactos. Quanto à preservação da visada da Serra do Curral, a construtora irá respeitar as determinações da legislação vigente.

A mobilização atual do Movimento Salve Santa Tereza em prol do tombamento da antiga fábrica de pregos, procura, dessa forma, impedir a construção do empreendimento da PHV Engenharia. O Movimento afirma que a proteção do bairro como Conjunto Urbano estará fadado a anulação caso as torres sejam construídas, pelo impacto ambiental, no aumento do trânsito local e especulação imobiliária.

O complexo comercial, sem “sombra” de dúvida, causará processo de gentrificação - pela valorização imobiliária provocará a saída da população e do comércio tradicional. Segundo Lees, Slater e Wyly (2008) a definição inicial do termo gentrificação compreendia a readequação de habitações da população de baixa renda (geralmente situadas em locais próximos aos centros das cidades) para comercializá-las para a classe média. Os autores reconhecem que atualmente o significado da expressão ampliou-se, abarcando a reestruturação econômica e social do espaço urbano, envolvendo, cada vez mais, a reconstrução sistemática de grandes blocos do tecido urbano.

Neste sentido, é justamente o que se propõe com a construção da Praça da Cidade. Segundo Brígida Alvim (2016) o terreno pertencente à PHV Engenharia, que já não fazia parte do perímetro da ADE, foi novamente excluído dos limites determinados para proteção do Conjunto Urbano Bairro Santa Tereza pelo poder executivo municipal, mesmo com o pedido de tombamento da antiga fábrica de pregos já protocolado. Para o Movimento Salve Santa Tereza não há dúvidas que o empreendimento seria o gatilho para o processo de gentrificação. Implicando, em um dado momento, da anulação do verdadeiro significado da salvaguarda do bairro, cujo mérito se fundamenta em sua vida cotidiana.

No que se refere à especulação imobiliária, o resultado pode culminar em extensa gentrificação. Lees, Slater e Wyly (2008) observam como a gentrificação vem

sofrendo alterações desde sua concepção inicial em 1964 pela socióloga Ruth Glass. Segundo os autores, atualmente a gentrificação assumiu um caráter mais global e está relacionado ao “novo urbanismo” – onde o Estado não mais funciona como regulador e sim como agente.

Essa perspectiva foi amplamente discutida por Lefebvre em *A Revolução Urbana*. Mesmo não mencionando a gentrificação especificamente, Lefebvre (2008) problematiza as questões referentes ao espaço urbano e a dinâmica do capitalismo. Neste sentido, o espaço é considerado produto, no entanto “não se trata mais da terra, do solo, mas do *espaço social* como tal, produzido como tal, ou seja, com esse objetivo, com essa finalidade (como se diz).” (LEFEBVRE, 2008, p.140)

A produção do espaço, em si, não é nova. [...] O novo é a produção global e total do espaço social. Essa extensão enorme da atividade produtiva realiza-se em função dos interesses dos que a inventam, dos que a gerem, dos que dela se beneficiam (largamente). O capitalismo parece. Ele encontrou um novo alento na conquista do espaço, em termos triviais, na especulação imobiliária, **nas grandes obras** (dentro e fora das cidades), na compra e na venda do espaço. E isso à escala mundial. (LEFEBVRE, 2008, p.140, grifo nosso).

Assim como sugerem Lees, Slater e Wyly (2008), Lefebvre (2008, p.141) demonstra como o planejamento urbano é conivente com essa dinâmica – “Ele oculta, sob uma aparência positiva, humanista, tecnológica, a estratégia capitalista: o domínio do espaço [...]”. O planejamento das cidades cria demandas e promove sua satisfação – “o urbanismo é um urbanismo de classe.” (LEFEBVRE, 2008, p.145)

[...] o urbanismo implica uma crítica radical. O que ele mascara? A situação. O que encobre? Operações. O que bloqueia? Um horizonte, uma via, a do conhecimento e da prática urbanos. Ele acompanha um declínio, o da Cidade espontânea e da Cidade histórica. Ele implica a intervenção de um poder mais que a de um conhecimento. Se alcança uma coerência e impõe uma lógica, trata-se da coerência e da lógica do Estado [...]. (LEFEBVRE, 2008, p.145)⁷⁷

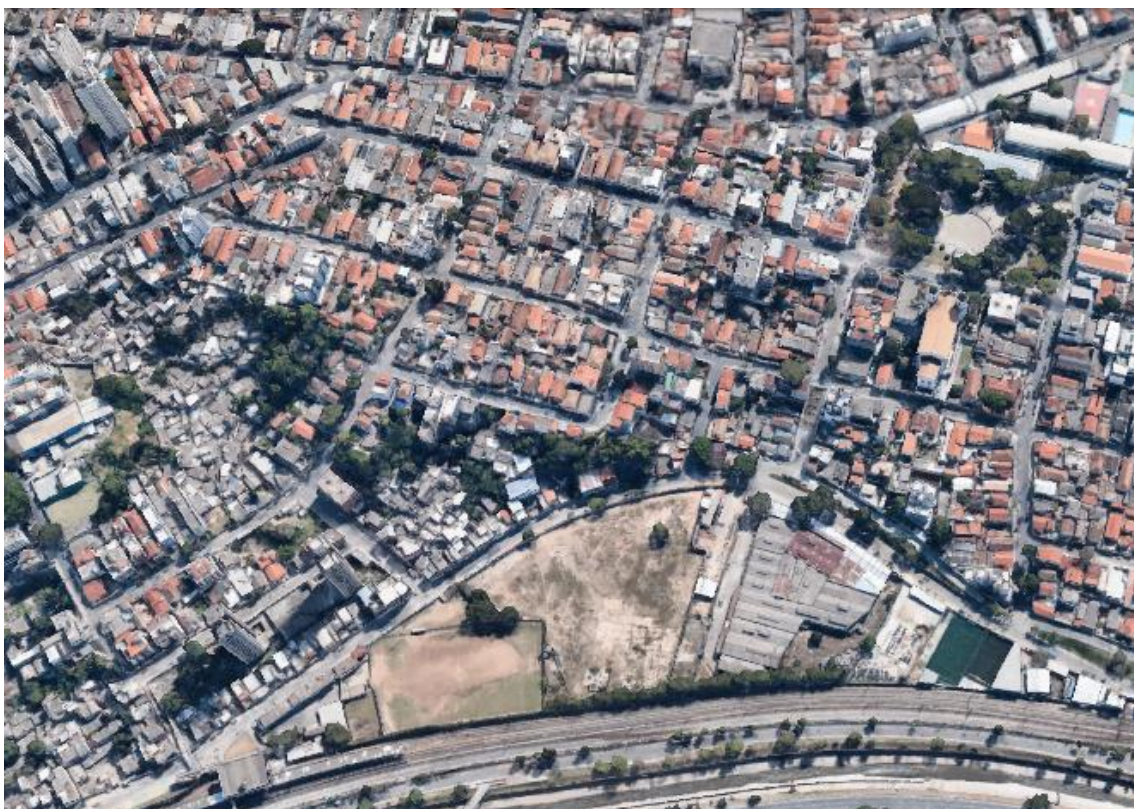
Lefebvre (2008) se refere ao urbanismo⁷⁸ como “capitalismo de organização”, que direciona o consumo do espaço e, portanto, da própria sociedade. Resta à população, além de habitar, a função de adquirir espaço; a participação na definição dos usos dos espaços urbanos é, na maioria das vezes, vetada à população.

⁷⁷ O termo urbanismo é aqui empregado como sinônimo de planejamento urbano.

⁷⁸ *Idem*.

O urbanismo, como revela Lefebvre (2001), promove “uma ideologia da felicidade”, programando o cotidiano e reunindo condições “para que exista uma dominação perfeita, para exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores de espaço.” (LEFEBVRE, 2001, p.33).

FIGURA 28 – Detalhe do bairro Santa Tereza onde está localizado o lote pertencente à PHV Engenharia.



Fonte: Google Earth Pro, 2017.

Entretanto, a articulação dos moradores de Santa Tereza demonstra que existem “movimentos sociais urbanos procurando superar o isolamento e remodelar a cidade segundo uma imagem diferente da que apresentam os empreendedores [...]” (HARVEY, 2012, p.82) Harvey aponta que o fortalecimento de movimentos sociais tanto operacionalmente quanto politicamente é decisivo para o direito à cidade: “Lefebvre estava certo ao insistir que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo deste termo, ou nada mais.” (HARVEY, 2012, p.88).

O empenho do Movimento Salve Santa Tereza em se preservar a dimensão tangível do bairro, vai de encontro à uma cidade inerentemente mutável no que diz respeito à sua materialidade. Contudo, a que se considerar que a proteção da dimensão física, se caracteriza como suporte da dimensão social e seus modos de vida.

Apesar de que, aparentemente essa preservação implique em se desconsiderar a temporalidade, de fato representa a valorização da cadência cotidiana que é realmente significativa para seus moradores e frequentadores. Pois, num tempo que lhe é próprio, os modos de vida de Santa Tereza desenvolvem-se neste ambiente singular, e que não é de maneira alguma estático – a vida em Santa Tereza tem seu próprio compasso.

Ainda assim persiste a tênue questão da preservação, que está subordinada a quatro variáveis – o que se preservar, por que, como e para quem. Essa é uma discussão extensa e complexa, e, o caso da proteção do bairro de Santa Tereza não é exceção. O mérito, como foi dito anteriormente se fundamenta no entendimento de que a dimensão material é suporte para a sua ambiência e os modos de vida. Além disso, foi uma demanda que partiu de seus moradores e frequentadores.

Neste sentido, nossa compreensão parte do princípio de que a salvaguarda do bairro não significa um estado de estagnação, e sim uma condição mais em que a vida cotidiana e a materialidade do bairro são correlatas. Sendo assim, a conservação da dimensão material se mostra coerente na medida em que os modos de vida característicos de Santa Tereza estiverem em consonância.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços urbanos são determinados por sua temporalidade e espacialidade. Tempos localizados e vividos que se manifestam através de ritmos – corporais, sociais e naturais. Neste contexto, a ritmáanse pode tornar-se uma maneira potencial de observação e análise proporcionando informações que auxiliam a determinar aspectos característicos de determinados espaços urbanos, bem como a compreensão do conceito de sentido de lugar.

Os ritmos urbanos caracterizam os lugares e também influenciam sentimentos em relação a estes lugares. Eles têm um impacto sobre o nosso senso de familiaridade, segurança, intimidade e bem-estar. Como argumentamos anteriormente, os ritmos urbanos são locais e específicos do local. Deste modo, os ritmos urbanos são parte da imagem de um lugar e desempenham um papel importante na ambiência destes lugares. Muitas vezes, os ritmos tornam-se ainda mais importantes do que as características físicas dos lugares, tornando-se representação identitária daquele local – “Societies are composed of crowds, of groups, of bodies, of classes, and constitute peoples. They understand the rhythms of which living beings, social bodies, local groups are made up.” (LEFEBVRE, 2013, p.51).⁷⁹

Os ritmos urbanos são específicos do contexto urbano, oferecendo especificidade e localização para os ritmos e envolvendo a vida urbana concentrada em um contexto espacial. As condições sócio espaciais particulares fazem dos ritmos urbanos um excelente campo de estudos das atividades social e humana. Além disso, os ritmos urbanos também catalisam sentimentos peculiares em lugares. O sentimento de lugar é igualmente afetado por ritmos urbanos de um espaço.

A observação do singular bairro de Santa Tereza sob a perspectiva da ritmanálise desenvolvida por Lefebvre e pelos apontamentos de Jane Jacobs acerca da vitalidade das ruas e bairros, ratifica que os modos de vida são, de fato, o princípio vital do bairro.

A ritmanálise implica que lugares são temporais-sócio-espaciais, de maneira que a observação em escala real do espaço e do tempo, é uma abordagem bastante

⁷⁹ As sociedades são compostas de multidões, de grupos, de corpos, de classes e constituem povos. Eles compreendem os ritmos dos quais os seres vivos, os corpos sociais, os grupos locais são constituídos. (tradução nossa).

eficaz, contribuindo assim para corroborar a ideia de que o cotidiano em Santa Tereza tem características peculiares.

As reflexões de Jane Jacobs (2011) foram igualmente cruciais na medida em que nos trouxeram uma perspectiva bem próxima à da ritmanálise quando evidencia a discussão sobre o cotidiano que se desenvolve no nível da rua, na escala humana, fornecendo a perspectiva da dinâmica dos modos de vida.

Jacobs (2013) revela que as relações sociais são vitais para o bom funcionamento de um bairro, pois:

Desfeitos seus relacionamentos, destrói-se sua condição de seres sociais verdadeiros – às vezes por pouco tempo, às vezes para sempre.

Se muitos relacionamentos que levaram anos parasse desenvolver forem rompidos de repente, pode ocorrer todo tipo de estrago nos bairros – um estrago, uma instabilidade e uma impotência tais que às vezes parece que o tempo nunca mais irá recuperar seu ritmo. (JACOBS, 2013, p.149)

Neste sentido, a ritmanálise foi extremamente relevante para se corroborar a proteção do bairro Santa Tereza, que visa não somente a salvaguarda da memória física do lugar, mas também sua ambiência e seu cotidiano, garantindo a democratização de se viver em um bairro. Assim como uma forma de psicanálise do espaço urbano, permitiu, sob o ponto de vista basilar, perceber os ritmos que estruturam o bairro, tornando o corpo como referência das dimensões tangíveis, temporais e sensoriais.

Este trabalho procurou introduzir a análise dos ritmos urbanos como uma nova maneira de refletir sobre determinados espaços da cidade, buscando uma forma complementar aos métodos usuais. Além de elementos ou configurações físicas, é importante observar e entender a dinâmica desses lugares, permitindo uma melhor compreensão de como os padrões das atividades humanas realmente interagem, envolvem e respondem à determinados espaços urbanos e como estes espaços recebem valores e significados diversos.

Neste sentido, os espaços físicos não devem ser observados separadamente dos padrões incorporados aos ritmos da vida cotidiana, que enriquecem sua identidade. Os ritmos, além de outros fatores (história, atributos espaciais, histórias e mitos) que englobam a essência do espaço, sustentam o senso e o entendimento, e criam o mapa mental e a lembrança de um lugar.

Uma compreensão completa e uma observação dos ritmos podem auxiliar na salvaguarda da ambiência, que vai muito além de certas políticas de preservação que, muitas vezes, se tornam genéricas e não se relacionam com características e requisitos específicos do bairro e seus ritmos inerentes da vida cotidiana.

Ritmos da vida cotidiana – rotineiros e ainda assim únicos; ritmos coletivos e ainda assim frágeis. Ritmos que harmonizam o espaço e o tempo. Ritmos que permitem a permanência de singulares e tênues modos de vida urbana.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Jeffrey. **Urban planning and reality in republican Brazil: Belo Horizonte 1890-1930**. Michigan: Microfilms International, 1974.

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues de. **Vastos subúrbios da nova capital: formação do espaço urbano na primeira periferia de Belo Horizonte**. 2006. 443f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

ALVES, Renata Martins de Carvalho. **Tombamento - um novo enfoque**. Disponível em: <<http://www.ibdu.org.br/imagens/TOMBAMENTOUmNOVOENFOQUE.pdf>>. Acesso em: 21 de novembro de 2016.

ALVIM, Brígida. **Entrevista concedida a Ana Beatriz Mascarenhas Pereira**. Belo Horizonte, 29 jun. 2016.

ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu. Patrimônio cultural em bairros pericentrais e os atuais desafios da política do patrimônio em Belo Horizonte. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu. (Org.). **Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modo de vida**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

ANDRADE, Rodrigo Ferreira; MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. A formação da cidade. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci. (Org.) **Arquitetura da modernidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **1º Distrito de Terras e Colonização**. Belo Horizonte: APCBH, 1898. (Acervo)

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Prefeitura de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: APCBH, 1911

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Planta do Município de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Departamento Estadual de Estatística, 1940.

BACHELARD, Gaston. **The dialectic of duration**. Manchester: Clinamen Press, 2000.

BAPTISTA, Pedro. **O filósofo fantasma**. Sintra: Zéfiro, 2010.

BARRETO, Abílio. **Belo Horizonte: memória histórica e descritiva – história antiga e história média**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.

BAGGIO, Ulysses da Cunha. **A Luminosidade do Lugar: circunscrições intersticiais do uso de espaço em Belo Horizonte: apropriação e territorialidade no bairro de Santa Tereza**. 2005. 221 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 592**, de 27 de novembro de 1956. Disponível em: <<https://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/238595/lei-592-56>>. Acesso em: 25 de julho de 2016.

BELLO HORIZONTE. **Relatório apresentado aos Membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Cornélio Vaz de Mello**. Setembro de 1915. Disponível em: <<http://www.pbh.gov.br/arquivopublico/relatoriosdosprefeitos/1915-1915-Cornelio-Vaz-de-Mello.pdf>>. Acesso em: 30 de novembro de 2016.

BELO HORIZONTE. **Mensagem apresentada ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Christiano Monteiro Machado**. Outubro de 1928. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=24201&chPlc=24201>>. Acesso em: 19 de maio de 2016.

BELO HORIZONTE. **Relatório anual de 1956**. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=24201&chPlc=24201>>. Acesso em: 25 de maio de 2016.

BELO HORIZONTE. **Lei nº 8.137**, de 21 de dezembro de 2000. Belo Horizonte: Câmara Municipal, 2000.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BORGES, Márcio. **Os sonhos não envelhecem: histórias do Clube da Esquina**. São Paulo: Geração Editorial, 2009.

BORSAGLI, Alessandro. **A construção da nova capital e o desaparecimento do Curral del Rey**. Disponível em: <<http://curraldelrei.blogspot.com.br/2010/04/construcao-da-nova-capital-e-o.html>>. Acesso em: 5 de maio de 2016.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDÃO, Pedro Ivo. Territorialidade e sociabilidade no espaço urbano. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu. (Org.) **Bairros pericentrais de Belo Horizonte**: Patrimônio, territórios e modos de vida. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>>. Acesso em: 16 de abril de 2016.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25**, de 30 de novembro de 1937. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>>. Acesso em: 16 de abril de 2016.

CAJAZEIRO, Karime G; SOUZA, Françoise Jean. A singularidade do lugar: a construção de um discurso identitário para o bairro Santa Tereza. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu. (Org.). **Bairros pericentrais de Belo Horizonte**: patrimônio, territórios e modo de vida. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

CAJAZEIRO, Karime G; SOUZA, Françoise Jean; SOARES, Caroline Pereira. Instrumentos de proteção do patrimônio cultural: um olhar sobre o caso do bairro Santa Tereza. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu. (Org.). **Bairros pericentrais de Belo Horizonte**: patrimônio, territórios e modo de vida. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

CARIDE, Horácio. Subúrbio. In: TOPALOV, Christian; BRESCIANI, Stela; LILLE, Laurent Coudroy de; D'ARC, Hélène Rivière. **A aventura das palavras da cidade através dos tempos, das línguas e das sociedades**. São Paulo: Romano Guerra, 2014.

CARNEIRO, Karine. **Entrevista concedida a Ana Beatriz Mascarenhas Pereira**. Belo Horizonte, 26 jan. 2017.

CARSALADE, Flávio de Lemos. **Arquitetura: interfaces**. Belo Horizonte: AP Cultural, 2001.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Conservação urbana: tombamento e áreas de conservação. In: FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia. (Orgs.). **Revisitando o instituto do tombamento**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

CAVALIERI, Daniel Gonçalves. **Os imigrante italianos e os ítalo-descendentes em Belo Horizonte: identidade e sociabilidade (1897-1942)**. 2011. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011.

CERDÁ, Ildfonso. **La théorie générale de l'urbanisation**. Paris: Éditions du Seuil, 1979.

CHAUÍ, Marilena. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: **O direito à memória – patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

CHIMISSO, Cristina. Introdução. In: BACHELARD. Gaston. **The dialectic of duration**. Manchester: Clinamen Press, 2000.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; Unesp, 2006.

CUNHA, Paulo Ferreira da. **O essencial sobre ritmanálise**. Alfragide: Ed. Leya, 2012.

DE LA MORA, Luis. Modelos de planejamento local. In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Sílvio Mendes. (Orgs.). **Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos**. Olinda: CECI, 2012.

DELEUZE, Gilles. **Bergsonismo**. São Paulo: Ed. 34, 2008.

EPAMINONDAS, Letícia Maria. **A legislação urbanística e a produção do espaço: estudos do bairro Buritis em Belo Horizonte**. 2006. 183 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

FONSECA, Thalita Pereira da. **Participação em ações de preservação: o caso do Corredor Cultural do Rio de Janeiro**. Disponível em:

http://www.iau.usp.br/revista_risco/Risco10-pdf/02_art04_risco10.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2017.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE. **Dossiê para proteção do conjunto urbano bairro Santa Tereza**. Belo Horizonte: 2015.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE. **Dossiê de tombamento Avenida Augusto de Lima, 2109** – Instituto São Rafael. Belo Horizonte: 2013.

GEHL, Jan. **Cities for people**. Washington: Island Press, 2009.

GÓES, Luis. **Bairro de Santa Tereza, 100 anos**. Belo Horizonte: Ed. Luis Góes, 1998.

GÓES, Luis. **Bairro de Santa Tereza: tradição e história**. Belo Horizonte: Ed. Luis Góes, 2008.

GÓES, Luis. **Entrevista concedida a Ana Beatriz Mascarenhas Pereira**. Belo Horizonte, 26 jun. 2014.

GUTIÉRREZ, Ramon. História, memória e comunidade: o direito ao patrimônio construído. In: **O direito à memória** – patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2104.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**. São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

HAYDEN, Dolores. **The power of place: urban landscapes as public history**. Cambridge: The MIT Press, 1995.

IBGE. Sinopse preliminar do censo demográfico 2000. Vol.7. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/sinopse_preliminar/Censo2000sinopse.pdf>. Acesso em: 12 de junho de 2016.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. São Paulo: WMF, 2013.

KEHL, Maria Rita. **Boêmia e malandragem**: a preguiça na cadência do samba. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2011/10/24/a-preguica-na-cadencia-do-samba/>>. Acesso em: 30 de novembro de 2016.

KIERNAN, Sergio. Urban warfare: the battles for Buenos Aires. In: PAGE, Max; Mennel, Timothy (Orgs.). **Reconsidering Jane Jacobs**. Chicago: American Planning Association, 2011.

LAURENCE, Peter L. The unknown Jane Jacobs: geographer, propagandista, city planning idealist. In: PAGE, Max; Mennel, Timothy (Orgs.). **Reconsidering Jane Jacobs**. Chicago: American Planning Association, 2011.

LEES, Loretta; SLATER, Tom; WYLY, Elvin. **Gentrification**. New York: Routledge, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **Rhythmanalysis**: space, time and everyday life. New York: Bloomsbury Academic, 2013.

LIRA, Flaviana; CABRAL, Renata. Estrutura nacional de conservação. In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Sílvio Mendes. (Orgs.). **Plano de gestão da conservação urbana**: conceitos e métodos. Olinda: CECI, 2012.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MAGNI, Teodoro. **O direito ao patrimônio em Belo Horizonte**: a institucionalização das práticas e a proteção do bairro Floresta. 2012. 262 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MEIRELLES, Olyntho Deodato dos Reis. **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911.

MENDONÇA, Jupira Gomes de. **Segregação e mobilidade residencial na região metropolitana de Belo Horizonte**. 2002. 269 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

MESCHONNIC, Henri. **Linguagem, ritmo e vida**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MINAS GERAES. **Mensagem dirigida pelo presidente do Estado, Dr. Crispim Jacques Bias Fortes, ao Congresso Mineiro, no anno de 1898.** Belo Horizonte: Imprensa Official, 1903. 74p. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2407/000031.html>>. Acesso em: 29 de novembro de 2016.

MINAS GERAIS. **LEI nº150**, 20 de Julho de 1896. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=150&comp=&ano=1896>>. Acesso em: 3 de outubro de 2016.

MINAS GERAES. **Mensagem dirigida pelo presidente do Estado, Dr. Francisco Antonio de Salles, ao Congresso Mineiro, no anno de 1903.** Belo Horizonte: Imprensa Official, 1898. 46p. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2412/000035.html>>. Acesso em: 5 de maio de 2016.

MINAS GERAES. Secretaria da Agricultura. Repartição de Terras e Colonização. **Mapa Estatístico da Repartição de Terras e Colonização do Estado de Minas Geraes de 1898 à 1910.** Belo Horizonte: Imprensa Official, [s.d.]. (Acervo APM).

MINAS GERAES. Secretaria das Finanças. Directoria de Agricultura, Commercio, Terras e Colonização. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Juscelino Barbosa Secretário das Finanças, pelo engenheiro Álvaro da Silveira, director interino de Agricultura, Commercio, Terras e Colonização referente ao anno de 1909.** Belo Horizonte: Imprensa Official, 1909. (Acervo APM).

MOL, Natália Aguiar. **Leis e urbes**: um estudo do impacto da Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo de 1996 em Belo Horizonte. 2004. 142 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

MONGIN, Olivier. **A condição urbana: a cidade na era da globalização.** São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

MONTEIRO, Circe; LIMEIRA, Juliana. Revitalização, habitação e gentrificação. In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Sílvio Mendes. (Orgs.). **Plano de gestão da conservação urbana**: conceitos e métodos. Olinda: CECI, 2012.

MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e colonização em Minas 1889-1930.** Belo Horizonte: Imprensa Official, 1973.

MOREAUX, Michel. A ritmanálise e o urbano: aproximações iniciais”, In.: FERREIRA, A., RUA, J., MARAFON, G., DA SILVA, A. (Org.), **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**, Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

MOREAUX, Michel. **Expressões e impressões do corpo no espaço urbano**: estudo das práticas de artes de rua como rupturas dos ritmos do cotidiano da cidade. 2013. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

MOVIMENTO SALVE SANTA TEREZA. **Salve 01**: informativo 2014. Belo Horizonte: Movimento Salve Santa Tereza, 2014.

NEVES, Libério. **Santa Tereza**. Belo Horizonte: Conceito, 2010.

OLIVEIRA, J. Projeto do maior edifício da América Latina em BH é cancelado. **Jornal Hoje em Dia**, Belo Horizonte, 25 de mar. 2015.

PARK, Robert Ezra. Cidade: sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PERSILVA, Isa. **Entrevista concedida a Ana Beatriz Mascarenhas Pereira**. Belo Horizonte, 20 dez. 2016.

PONTUAL, Virgínia. Plano de gestão da conservação integrada. In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Sílvio Mendes. (Orgs.). **Plano de gestão da conservação urbana**: conceitos e métodos. Olinda: CECI, 2012.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Cronologia histórica e evolução da ocupação**. Disponível em: < http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=estatisticaseindicadores&lang=pt_BR&pg=7742&tax=20462>. Acesso em: 5 de maio de 2016.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Texto base áreas de diretrizes especiais**. Disponível em: < [file:///C:/Users/RBA/Downloads/Texto%20Base_areas_Diretrizes_Especiais_ADE%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/RBA/Downloads/Texto%20Base_areas_Diretrizes_Especiais_ADE%20(2).pdf)>. Acesso em: 5 de maio de 2016.

RANGEL, Carlos Henrique; NUNES, Cristina Pereira. **Metrópole**: a trajetória de um espaço cultural. Disponível em:

<<http://proteuspatrimoniocultural.blogspot.com.br/2006/11/metrpole-trajetria-de-um-espao.html>>. Acesso em: 2 de outubro de 2016.

REIS, Aarão. Ofício nº 26, 23 de março de 1895, apresentando ao Governo as plantas da cidade. In: MINAS GERAES, Comissão Constructora da Nova Capital. **Revista geral dos trabalhos**: publicação periodica, descriptiva e estatística, feita com autorização do governo do estado, sob a autorização do engenheiro-chefe Francisco Bicalho. Rio de Janeiro, H. Lombaerts & C., editor, n.2, p.59-60, agosto de 1895b. (Acervo MHAB).

SALVE SANTA TEREZA. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Salve-Santa-Tereza-381632345284758/?ref=ts&fref=ts>>. Acesso em: 13 de maio de 2016.

SANTA TEREZA TEM. Disponível em: <<http://www.santaterezatem.com.br/bairro-santa-tereza/>>. Acesso em: 20 de maio de 2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHAFER, R. Murray. **A afinação do mundo**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

SOUZA, Françoise Jean; CAJAZEIRO, Karime G. A singularidade do lugar: a construção de um discurso identitário para o bairro Santa Tereza. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu. (Orgs.). **Bairros pericentrais de Belo Horizonte**: patrimônio, territórios e modo de vida. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012.

TICLE, Maria Letícia Silva. **O nó entre o espaço e o tempo em Santa Tereza**: os bares na paisagem boêmia em um bairro de Belo Horizonte. 2016. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

UNESCO. **Recommendation on the historic urban landscape**. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.phpURL_ID=48857&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 25 maio 2016.

WESTIN, Vera Lúcia Costa. **Santa Tereza na construção cotidiana da diferença**. um estudo sobre interações comunicativas e apropriação simbólica no espaço urbano: um bairro da Belo Horizonte do final do século. 1998. 145 f. Dissertação

(Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

ZANCHETI, Sílvio Mendes; LAPA, Tomás. Conservação integrada. In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Sílvio Mendes. (Orgs.). **Plano de gestão da conservação urbana: conceitos e métodos**. Olinda: CECI, 2012.

ZERUBAVEL, Eviatar. **Hidden rhythms: schedules and calendars in social life**. Chicago, London: University of Chicago Press, 1981

ANEXO 1

Informações sobre a ocupação inicial da Colônia da Matta, com base no mapa estatístico com indicação dos lotes e débitos dos colonos 1898-1910.

Nº do lote	Nº de pessoas da família da primeira instalação	Nacionalidade	Ano de instalação (baseado na entrega do título provisório)	Observações
1	4	brasileira	1898	
2	4	italiana		
3	6	italiana		
4	5	espanhola	1900	
5	4	espanhola	1900	
6	4	espanhola	1900	
7	7	espanhola	1900	
8	2	espanhola	1900	
9	3	portuguesa	1900	
10	3	portuguesa	1902	
11	5	portuguesa	1900	
12	4	brasileira	1902	
13	5	brasileira	1900	
14	4	brasileira	1900	
15	1	espanhola		
16	7	italiana	1900	
17	1	brasileira	1900	
18	6	italiana	1900	Arrematado pelo Cel. Jayme Gomes depois de ficar abandonado por mais de 5 anos
19	4	brasileira	1900	
20	6	brasileira	1900	
21	6	brasileira	1904	
22	4	brasileira	1901	
23	5	brasileira	1900	
24	9	brasileira	1900	
25	9	brasileira	1900	
26	7	brasileira	1901	Propriedade do Cel. Jayme Gomes
27	5	brasileira	1900	Propriedade do Cel. Jayme Gomes
28	2	brasileira	1902	
29	1	brasileira	1900	
30	4	brasileira	1900	
31	8	portuguesa	1900	
32	5	brasileira	1904	
33	4	brasileira	1904	
34	2	brasileira	1900	
35	4	brasileira	1902	
36	7	brasileira/italiana	1901	
37	3	brasileira	1900	
38	10	brasileira	1904	
39	14	brasileira	1904	
40	9	brasileira	1900	
41	10	brasileira	1904	
42-50				Propriedade do Sr. Hermillo Alves
51	9	espanhola	1900	
52	5	brasileira	1901	
53	1	portuguesa	1900	
54	1	portuguesa	1900	
55	2	brasileira	1904	
56	4	portuguesa	1900	

57	2	Italiana/espanhola	1902	
58	5	italiana	1900	
59	5	italiana	1900	
60	8	brasileira	1902	
61	6	Italiana	1900	
62	1	Italiana	1900	
63	1	Italiana	1901	
64	7	portuguesa	1900	
65	13	brasileira	1900	
66	8	brasileira	1900	
67	9	brasileira	1900	
68	3	italiana		
69	9	italiana	1900	
70	7	italiana	1900	
71	6	italiana	1900	
72	3	italiana	1900	
73	2	brasileira		
74	7	brasileira	1900	
75	7	italiana	1900	

Fonte: Acervo Arquivo Público Mineiro. Coleção Secretaria de Agricultura, 1898-1910 (SA1025)

ANEXO 2

Boletim Santa Tereza Amigos do Bairro, março de 2015.

IMPRESSO
REMETENTE
BOLETIM DOS AMIGOS DO
BAIRRO SANTA TEREZA
RUA SALINAS, 2216
CEP 31015-974-BH-MG

REUNIÃO NO MINISTÉRIO PÚBLICO

Em reunião com representantes da comunidade e órgãos públicos, dia 4 de fevereiro passado, na sede do Ministério Público de Minas, a Promotora Luciana Ribeiro da Fonseca decidiu manter o Termo de Ajustamento de Conduta de 2014 para o carnaval do bairro Santa Tereza em 2015.

Um dos presentes a usar da palavra, o jornalista Luis Góes, Presidente da Associação dos Amigos do Bairro, ponderou sobre a realização do carnaval nos dias atuais, em que a violência tem provocado inúmeros acidentes, a invasão do bairro por habitantes de toda a cidade, a dificuldade dos moradores de se locomoverem na comunidade e o grande número de pessoas que fazem uso de bebidas, que as levam a atitudes indignas dos hábitos sociais da atualidade.

Assim a comemoração do reinado de momo na comunidade foi um dos melhores dos últimos tempos. Não foi registrado ocorrências policiais e as famílias puderam sair às ruas para confraternizar ao lado de diversos blocos formados por vizinhos e amigos que gostam de curtir a comunidade.

A Promotora de Justiça, Luciana Ribeiro, usando de muita tranquilidade e reatando o posicionamento dos órgãos públicos presentes à reunião, determinou a realização do carnaval no Bairro Santa Tereza, até às 19 horas.



Além da Promotora, Dra. Luciana Ribeiro; o jornalista Luis Góes, Elias Brito, João Bosco e André Carvalho no calor dos debates no Ministério da Justiça de Minas Gerais.



Major Roberto, Sub-Comandante; Tenente Feital e Capitão Adriano Kellmer, do 16º BPM; com José Carlos Rocha e Augusto Papini, da Fiscalização da Regional Leste da FBH.



Augusto Papini, da Fiscalização da Regional Leste da FBH, Paulo José Martins, da BH/TRANS; André Carvalho, Restaurante Parada do Cardoso; Clovis Lamas, morador.



A Promotora ouve os representantes de entidades envolvidas no carnaval da cidade e do bairro Santa Tereza.



Elias Brito, João Bosco, Kátine Gonçalves, Elson Mimos, Maria das Graças, Carlos Damasceno e Major Roberto

BOLETIM Telefone 9647-9355 luisgoesbh@gmail.com.br
SANTA TEREZA
AMIGOS DO BAIRRO
EDIÇÃO 36 - MARÇO - 2015

O CARNAVAL EM SANTA TEREZA

O grande sucesso do carnaval em Santa Tereza, em 2015, foi o resultado do esforço das entidades do bairro e da cidade, em reunião dia 4 de fevereiro, no Ministério Público, para sua organização.



A rua Marmore recebeu milhares de foliões que participaram do carnaval com alegria, segurança e organização.

QUEREMOS A OCUPAÇÃO DO EX-MERCADO DISTRIAL



Há cerca de dez anos, quando era prefeito o atual governador Fernando Pimental, encaminhamos para seu Gabinete, através de um portal pela internet, sugestão para que o ex-Mercado Distrital Santa Tereza abrigasse a sede dos escritórios da Regional Leste da Prefeitura de Belo Horizonte. Entretanto, passados tantos anos, nada foi resolvido, apesar do local já ter sido indicado para centro cultural, escola profissionalizante ou mesmo a volta de um mercado distrital.

NOVO COMANDANTE DO 16º BPM



Em solenidade prestada por autoridades e colegas de farda, o Ten Cel Cláudio Vítor assumiu o comando do 16º BPM, sediado em Santa Tereza, no dia 27 de fevereiro passado. Veja matéria e fotos na página xx



Reinaldo Costa com os irmãos Paulo, Mário, César e Márcio, criados na comunidade, participaram do carnaval em Santa Tereza e reviviram décadas de amigos de infância e juventude.

OS BLOCOS

O carnaval no bairro foi um grande sucesso. Os blocos desfilaram no pré-carnaval, dia 5 de fevereiro, e durante os dias de momo "Genoveva Papuda", "Impres-ta 10", "Bloco da Esquina", "Boto de Santê", "Bloco do Godô", "A Santê", "Católicos na Alegria do Senhor", "Maria Badema", "Pavão Misterioso", "Filhos do Clorim", "Bloco do Rato", "Bloco da Praça" e "Trupico do Boi". Além de estrutura com banheiros químicos, assessoria pela Belotur, Regional Leste, BHtrans os blocos contaram com apoio da Polícia Militar para a segurança dos foliões.

Após a folia, a SLU colocou seus funcionários para fazer variação completa dos locais de afluência de pessoas.



O grande público lotou a Marmore entre as ruas Gábro e Quimberlita além da Praça Duque de Caxias.

ANIVERSARIANTES DE MARÇO

- Guilherme Dias de Castro 01/03*
- Nilda Maria Gonçalves Viana 01/03
- Laisa N.S.G. Gilson 01/03
- Urbana Masso Zschaber 01/03*
- Samira Sakim 01/03
- Maurício Fonseca da Rocha 02/03
- João Luiz Ribas 02/03
- Leandro Maira Ferreira 02/03*
- Milton Fernandes Teixeira 05/03
- Vânia de Árvia Rodrigues 05/03
- Lucas Caetano Pereira Oliveira 05/03
- José do Espírito Santo 05/03*
- Diógenes Carvalho 05/03
- Igor Gonçalves Fimanta 04/03
- Stela Barbosa de Resende 04/03
- Luciana Henriques Furtado 04/03*
- Arthur Ribeiro Costa 05/03*
- Saulo Marcelo Moreira Gontijo 05/03*
- Décio Gonçalves Siqueira 05/03*
- Luciano Araújo Pereira 05/03*
- Ana Carolina Fimanta Bragança 07/03
- Emílio Feroni 07/03
- Roberta Rosa Góes 07/03
- Emílio Feroni Jr. 07/03*
- Samuel Rubim Guerra 08/03*
- Eduardo Silva Torres 08/03*
- Jasjaina Valentin da Silva 08/03*
- Salvador Marcuzzi Jr. 09/03
- Samuel Guerra 09/03*
- Carisiano de Azevedo 09/03
- Maria Clara Araújo Pereira e Silva 10/03*
- Maria Eduarda Araújo Pereira e Silva 10/03*
- Bruno Augusto Loureiro Leandro 10/03*
- Dr. Maurício Zenon 11/03
- Idalina Portugal Almeida Freire 11/03
- Ricardo Góes Barbosa 12/03
- Cristiane Moreira Rios 12/03
- Arthur Alberto Calábrio Rodrigues 12/03*
- Vitor Veloso 13/03
- Norma Maria Miranda de Azeu 13/03
- Ana Clara Evers Serafim 13/03*
- Patricia Corina de Carvalho Silva 13/03
- Elder Fonseca 13/03
- Daniel Wanderley Romão 14/03
- Terecinha Gomes Luis Leandro 14/03*
- Norma Rodrigues de Azeu 14/03*
- José Geraldo (Bóvão) (Esp) 15/03
- Milton Fernandes da Fouceira 15/03



Cleber França, do dia 17/03, com a sua mãe.



Cristiane Rios, do dia 12/03, com o marido Erik.



Milton Fernandes, de 05/03, com Gracinha.



Lucília Bastos de 20/03.



Dr. João Vermelho, do dia 23, com o Coronel Marcelo Mazala.

- Luiz Otávio Góes Fimanta 16/03
- Simone Gonçalves Duarte 16/03
- Leocáudio Neves Chastal Machado 16/03
- Cristiane Marcia Valladares 16/03
- Judith Gonçalves Lessa 16/03
- Patrício de Souza 17/03
- Cleber Araújo França 17/03
- Nilza de Souza Barros 17/03
- Sonia Marina Alves da Silva 18/03
- Graciele Marize Cavalcanti 18/03
- Rosa Aures Machado Pereira 18/03
- Patricia Fischer Cruz 18/03*
- Naiana Pereira Alvarenga 18/03
- Antonio José de Araújo 19/03
- Adalberto Mazzinghy 19/03*
- Ronan Rocha 19/03
- Iris Isabel Melo do Esp Santo 19/03*
- José Ribeiro Zschaber 20/03*
- Lucília Pereira Bastos 20/03*
- Mario Giuseppe Tedeschi 20/03*



João Luiz Ribas, de 02, com os saudosos pais Ribas e Salomão Borges.



Ana Carolina Góes Bragança, do dia 07, com o marido.

CONTRIBUIÇÃO PARA A AMIST

Com a publicação do Boletim dos Amigos, pedimos aos associados da Associação dos Amigos do Bairro Santa Tereza (Amist), que façam sua contribuição mensal para a entidade, depositando no Banco Bradesco, conta 1000424-1, agência 1835-0, em nome de Vicente de Paula Cruz Filho. O valor mínimo é R\$10,00.

A OCUPAÇÃO DO EX-MERCADO DISTRIAL



Situado no coração da Região Leste, a instalação dos escritórios da Regional Leste da PBH no ex-mercado seria bem-vinda.

Escola ou mercado distrital? Nenhum dos dois: Sede dos escritórios da Regional Leste da Prefeitura de Belo Horizonte.

Para responder a esta pergunta com tanta certeza analisamos as situações que devem ser levadas em conta para esta empreitada.

A área do ex-mercado tem cerca de seis mil metros quadrados, ocupa parte do quarteirão entre as ruas Alvinópolis, São Gotardo, Peite e Silvianópolis, no bairro Santa Tereza. Já tem a estrutura de cobertura, área de estacionamento, banheiros, lojas e ponto de ônibus à porta.

O local fica no coração da Região Leste de Belo Horizonte, de fácil acesso pelas Avenidas dos Andradas e Silviano Brandão além da rua Gustavo da Silveira, que corta os bairros Horto e Instituto Agrônômico.

Onde funcionou o ex-mercado, com pouca reforma, poderão ser construídas muitas salas, gabinetes e locais de atendimento ao público.

Para oferecer mais serviços, podem ser criadas sucursais dos Correios, de bancos, lotérica, farmácia, bar e restaurante, mini-mercado para atender aos funcionários da Regional, visitantes e moradores locais, além de um posto da Guarda Municipal, que melhorará a segurança da região.

CONTRIBUIÇÃO PARA A AMIST
Banco Bradesco,
conta 1000424-1, agência 1835-0,
em nome de Vicente de Paula Cruz Filho.
O valor mínimo R\$10,00

EXPEDIENTE
 Boletim dos Amigos do Bairro Santa Tereza
 Edição nº 36, março de 2015
 Redação, composição, diagramação
 e fotografias: Jomalista Luis Góes
 Rua Salinas, 2216 Cep 31010-074 BH - MG
 Tel 9647-9355 e-mail: luigoesbh@ig.com.br

A região é carente destas atividades e o comércio local e moradores receberão de muito bom grado este novo público bem como a segurança reforçada.

Então, minha gente, vamos nos unir para este novo projeto e estão sendo convocados o Jornal Santa Tereza Notícias, do Cássio Drummond; Santa Tereza Tem, de Elza Peixoto; a Associação Comunitária do Bairro Santa Tereza, Associação dos Amigos do Bairro Santa Tereza, Associação dos Bares e Restaurantes de Santa Tereza, através de suas diretorias.

Também estamos convocando as Igrejas Católica, Metodista, Batista e o Centro Espírita para participar desta grande empreitada.

Porque, então, que as mesmas pessoas que dificultaram a instalação de uma escola profissionalizante não apresentem um projeto para ocupação do local.

Estamos apresentando o nosso projeto mas tem que ficar bem claro: a comunidade não quer mais bagunça e que centro cultural já temos, no ex-Cine Santa Tereza.



O amplo estacionamento do ex-mercado.

IMPRESSÃO DO BOLETIM
 A partir desta edição, com recursos disponibilizados pela Diretoria da Associação dos Amigos do Bairro Santa Tereza-Amist, o Boletim dos Amigos voltará a ser impresso. Além de ampla distribuição no bairro, a publicação é enviada pelo correio para dezenas de associados e leitores que não se integraram a rede de internet.

UTILIDADES		
ACOMPANHANTE DE IDOSOS		
Daisy		3481-7898
Tânia	3463-7653	9649-4454
Joseane Gallini	3482-8027	9354-3760
AULA DE ITALIANO		
Claudia Bortone		8483-1115
AUTO ESCOLA		
Valdo (Jabá) Instrutor		9605-3407
BIBLIOTECA VIRTUAL (Ulisses)		
www.estantevirtual.com.br/ulivros		9603-6969
CARRETOS (Pequenas mudanças)		
Lobo Log (Fretes e Viagens)	3468-6648	9606-2050
CHAVEIRO (Chaves, abertura cofres, etc)		
LUIZ (Planos: Domingos e Farfado)	3463-6196	9685-0779
CONTADOR (italopieroni@hotmail.com)		
Italo	3072-7902	8821-5742
COSTUREIRA (Consertos e confecções)		
Terezinha		2526-9400
Eliidia		3481-7781
Sirlei	3461-0632	9643-4027
ELETRICISTA (Instalações elétricas)		
Gilmar		9952-1833
ESTÉTICA FACIAL		
Vera		8752-9085
EXERCÍCIO E PILATES		
Marcus Vinicius Corgosinho		8875-6250
FARMÁCIAS		
Santa Farma		2514-8262
Drogamix		3463-8899
FOTOGRAFIAS (fotografias sociais)		
Emandes Ferreira		9944-9196
Romer Firmiano	9726-3884	3481-3841
IMÓVEIS		
Eduardo Joanes		9651-9885
JARDINEIRO		
Carlos (Florista da Praça)		8699-8144
MARTELINHO DE OURO		
Auto Risco		3463-7789
MUDANÇAS E CARRETOS		
Murilo (caminhão baú)		9236-7360
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
Felipão: Hidráulico, Elétrico e Pintura		9909-1497
RECARGA EM CARTUCHOS IMPRESSORAS		
JRA Recarga		3461-1515
SALGADOS E DOCES (Festas e encontros)		
Edinha		3468-5674
SAPATEIRO (Consertos, renovação)		
Ciso	3022-2767	9155-5009
SEGUROS		
Geraldo Rabello	9953-3266	3564-4805
Sandra Colen	8607-9958	9349-2677
TAXI		
Santaxi		3467-1700
Taxi Alto dos Pinhos		3467-3498
TRANSPORTE ESCOLAR		
Nicia Wiermann		8484-6605
TV, SOM E COMPUTADORES (Consertos)		
Léo		9415-8270

ACONTECIMENTOS SOCIAIS



O jovem casal Carlos Henrique Rocha Queiroz e Natália Kaki. Ele é filho de Márcia, uma das irmãs Rocha, e ajuda a administrar o Restaurante "Bócio Rei do Espaguete", da Praça de Santa Tereza.

NA PARADA DO CARDOSO



Pedro Paulo Frische e Fátima, Marcos Meireles e Verônica e a filha, curtindo a melhor pizza de Belo Horizonte.



O industrial Eronaldo Carvalho e Valéria, que é designer gráfico, e o comerciante Afonso Calzadas e Mariana.



Jorge Flores e a esposa Rosinei, agora vovós, curtindo deliciosa pizza no Restaurante Parada do Cardoso.

Clube de Música
NOVO PROJETO

Aulas de Violão e Teclado

PROJETO MÚSICA NAS FÉRIAS
 PARA TODAS AS IDADES
 Faça uma aula experimental
 CONTATÔ (51) 9473-8300 OU 3586-3595

ANIVERSARIANTES DE MARÇO



Daniel Romão, de 14/03, com Mariana.



Adalberto Mazzinghi, de 19/03, com a esposa Andréa.



Casiano Azevedo, de 09/03.



Tânia Maria dos Passos, de 29/03, com Déa.



Ricardo Góes Barbosa, de 12/03, ao centro, com o irmão Romar e o cunhado Américo.



Na Praça Duques de Caxias, nos dias de carnaval, dezenas de moradores encontraram amigos e vizinhos de longa data. A canção "dos Inocentes" foi a tônica de identificação das pessoas que participaram deste famoso bloco na comunidade.

Marcia Neves	21/03
Joaquim Wanderley Lovley	21/03
Myriam Cristina do Espírito Santo	21/03'
Mariana Moreira Gontijo	21/03'
Dr. João Veermelho da Cruz	23/03
Maria Dolores Ramos Leão	23/03
Cecilia Ribeiro Costa	23/03'
Maria Dalva	24/03
Regina Nazaré Melazzo	24/03
Joel Carvalho	24/03
Yolanda Martins	24/03
Marco Túlio Fimenta	25/03
Fredrico Humberto Martins	25/03
Erandro Ramos Leão (Juca)	25/03
Larissa Emmanuelle Souza	25/03
Julia Souza Campos	25/03'
Glauco Mel	25/03
Regina Maria Zreiani	26/03
Claudio Viegas (Dep Lacoste)	26/03'
Elidia Lisboa Meireles	27/03'
Augusto Afonso Guerra Jr.	27/03'
Fredrico Mendes Moraes	27/03
Joaquim de Souza	27/03
Eronaldo da Silva Carvalho	27/03
Maria Dolores Ramos Leão	27/03
Suzara Cerqueira Patrocinio	28/03
Alexandre Michalick	29/03'
Manilde Miguel de Lima	29/03
Andrezza Afonso Soares Carvalho	29/03
Ronaldo Lima Góes	29/03
Tânia Maria dos Passos	29/03'
Adriana Góes Mantini da Cunha	30/03
Rosaura Araújo Gilveira	30/03
Wania Maria de Paula e Rezende	30/03
Walysson Luiz Perillo dos Santos	30/03'
Luciene Santana de Souza	30/03
Claudio Henrique Perillo dos Santos	31/03
Glúcia Carolina Torres	31/03'



O jornalista Luiz Góes agradece a todos os amigos que adquiriram antecipadamente o livro "BAIRRO SANTA TEREZA, Tradição e História" e concorreram a rifa de um celular.

O NOVO LIVRO **BAIRRO SANTA TEREZA, Tradição e História** O livro pode ser adquirido nos seguintes locais:
RESTAURANTE DO BOLÃO
RESTAURANTE SHERIDAN
BANCA DE REVISTAS PRAÇA

PASSAGEM DE COMANDO

O Comandante da 11 Região da Polícia Militar de Minas Gerais, Coronel FM Cicero Leonardo da Cunha, foi quem convitou a Diretoria da Associação dos Amigos do Bairro Santa Tereza para a solenidade de transmissão do cargo de Comandante do 162 Batalhão da Polícia Militar de Minas Gerais, do Coronel QOR José Geraldo Rodrigues Santos Silva para o Tenente Coronel FM Cláudio Vítor Rodrigues Rocha, no dia 27 de fevereiro passado.

O 162 Batalhão da PM foi criado em 1972, em parte do local que sediou o glorioso 82 Batalhão, de 1924 a 1964, hoje instalado no bairro Gameleira. No local esteve instalada a CCA (Caixa de Serviços Administrativos) e o Batalhão de Radiopatrulhas.

Na oportunidade, também com a presença de convidados, foi inaugurado o retrato do ex-Comandante José Geraldo, na sala do Comandante da Unidade.



O Porta Bandeira do desfile da tropa do 162 foi o 22 Tenente Frederico Roberto.

Além disso, o Presidente da Associação dos Amigos do Bairro Santa Tereza foi levar os votos de boas vindas e feliz gestão à frente do 162 para o Ten Cel Cláudio Vítor.



Tamara Franco Godinho, esposa do Cel José Geraldo Rodrigues dos Santos Silva, Ten Cel Cláudio Vítor Rodrigues Rocha e a amorada Juliana Mendonça de Matto Franco.



Ten Cel Cláudio Vítor, Cel Cicero Leonardo, Comandante do Policingimento da Capitã; Cel André Leão, Sub-Chefe do Estado Maior da FM e o Cel José Geraldo.



O desfile da tropa do 162 BPM foi um dos destaques da solenidade de passagem de comando da unidade ao Ten Cel Cláudio Vítor.

ANIVERSÁRIO DE RAFAELA



Rafaela, filha de Leonardo Perrella e Fernanda, soprou as velinhas do seu quarto aniversário, dia 7 de fevereiro passado, numa bonita festa no espaço Vip, no bairro Bunitã.



A anivers, Helena Wanderley, os avós por parte de pai, Miguel e Lilianna Perrella, com Leonardo e Fernanda, pais de Rafaela, ao soprar as velinhas do seu terceiro aniversário. Vinhos, uisque, o chop King Beers e deliciosos salgadinhos feitos na hora, para os adultos e para as crianças refrigerantes, bolos e doces de várias qualidades, deram o tom da festa.

ANIVERSÁRIOS DE AMIGOS

GRACINHA FERNANDES

Maria das Graças Fernandes (Gracinha), reuniu amigos e familiares em sua residência para cantar o parabéns, dia 30 passado. Cervejas e salgadinhos diversos, inclusive com a colaboração dos participantes. Depois de músicas românticas e de serenata, o casal deu o tom da festa que varou a madrugada.



Na hora do parabéns Gracinha, Milton e as amigas Peia e Sônia Gonção para soprar as velas.

EURICO PATO



Eurico Pato com a esposa Júlia e os filhos Patrícia, Virginia, Aline, Mariana e Thiago.

O engenheiro Eurico Pato reuniu amigos e familiares no dia 29 de janeiro passado, no salão de festas do prédio onde reside, para ajudá-lo a soprar as velinhas de seu aniversário. Foi um encontro ameno onde salgadinhos e o chopp deram o tom da festa.



Alessandra Marra com o ator Sérgio Moreira Leite



Roberto Carvalho e Dra. Fabiana Bittencourt



Carlos Macedo, Luis Góes, Eurico Pato e o amigo Délcio, assessor na Câmara Municipal de BH.

DR. PAULO ARAUJO



Um grupo de amigos curtindo a festa: Sônia Gonção, Valéria Montenegro, Marlene, Nelmia e Irene



Paulo Araújo e os seus irmãos.

De família numerosa, antiga e tradicional do bairro Santa Tereza, o Dr. Paulo Araújo, atualmente Desembargador do Tribunal de Justiça do Trabalho, reuniu seus irmãos, demais parentes e amigos na residência da casa que foi de seu pai na comunidade, no dia 02 de fevereiro passado.

Apesar dos pais falecidos, os filhos não deixam de se reunir para comemorações na casa que foi adaptada para estas recepções. Assim os irmãos que eram 12, e atualmente nove, se encontraram na casa várias vezes ao ano.

COMUNIQUE TAMBÉM O SEU ANIVERSÁRIO.

ANEXO 3

Boletim Santa Tereza Amigos do Bairro, fevereiro de 2017.



IMPRESSO
REMETENTE
BOLETIM DOS AMIGOS DO
BAIRRO SANTA TEREZA
FEVEREIRO DE 2017
 Rua Salinas, 2216
 Cep 31010-074 - BH - MG
 Telefone 99647-9355
 E-mail: luisgoesbh@ig.com.br

DR. ALOR E ZINHA



Alor Araujo e Zinha fizeram 61 anos de casados, no dia 19 de dezembro passado, e Rosaiva, uma das filhas, fez uma brincadeira com eles. Ela montou uma réplica do altar do casamento e fotografou exato na posição que eles estavam no dia do casório, no dia 19 de dezembro de 1955. Como choveu muito e alagou em Catas Altas da Noruega, a noiva não pode ir para a Igreja. Então o noivo, o padre e a maioria dos convidados, que puderam comparecer, foram para a casa da noiva de caminhar! O altar para a celebração do casamento foi improvisado, com peças do enxoval da noiva, e uma dessas peças, a toalha de mesa que formou o altar, toda bordada pela prenada noiva, existe até hoje, sendo a mesma que formou o novo altar! A brincadeira foi de bom gosto, e o casal octogenário amou! Por este motivo, a filha Rosaiva compartilha com os leitores do Boletim dos Amigos este Inusitado acontecimento. Dr. Alor e Zinha residem em Santa Tereza há 52 anos, têm 8 filhos, 21 netos e 7 bisnetos. Frequentam a pista de caminhada na Avenida dos Andradas e a missa das 9h horas, aos domingos, na Igreja de Santa Tereza e Santa Teresinha.

calazans
 artes gráficas

Eronir Carvalho Gerente Comercial

Av. Cristiano Machado, 380
 3421-2879 90104-8564
 erondir@yahoo.com.br

Impressão Publicitária
 Formulários Contínuos
 Recortes e Passos

Comunique pelo e-mail luisgoessante@gmail.com para receber mensalmente, gratuitamente e eletronicamente o Boletim dos Amigos. A versão impressa, entrar em contato com a redação.

PUBLICAÇÕES GRÁTIS
 Caro leitor, para que seus pais, avós ou bisavós sejam lembrados pelos familiares e demais amigos da comunidade, quando completarem bodas e podem ser de prata, ouro ou diamante, entre em contato com a redação do Boletim dos Amigos do Bairro Santa Tereza. Outra matéria interessante são as pessoas centenárias. Envie fotos, informações sobre o casal, datas de nascimento, casamento, nome dos filhos, netos e bisnetos. A publicação no Boletim dos Amigos do Bairro Santa Tereza, nestes casos, são gratuitas.

BOLETIM
 luisgoesbh@ig.com.br
 luisgoessante@gmail.com

Novo formato. Tamanho A3 (42 x 29,5 cm)
99647-9355

SANTA TEREZA
AMIGOS DO BAIRRO

EDIÇÃO 61
FEVEREIRO 2017

EXEMPLAR IMPRESSO P&B R\$ 2,00, sob encomenda.

ALAOR E ZINHA



Em foto recente, Dr. Alor e Zinha, que completaram 61 anos de casamento, tendo ao fundo o prédio da Igreja de Santa Tereza, onde assistem missa aos domingos, na companhia de filhos e netos

LIVROS SOBRE A HISTÓRIA
 Para adquirir livros que tratam da história do bairro e de Belo Horizonte, o Interessado pode entrar em contato com o jornalista Luis Góes, através do telefone 99647-9355 ou pelo e-mail: luisgoessante@gmail.com

CONTRIBUIÇÃO PARA A AMIST
 Banco Bradesco, conta 1000424-1, agência 1835-0, em nome de Vicente de Paula Cruz Filho. O valor mínimo R\$10,00

O QUE VOCÊ TEM PARA DOAR?
 Roupas, brinquedos, frutas, cobertores, alimentos...
 Vamos ajudar o Sr. Inácio e levar alegria para pessoas.
CADA UM AJUDA COMO PODE
TELEFONE 3467-7367

O ADEUS A "ZEZINHO"



Zezinho com seu amigo Manoel Teixeira

José Julio Pimenta da Silva, "o Zezinho", faleceu dia 12 de janeiro passado. Seu trabalho e sua participação como um mecenas na comunidade foi marcante, durante vários anos. Além de comerciante, Zezinho foi Presidente da Associação Esportiva Santa Tereza, levando a agremiação a competir com os maiores clubes do Estado. Ele colaborou financeiramente na construção e manutenção de entidades ligadas a Igreja, bem como de outras na cidade e no Estado. Deixa viúva Ivone, três filhos (Jairo faleceu). Zezinho era pessoa muito querida na comunidade.

REGIONAL NO EX-MERCADO



O ex-mercado Distrital Santa Tereza está "às traças". Desde que foi desativado, propostas para aproveitar o local já foram sugeridas. Entretanto, até o momento, nada foi concretizado. Com a intenção do Prefeito Kail de economizar, a Regional Leste, ora em prédio alugado e desconfortável no bairro Floresta, poderia se mudar para o ex-Mercado, já que o prédio é da Prefeitura. Leia na página 05 de benefícios.

O CHINA

Desde a chegada dos primeiros habitantes na comunidade, no princípio do século XX, também se estabeleceram diversos comerciantes e prestadores de serviços. Um dos mais requisitados era o sapateiro, que transformava um par de sapatos velho em um par novinho. É a meia-sola, solado, salto e costura. Na presente edição estamos homenageando a classe, na pessoa de Pedro, o "China", e lembrando de alguns sapateiros que atuaram no bairro, durante várias décadas.



REMESSA MENSAL DO BOLETIM

O Boletim dos Amigos do Bairro Santa Tereza é enviado mensalmente e gratuitamente, através de e-mail, para milhares de leitores que se cadastraram. Quem preferir ler o Boletim Impresso, em novo formato, preto e branco, deve solicitar a redação atenção especial e fornecer o endereço completo, para receber em sua residência. Entretanto, devido aos altos custos, o leitor deve colaborar com o valor de R\$ 4,00 para despesas de impressão e Correios. O endereço é: luisgoessante@gmail.com. Telefones 99647-9355 e 3461-9355. Rua Salinas, 2216, Cep 31010-074. Santa Tereza - Belo Horizonte

ANIVERSÁRIOS FEVEREIRO

- Maria José Fernandes (Gracinha) 01/02
- Thais Bahia Duarte 01/02
- Paulo Araújo 02/02
- Daniel de Araújo Ramos 02/02
- Nilson Passos 02/02
- Euripedes Siqueira 02/02
- Nely Geralda Guerra 03/02
- Laurimar Dias Braga da Silva 03/02
- Dr. Fabio A. Rodrigues Nascimento 03/02
- Laurimar Dias Braga da Silva 03/02
- Carlos Magno da Silva (Espl) 04/02
- Thais Marra Correa 04/02
- Carlos Alberto Duarte Tertuliano 04/02
- João Eustáquio de Abreu (Nozinho) 04/02
- Silmar Barbosa Soares 04/02
- Thiago Franco Abino 04/02
- Joaquim Magalhães 04/02
- Angela Maria Moreira 04/02
- Edelamir do Nascimento 05/02
- Vima de Oliveira 05/02
- Nand Aparecida Alves 05/02
- Daniel de Carvalho Vilela 06/02
- Claudia de Carvalho Vilela 06/02
- Maria de Lourdes Silva Santos 07/02
- Dr. Ataulpa Pereira dos Reis 07/02
- Sérgio Amâncio Cruz 07/02
- Waldir Damaseno 07/02
- Flavio Rocha 07/02
- Fabio Matos Vieira 07/02
- Clara de Freitas Roque 08/02

VERA NICE
CERIMONIAL E EVENTOS
 3653-5186 99793-1874
 veraniceeventos@yahoo.com.br

AMIGOS



O ex-vereador Alberto Rodrigues "O Vibrante", que propôs a Lei para entrega do "Título de Cidadã Honorária de Belo Horizonte" a D. Aparecida Amancio Cruz. Ela completou 95 anos.

EXPEDIENTE

Boletim Amigos do Bairro Santa Tereza
 Edição nº 61, fevereiro de 2017
 Redação, composição e diagramação Luis Góes
 Rua Salinas, 2216 Cep 31010-074 - BH
 Telefone 99647-9355 (VIVO)
 luisgoesbh@ig.com.br luisgoessante@gmail.com
 REMESSA GRATUITA POR E-MAIL
 Publicação Impressa, P&B, R\$ 3,00, por exemplar.
 Para remessa, incluir taxa dos Correios
 Fotografias do arquivo do Jornalista Luis Góes



Oficina dos
Óculos
OPTICA CRISTAL
 Concerto de óculos na hora
 Rua Tenente Durval, 09
 Telefones (031) 99531-2021
 (31) 3128-2021

Um trio de grande representação. Dr. Paulo Araújo, aniversariante do dia 02 de fevereiro, o arquiteto Ildu Kiosky, personalidade da sociedade de BH, e o jornalista/radialista Acr Antão, que comanda as manhãs na Rádio Itaitala.

O ex-vice-Prefeito Roberto Carvalho; o atual vice-Prefeito Paulo Lamac e o dr. Fabio Nascimento, do dia 02 de fevereiro, em momento de descontração.

Maurício Horta (Tito) e Marcelo Polônio, do dia 09/02. O primeiro é filho de Amauri, um dos maiores craques do futebol mineiro, das décadas 1960, a 80, ex-atleta de América e Atlético. Marcelo é assíduo frequentador dos bares de Santa Tereza.

Maria das Graças (a Gracinha), do dia 01 de fevereiro, com o marido, Milton Fernandes, de família antiga no bairro. O casal brevemente vai comemorar suas "Bodas de Ouro", para alegria dos filhos, netos, demais familiares e a imensidão de amigos. Os dois são de famílias antigas no bairro Santa Tereza

BOLETIM AMIGOS, REENVIE PARA AMIGOS E FAMILIARES.

Boletim dos Amigos do Bairro Santa Tereza, Edição de fevereiro de 2017.

CHINA, O SAPATEIRO



Pedro Jesus Souza, o "China", é o mais antigo sapateiro da comunidade em atividade. Ele criou sua oficina de consertos em 1972. Casado, tem três filhos e três netos. Atualmente atende na rua Cristal 216, telefone 99242-5317. Devido ao tempo que trabalha no bairro, já tem a confiança dos seus fregueses.



Oficina de consertos de sapatos do China

No bairro Santa Tereza trabalham e trabalharam vários sapateiros. Conhecidos da comunidade foram Telésforo Francisco Dias, nos anos de 1920; Seu João Batista de Sá, um dos primeiros no bairro; os irmãos Antonio Miguel de Menezes e Geraldo Miguel de Menezes, "Tote e Birminha", na Praça Santa Tereza; João Evangelista Dias "Corage" e seu irmão "Zequinha", na rua Marmore, ao lado da Padaria Seleta; Xisto, na rua Dóres do Indala, esquina de Paraisópolis; Seu Eltzeu e o filho, no prédio da rua Dóres do Indala, esquina de Bocaluva; Jorge Soares Ferraz, falecido em setembro de 2011, também da rua Dóres do Indala, no prédio que foi o bar do "Seu Juca", atual "La Crepe"; e os da atualidade, "China", na rua Cristal, 216; e Edimar Souza Lima, casado, pai de quatro filhos e cinco netos, que há 15 anos mantém sapataria na rua Hermilo Alves 416.

JORGE

Jorge Soares Ferraz, discípulo de João Batista de Sá, um dos primeiros no bairro, mantinha sua sapataria na rua Dóres do Indala. Faleceu em setembro de 2011, deixando muitos amigos, a esposa Júlia Vieira Ferraz e três filhos.



Aos sábados recebia amigos na sapataria para tragostos e cervejas.

"CORAGE"



"Corage" na sua oficina de consertos de sapatos, na rua Marmore, ao lado onde se instalou também a Padaria Seleta.

"Corage" era João Evangelista Dias, trabalhou com seu irmão, Zequinha, na sapataria que mantiveram na rua Marmore, ao lado da Padaria Seleta, durante longos anos. O outro irmão de "Corage" Juvenal, foi futebolista e atuou como profissional no Cruzeiro Esporte Clube, conquistando o campeonato mineiro nos anos de 1943 a 1945. Depois, se transferiu para o Rio de Janeiro atuando no Botafogo, quando foi convocado para a Seleção Brasileira de Futebol.



"Corage" também foi "Praci- os irmãos Antonio Miguel de Menezes e Genha da FEB" e quando faleceu, raldo Miguel de Menezes, "Tote e Birminha", em 2001, deixou muitos amigos mantinham oficina de sapataria na Praça Santa no bairro que ele sempre amou. Tereza onde, depois, foi criado o "Bar Baretta".

A REGIONAL LESTE NO EX-MERCADO

SE O PREFEITO QUER ECONOMIZAR, NÓS QUEREMOS AJUDAR. INSTALAR A REGIONAL LESTE NO EX-MERCADO DISTRITAL SANTA TEREZA.

Estamos ajudando ao novo Prefeito de Belo Horizonte no seu esforço para a economia nas contas da Prefeitura.

A título de sugestão, uma grande economia o Prefeito pode fazer ao transferir a sede da Regional Leste da PBH, que usa prédio particular e paga aluguel muito caro, para o antigo Mercado Distrital Santa Tereza, que é da municipalidade.

O local oferece diversas vantagens para abrigar aquele departamento da Prefeitura e vamos enumerar para ajudar o Prefeito a decidir:

- 01) O local é centro da Região Leste de Belo Horizonte;
- 02) O acesso pode ser feito por diversas avenidas como por exemplo Andradas, Silviano Brandão e Contorno, além de duas estações de metrô;
- 03) Local de fácil e amplo estacionamento, não tumultuaria o trânsito na região e muito menos os moradores locais;
- 04) Pela falta de estabelecimento bancário no bairro, a sede da regional poderá abrigar uma agência bancária para atendimento dos funcionários da PBH e a comunidade;
- 05) Também na sede da regional poderá ter farmácia, lotérica, bom bar e restaurante, mini mercado, posto da Guarda Municipal e, até, floraria;
- 06) As linhas de ônibus do bairro passam a porta do ex-mercado e a BHtrans poderá criar mais linhas de ônibus para levar passageiros para outros bairros;
- 07) Nos fins de semana a área destinada ao estacionamento poderá ser usada pelos moradores locais para o lazer, shows e manifestações culturais, após uma pequena reforma que a PBH fará com a construção de banheiros, melhoria da iluminação e construção de um mini palco.

Assim, senhor Prefeito, esperamos que fique atento as nossas recomendações e que ocupe o ex-mercado que se encontra abandonado, servindo para depósito de lixo, bichos como baratas, escorpiões e ratos, além do mato a sua volta.



A proximidade com a Avenida dos Andradas e duas estações do metrô de Belo Horizonte, são acessos para a futura sede da Regional Leste no bairro Santa Tereza.



Jair Zanetti, já falecido, um dos fundadores do Mercado Distrital Santa Tereza, trabalhava na sua banca de ovos.

Comunique pelo e-mail luigoessante@gmail.com para receber o Boletim dos Amigos mensalmente.



O amplo estacionamento será usado durante a semana para os carros dos funcionários e usuários dos serviços da Regional. Nos fins de semana o estacionamento poderá ser frequentado pelos moradores para atividades culturais e de lazer. A Prefeitura instalará banheiros, colocará iluminação adequada e um palco para shows.



Localizado no centro da Região Leste da cidade, a nova sede da Regional Leste da PBH, será mais confortável.

Jardins & Jardineira
 Projetos, Jardinagem e Paisagismo
 Orçamento sem compromisso
Adolfo 3588-9881 e 99844-0775
 adolfobezerrams@hotmail.com

Boletim dos Amigos do Bairro Santa Tereza, Edição de fevereiro de 2017

- Raquel Borges 09/02
- Alexandre José Naves (Fodão) 09/02
- Charles Barry 09/02
- Apolônio Souza 09/02
- Leonardo Christian de Oliveira 09/02
- Alexia Kemp Fernandes 09/02
- Martila Gomes Ribeiro 09/02
- Juvenal Mantini da Cunha 10/02
- Lucilana Pimenta Bragança 10/02
- Maria Lúcia da Costa 10/02
- Paula Rodrigues Magalhães 10/02
- Romeu Barbosa de Resende Neto 11/02
- Maria de Lourdes A. Souza Naves 11/02
- Maria de Lourdes Barbosa Tofani 11/02
- Maria Cristina Zschaber Anacleto 11/02
- Clara Vieira de Resende 12/02
- Antonio Capurugo 12/02
- Maura Ribeiro 12/02
- Ricardo Goes Barbosa 12/02
- Lincoln de Jesus Lopes (Bixiga) 12/02
- Glaucia Vieira Lincoln 12/02
- Theodoro Figueiredo Silva 12/02
- Joana Lucia Figueiredo Silva 12/02
- Pollana de Pinho Mantini 13/02
- Edlêdia da Silva Carvalho 13/02
- Ricardo Wagner Gonçalves Duarte 13/02
- José Carlos Henrique Seabra 13/02
- Aluisio Ângelo da Silva 14/02
- Ney de Abreu Pimenta 14/02
- Renata Aguiar Zschaber 14/02
- Larissa Assunção Goes 15/02
- Vitor Nigri Souza Santos 15/02

DIVULGUE TAMBÉM O SEU ANIVERSÁRIO NO BOLETIM COMUNIQUE ATRAVÉS DE luigoessante@gmail.com Ou o telefone 99647-9355 (Vivo)

Fodão é de família de músicos, sendo "Caiti" o mais conhecido. Quando a família reúne faz uma grande e animada festa. É uma família querida e simpática no bairro Santa Tereza.



Casal que aniversaria no mesmo mês vive mais tempo junto. Lourdes é do dia 11 e Alexandre (Fodão), do dia 09 de fevereiro. Depois que ele se aposentou da CEMIG, tem mais tempo para as filhas e a esposa.

ANIVERSÁRIOS FEVEREIRO



Lincoln é do dia 12 de fevereiro. Entretanto, poucas pessoas o conhecem pelo nome de batismo. É "Bixiga" pra lá, "Bixiga" pra cá e, assim, ele vai levando. Aposentado muito cedo devido ao trabalho, está sempre disponível para ajudar a algum amigo. Casado, já tem filha e neto. Um abraço, "Bixiga"

PARTICIPE DA ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO BAIRRO SANTA TEREZA



Menino nascido e criado em Poço Fundo, pequena cidade do Sul de Minas, Waidir Damasceno reside no bairro há cerca de 15 anos. Aquel ficou a vontade pela similaridade com sua terra natal que também tem praça, vizinhos, bares e as tradicionais conversas ao pé-do-ouvido, sobre os acontecimentos na comunidade. Waidir é do dia 07 de fevereiro e deve pagar algumas cervejas aos mais chegados. Vamos aguardar.



Américo com os dois cunhados. Romeu é do dia 11 e Ricardo do dia 12 de fevereiro. Filhos de família tradicional do bairro Floresta, os Irmãos Barbosa de Resende são filhos de Vicente, que atua no ramo de carpintaria e é casado com Ivanildes, há mais de 50 anos.

Comunique pelo e-mail luigoessante@gmail.com para receber o Boletim

CONTRIBUIÇÃO PARA A AMIST Banco Bradesco, conta 1000424-1, agência 1835-0, em nome de Vicente de Paula Cruz Filho.

Nossa Família Servindo sua Família
 Filio celebra sua festa de aniversário nos bairros Santa Tereza, Floresta e do Prado Floresta. Convidado ao tempo para demais bairros

Bolão
 Santa Tereza
 O Rei do Espetáculo

Desde 1961

DELIVERY (81) 9488-4488 (81) 9483-0719

HORÁRIO DE ENTREGA 13:00 ÀS 17:00H E às 19:00 ÀS 05:00H

Praça Duque de Caxias, 288 Santa Tereza - BH.

Sacolé Frutt
 Tele-Entrega: **3461-6281**
Daniel
 Rua Mármore, 644
 Santa Tereza - B. Hte
 Frutas, verduras e legumes novos, todos os dias. Merceria e laticínios.

ROQUE PRESENTES faz a alegria da gente!

Roque
 PRESENTES LTDA

PAPELARIA, XEROX, ENCADERNAÇÃO, PLASTIFICAÇÃO, BRINQUEDOS, INFORMÁTICA. PRESENTES E UTILIDADES PARA O LAR

E-mail: printroque@gmail.com

RUA MÁRMORE, 644
Telefone: 3467-5430 e 3213-5430

ANIVERSÁRIOS FEVEREIRO

Thais Roscoe Souza Ferreira	16/02
Daniel Eduardo Carvalho (Cardoso)	17/02
Marco Antonio Correa	18/02
Luz Maria Spindola	18/02
Ana Miria Moreira Mazza	19/02
Antony Lewin Kemp	19/02
Lilian Fabiene Coutroz Braga	19/02
Pedro Henrique Bahia Duarte	20/02
Alessandra Celia Rocha	22/02
Ana Paula Rocha	22/02
Lucas Wanderley de Freitas	22/02
Jose Garcia Zattar (Zeca)	23/02
Warlem Batista (Lalinho)	23/02
Enrico Davite Neto	23/02
Lais Ziviani Martins	23/02
Roberto Lucio dos Santos	24/02
Wairir Barbosa Chagas Junior	25/02
Marcelo Góes Nascimento	25/02
Marcelino Gonçalves Dias	25/02
Urbi Aguilera Góes	25/02
Manoel Paulo	25/02
André Luiz Carvalho (Parada Cardoso)	25/02
Leonardo Tribist (Porquinho)	25/02
Audrey Ziviani Castro	26/02
Vitor Batista Veloso	27/02
Edileusa da Silva Carvalho	27/02
Elias Passos Brito Filho	27/02
Ursula Chagas Góes	28/02
Josemar Fábio Mourão	28/02
Miguel Ângelo	28/02
Márcia Costa Caldas	28/02



Os irmãos Marce-
lino Gonçalves e
Marcelo também
são do dia 25 de
fevereiro.
Além de gêmeos,
eles são avós de
um neto e cada um
tem duas filhas.



Warlem Batista (Lalinho), de 23
de fevereiro



André Carvalho, de 25/02, é
forte empresário.



A foto é de José Garcia Zattar, aniversariante do dia 23 de fevereiro. Pessoa meiga, doce e amiga, o "Zeca", como é carinhosamente conhecido, nasceu em São Francisco do Sul, Santa Catarina, uma das primeiras vilas fundadas no Brasil, com mais de 450 anos. Ele se adaptou na comunidade do bairro Santa Tereza onde tem muitos amigos.

Comuni-
que pelo
e-mail luf-
goessan-
te@gmail.
com para
receber
o Boletim
dos Amig-
os mensa-
lmente.



Ana Miria, professora, de 19
de fevereiro, esposa do coro-
nei Marcelo Mazza



Leonardo (Porquinho)
25/02, de família antiga.

DONA LOURDINHA

Maria de Lour-
des Barbosa
Tofani, do dia
11 de fevereiro,
nasceu, casou
e criou seus fi-
lhos no bairro
Santa Tereza,
onde é muito
querida dos
vizinhos e mo-
radores da co-
munidade.



Elias Brito,
do dia 27/02,
em reunião no
seu restaurante
La Crepe, com
o Presidente do
Clube Atlético
Mineiro, ex-vere-
ador e Secretário
Municipal, Daniel
Napomuceno. O
La Crepe é des-
taque gourmet



ELIAS E DANIEL

UTILIDADES

ACOMPANHANTE DE IDOSOS	
Daley	3481-7898
Tânia	3463-7653 99649-4454
Joseane Callini	3482-8027 99354-3760
AULA DE ITALIANO	
Claudia Bortune	98483-1115
AULA DE YOGA	
Gustavo Valle	99781-8836
AUTO ESCOLA	
Valdo (Jabá) (Instrutor)	99605-3407
Otto Aguilari (Instrutor)	98401-2029
BIBLIOTECA VIRTUAL (Uilisees)	
www.estantavirtual.com.br/ulilivros	99603-6969
CARRETOS (Pequenas mudanças)	
Lobo Log (Frates e Viagens)3468-6648	99606-2050
CHAVEIRO (Chaves, abertura cofres, etc)	
Lutz (Plantão: domingos e feriados)	99685-0779
CONSULTORIA DE IMÓVEIS	
Eduardo Joanes	99651-9885
CONTADOR (Italo pieroni@hotmail.com)	
Italo	3072-7902 98821-5742
COSTUREIRA (Consertos e confecções)	
Terezinha	2526-8400
Eidila	3481-7781
Sirliel	3461-0632 99643-4027
Patriola (Ateliê Maria Luiza) 98500-0748	98229-2588
ELETRICISTA (Instalações elétricas)	
Gilmair	99952-1833
Saulo René	99832-9097
ESTÉTICA FACIAL	
Vera	98752-9085
EXERCÍCIO E PILATES	
Marcus Vinicius Corgosinho	98875-6250
FARMÁCIAS	
Santa Fama	2514-8262
Drogamix	3463-8899
FOTOGRAFIAS (fotografias sociais)	
Romer Firmilano	3481-3841 9972-63884
MANUTENÇÃO PREDIAL	
Ricardo Athayde	3330-8315
MARTELINHO DE OURO	
Auto Risco	3463-7789
MUDANÇAS E CARRETOS	
Murilo (caminhão bau)	99236-7360
ÓTICA CONsertos E ARMAções	
Ótica Cristal	99531-2021
RECARGA EM CARTUCHOS IMPRESSORAS	
JRA Recarga	3461-1515
SALGADOS E DOCEs (Feitas e encontro)	
Edinha	3468-5674
TAXI	
Santaxi	3467-1700
Taxi Alto dos Pinhos	3467-3498
TRANSPORTE ESCOLAR	
Nícia Wermann	98484-6605
Rodolfo Petrucilli	3461-0718 98815-0708

Boletim dos Amigos do Bairro Santa Tereza Edição de fevereiro de 2017

G4 Imóveis
Administração Condominial
Locações e Vendas
Eduardo Tófani -
CRECI: 31325
G4imoveisbh@hotmail.com
Tel. (31) 99349-6825



O deputado esta-
duar João Lelis
com o amigo Ed-
son Costa, que é
antigo morador
no bairro. Ele é
casado com a
professora Maria
Lúcia, ex-Dire-
tora de Escola
José Bonifácio.



O empresário Rogério Magalhães quando agradece a homenagem presta-
da ao mesmo com o Diploma de Amigo do Bairro Santa Tereza. A solenidade foi no
dia 14 de outubro passado, no ex-Cine Santa Tereza. Ainda na foto José Braz e Luis
Góes, respectivamente Diretor e Presidente de Associação dos Amigos do Bairro.



Antigo morador no
bairro Santa Tere-
za, Roberto Sluvs
Aives jogou futebol
e participou dos
melhores e mais
importantes clubes
da comunidade. Ele
foi um dos melho-
res do bairro. Entre-
tanto, preferiu não
seguir a carreira de
atleta. Casado com
Janie Saúde Stan-
cioli Sluvs Aives
o casal tem dois
filhos e adepto da
boa forma física,
participa de cam-
inhada matinal no
passado do Cole-
gio Tiradentes e da
Praça de Santa Te-
reza, diariamente.



Roger Standolfi Slu-
vs Aives e filho de
Roberto e Janie e
casado com Cintia
de Oliveira Dalfior

ANEXO 4

Informativo 01 Salve Santa Tereza, 2014.

SALVE 01

Informativo . Ano 2014



SALVE SANTA TEREZA

O MOVIMENTO

A história do Movimento Salve Santa Tereza começou em 1996 com a mobilização dos moradores do bairro pela aprovação da Lei de Criação da ADE - Área de Diretrizes Especiais de Santa Tereza (Lei 7166/1996). A ADE define o que se pode ou não construir e implantar no bairro e preserva, até hoje, suas características e paisagem residencial.

Recentemente, o Movimento se rearticulou diante das ameaças de intervenção em Santa Tereza, como a abertura da Rua Conselheiro Rocha, a implantação da escola da FIEMG no Mercado Distrital e as mudanças previstas na Operação Urbana Consorciada Nova BH.

Por essas intervenções ameaçarem a manutenção da ADE e a preservação da nossa qualidade de vida, desde o mês de agosto, o Movimento tem feito ações para mobilizar a comunidade em defesa de Santa Tereza.

O Movimento é horizontal, aberto à participação de todos e não tem ligação com partidos políticos, apesar de apoiado por alguns vereadores e deputados simpáticos à causa do bairro.

Além disso, atua considerando que a participação democrática da comunidade é essencial para assegurar a qualidade de vida de todos os moradores.

Assembléia do movimento
Salve Santa Tereza na praça
Duque de Caxias.

“O Movimento se rearticulou diante das ameaças de intervenção em Santa Tereza.”



02

Afinal o que é uma ADE?
As razões pelas quais
devemos preservar a
ADE de Santa Tereza.



03

O Mercado e a Escola.
Os perigos de uma
escola técnica
automotiva no coração
de Santa Tereza.



04

Operação Urbana
Consoiciada.
A necessidade da
mobilização para exigir
participação popular.



EDITORIAL

Uma cidade existe pelas pessoas que nela vivem. Por suas necessidades, seu trabalho, seu lazer, sua vida. Por isso, são as pessoas que devem decidir sobre suas mudanças e sua evolução. É esse direito que buscamos, o de participar das decisões sobre o destino do bairro onde moramos, de impedir que a cidade seja tratada como uma simples mercadoria por interesses políticos e pela especulação imobiliária.

Este primeiro número do jornal é parte de nossa busca e de nossa luta. Tem o objetivo de esclarecer a comunidade de Santa Tereza acerca de temas que têm trazido extrema preocupação e temor para o nosso bairro, desde meados de 2013.

De início foi a divulgação de um projeto megalomaniaco que beirava a insanidade por propor uma torre de oitenta e cinco andares na Avenida dos Andradas, em absoluto desrespeito com a legislação vigente. Seu primeiro impacto direto seria a extinção pura e simples da Vila Dias e o adensamento da área no entorno do projeto.

Em seguida, fomos surpreendidos pela cessão do Mercado Distrital de Santa Tereza – uma edificação pública em terreno também público – para implantação da Escola Técnica Automotiva da FIEMG. Além dos impactos negativos, que a proposta irá provocar, como o caos urbano para o bairro, é ilegal pois viola a Área de Diretrizes Especiais – ADE – que protege Santa Tereza.

Mas a engenhosidade irresponsável de nossos gestores não parou aí. Está proposto também o alargamento da Rua Conselheiro Rocha e sua transformação numa via de tráfego intenso, removendo dezenas de famílias, demolindo construções históricas e fazendo de Santa Tereza um bairro de passagem. Como se não bastasse, fruto de um acordo entre o poder público municipal e o empresariado da construção civil, surgiu a proposta da Operação Urbana Consorciada – OUC -, batizada de Nova BH, que nos afeta de forma drástica. Embora a prefeitura tenha sinalizado recuos no que se refere à ADE, nada ainda foi documentado. E tudo isso ocorreu sem a consulta aos interesses dos moradores e afetados.

A ilegalidade parece ser a tônica das intervenções. São estes temas que são tratados a seguir.

A nossa intenção é informar as pessoas e convidá-las a participar deste movimento: sabemos que somente com o apoio e a participação de todos conseguiremos nosso objetivo de manter Santa Tereza como o bairro em que gostamos de viver.

SALVE SANTA TEREZA!

AFINAL, O QUE É UMA

ADE?

Dentre as várias leis que incidem sobre o nosso município, existem duas que se destacam e que versam sobre o espaço urbano: o Plano Diretor (Lei 7.165/96) e a Lei de Uso e Ocupação do Solo (Lei 7.166/96, Lei 8.137/00 e Lei 9.959/10). O Plano Diretor tem como um de seus principais objetivos ordenar o desenvolvimento do Município e gerenciar seu crescimento. Já a Lei de Uso e Ocupação do Solo estabelece parâmetros urbanísticos que indicam, por exemplo, o quanto é possível construir em cada região. Esta mesma Lei estabelece Áreas de Diretrizes Especiais – ADEs – com regras específicas (parâmetros de construção e funcionamento de atividades diferenciados), para algumas regiões da cidade.

No caso de Santa Tereza, por suas características histórico-culturais importantes para a cidade e para preservar sua paisagem residencial, o coeficiente de aproveitamento é restrito a 1,20 para edificações residenciais e 1,0 para as de uso não-residencial ou misto, a altura máxima de edificações é de 15 metros e a área máxima para instalação de determinadas atividades é de 400 m². Tais atividades dizem respeito, por exemplo, a Escolas Técnicas, como é o caso da escola da FIEMG.

Pertencer a uma ADE permite a manutenção de nossa qualidade de vida, já que impossibilita a construção de grandes edifícios e o estabelecimento de atividades impactantes como indústrias ou grandes empreendimentos, além de contribuir para a proteção de nosso Patrimônio Histórico.

Nesse sentido é que lutamos para que a ADE de Santa Tereza seja mantida e somos contrários a qualquer tipo de flexibilização.



“ A nossa intenção é informar as pessoas e convidá-las a participar deste movimento. ”

Aula Pública, explicando as intervenções propostas para o bairro, no Salão do Oásis Clube, no dia 25 de Setembro de 2013.

O MERCADO E A ESCOLA

O Mercado Distrital de Santa Tereza foi construído entre 1969/1970, como parte do projeto municipal de regionalizar o setor de abastecimento da cidade. Em seu apogeu abrigava estandes de frutas, verduras e legumes, açougue, uma loja de artesanato mineiro, uma floricultura e um pequeno supermercado. Era ainda palco de exposições de cerâmica de artistas do bairro e da cidade e de eventos culturais.

Devido a vários fatores, mas principalmente pelo descaso da própria prefeitura, que não renovou as licenças dos feirantes, foi arbitrariamente fechado em 2007. De um dia para outro os feirantes tiveram que deixar o espaço.

Também em 2007, a prefeitura realizou uma consulta à população para saber a destinação do espaço e saiu vencedor o projeto apresentado pela Associação Comunitária de Santa Tereza, o Mercado Mineiro. Houve, algum tempo depois, uma votação pela internet, para definição de outra proposta, mas cuja votação foi anulada, por recomendação do Ministério Público. Por fim, uma outra tentativa foi a instalação, no local de um quartel da guarda municipal que, em plebiscito, foi rechaçada pelos moradores, em 2008.

A partir daí, todas as tentativas de ocupação do mercado pela comunidade junto à prefeitura não foram consideradas. O espaço ficou fechado sofrendo desgaste pela falta de uso. Até que em 2013, sem consultar a população, a prefeitura cedeu o espaço, que é público, para a Federação das Indústrias de Minas (FIEMG), uma entidade privada,

para a instalação de uma Escola Técnica Automotiva para quatro mil alunos. Junto com o Mercado foi cedido também o prédio da Escola Estadual Pedro Américo, com o prejuízo de centenas de alunos. Pergunta-se então: por qual motivo uma escola que atende a região é menos importante do que uma outra escola qualquer?

A implantação da escola da Fiemg traz muitos problemas:

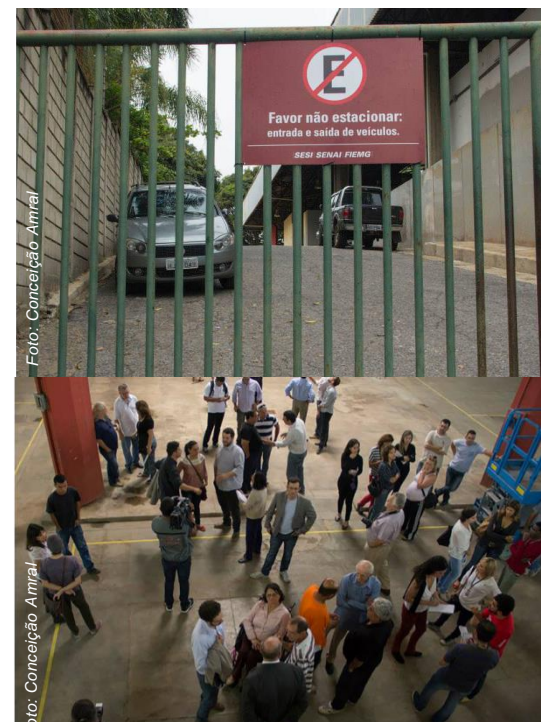
1 Em Santa Tereza, de acordo com a Lei (ADE), qualquer escola pode ocupar até 400m². No caso da Escola da Fiemg, serão ocupados 6 mil m², ou seja a área do Mercado e da Escola Estadual. Portanto, a ocupação é ilegal e viola a Lei de proteção do bairro – contrária a grandes empreendimentos.

2 Não houve participação da população no processo. O anúncio do empreendimento provocou indignação e perplexidade pelo desatendimento à legislação e pela falta de transparência da negociação.

3 Por mais que os defensores da escola digam que não haverá nenhum impacto, haverá sim. Por exemplo, como os 4.000 alunos e professores irão chegar diariamente até o local? É claro que o trânsito será impactado, além do aumento da poluição sonora e do ar, que transformarão negativamente o cenário de tranquilidade que se busca preservar.

Diante de tudo isso a Coordenadoria Estadual das Promotorias de Justiça Habitação e Urbanismo do Ministério Público Estadual já declarou, através de um parecer, no final do ano passado, que o processo de ocupação do Mercado pela FIEMG é ilegal: “está em completo desacordo com a legislação vigente, que visa à preservação da essência e vocação do bairro no que se refere à uma destinação prioritariamente residencial”.

O que se presume é que a vinda da FIEMG e a flexibilização da ADE é a abertura da porteira para a entrada de grandes empreendimentos imobiliários no bairro. Como diz aquele ditado, onde passa um boi passa uma boiada inteira.



Encontro dos moradores de Santa Tereza, no portão do Mercado Distrital, após a aprovação da flexibilização da ADE pelo COMPUR, para a implantação da Escola automotiva, em agosto de 2013.

“O processo de ocupação do Mercado pela FIEMG: “está em completo desacordo com a legislação vigente”.”

[Coordenadoria Estadual das Promotorias de Justiça Habitação e Urbanismo do Ministério Público Estadual]

ABERTURA DA RUA CONSELHEIRO ROCHA

A PBH ameaça também reviver uma proposta existente em planos anteriores, da abertura da Rua Conselheiro Rocha, entre a Avenida Silviano Brandão e a Contorno, para transformá-la numa grande via de ligação dos bairros da região Leste.

Tal fato implicaria na remoção de dezenas de famílias em toda extensão da rua, incluindo a remoção de parte da Vila Dias e a demolição de prédios históricos tombados pelo Patrimônio como o Bar do Orlando. Esta proposta, se concretizada, iria ter como consequência para o bairro o aumento do fluxo de ônibus, caminhões e automóveis; o aumento da poluição sonora e do ar e, pior, transformaria Santa Tereza num bairro de passagem.

Tudo isto, mais uma vez, sem cumprir a legislação, que exige a realização do Estudo de Impacto de Vizinhança e a participação efetiva dos moradores.

POR QUE CONTINUAMOS NA LUTA PELA CRIAÇÃO DO FADE DE SANTA TEREZA?

A mesma lei que regulamentou a ADE de Santa Tereza (Lei 8137/2000) determinou a criação do Fórum da Área de Diretrizes Especiais – FADE. O FADE, formado por representantes da comunidade e da PBH, tem como objetivo acompanhar as decisões e ações relativas à ADE. Em Belo Horizonte, temos já formados o FADE Cidade Jardim e o FADE Pampulha que também são Áreas de Diretrizes Especiais.

O Movimento Salve Santa Tereza protocolou em agosto passado o pedido de instalação do FADE Santa Tereza e, mesmo tendo o Ministério Público já sinalizado a necessidade de sua criação, a PBH não deu retorno a tal reivindicação. É mais um sinal de que o executivo municipal não deseja a participação da população nos assuntos urbanos.

AS AÇÕES DO MOVIMENTO

- / Realização de reuniões semanais abertas à participação dos moradores, na Praça Duque de Caxias e no salão do Oásis Clube, com a presença de centenas de pessoas;
- / Representação na Audiência Pública convocada pela Câmara Municipal, em 11/09/2013, no Salão do Oásis Clube, para debater a implantação da escola da Fiemg, onde se verificou a falta de sustentação dos argumentos da FIEMG e da PBH;
- / Participação na visita técnica da Comissão de Administração Pública ao Mercado, em 30/09/2013, quando ficou constatada a ocupação do local pela Fiemg;
- / Realização de Aula Pública, explicando as intervenções propostas para o bairro, no Salão do Oásis Clube, no dia 25 de Setembro de 2013;
- / Criação de página no Facebook que já conta com cerca de 3.500 seguidores;
- / Realização e coleta de 2.500 assinaturas em um abaixo-assinado de repúdio à intenção da prefeitura de realizar no bairro intervenções estruturais que desrespeitam a ADE, cujas cópias foram entregues à Câmara de Vereadores e à FIEMG;
- / Realização e coleta de assinaturas em um abaixo assinado entregue para a Diretoria de Patrimônio Histórico, reivindicando o tombamento do conjunto histórico e patrimonial do bairro.
- / Protocolização do requerimento feito à PBH para a instalação do FADE - Fórum das Áreas de Diretrizes Especiais de Santa Tereza.
- / Participação na representação, junto ao Ministério Público Estadual, que considerou ilegal a alteração feita pela prefeitura para permitir a instalação da escola da FIEMG no Mercado Distrital.
- / Participação nas reuniões do Conselho Municipal de Políticas Urbanas - COMPUR - que trataram das mudanças no bairro e da questão do projeto Nova BH;/ Interação com movimentos de outros bairros, que buscam também defender a cidade dos efeitos das intervenções das grandes construtoras e das arbitrariedades do poder público;
- / Participação na Ocupação Cultural realizada na Rua Conselheiro Rocha no dia 20/10/2013.
- / Realização da Conferência Popular de Políticas Urbanas – etapa Santa Tereza, na Praça Duque de Caxias, no dia 08/12/2013.
- / Participação na Conferência Popular de Políticas Urbanas em 15/12/2013.
- / Participação nas Audiências Públicas realizadas para debater o projeto NOVA BH.

OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA

O Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/01) define a Operação Urbana Consorciada como um conjunto de medidas e intervenções coordenadas pelo Município com a participação dos proprietários, moradores, usuários e investidores privados, com vistas a operar transformações urbanísticas em determinadas áreas da cidade. O objetivo é produzir melhorias sociais e valorização ambiental.

Com base nesta definição pode-se concluir que não existe, de fato, uma Operação Urbana Consorciada em nossa cidade. Existe, isto sim, a usurpação de nossa cidadania por acordos e interesses privados. O projeto batizado pela PBH como NOVA BH foi elaborado quase às escondidas pela prefeitura, que tentou aprová-lo a toque de caixa no final do ano. Não contou com a participação efetiva dos proprietários, moradores e usuários da cidade, sendo produto de um pacto exclusivo da PBH com o setor imobiliário. Uma comprovação foi sua primeira apresentação pública que, ao invés de acontecer de forma aberta para toda a população, foi feita para os grandes

investidores imobiliários que participaram de um seminário promovido pelo Instituto Brasileiro de Estudos Imobiliários.

O projeto Nova BH propõe a reestruturação de aproximadamente 25 quilômetros quadrados ao longo das avenidas Antônio Carlos, Pedro I, avenidas dos Andradas, Tereza Cristina e da Via Expressa, alterando a vida de quase 200 mil pessoas e afetando diretamente uma parte considerável de Santa Tereza.

Na prática, a Prefeitura transfere ao setor privado a gestão e a exploração da área do projeto, incluindo a negociação do direito de construir e o direito de desapropriar imóveis. Isto demonstra falta de compromisso da PBH com os verdadeiros interesses da população e para a melhora da qualidade de vida na cidade. Mostra apenas compromisso com a lucratividade da especulação imobiliária, travestindo o prejuízo para os cidadãos de Belo Horizonte em desenvolvimento econômico. Com certeza não é isto que nós moradores queremos.

VENDA DE CAMISAS E IMÃS, BLOCO SALVE SANTA TEREZA E CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS URBANAS

INFORMAÇÕES: Durante às assembleias, às quartas feiras, às 19h, na praça Duque de Caxias. Em caso de chuva o local será informado em nossa página do facebook.